



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 020 - TERÇA-FEIRA, 6 DE MARÇO DE 2007 - BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Álvaro Dias – PSDB-PR 1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB 2º Secretário Gerson Camata – PMDB-ES	3º Secretário César Borges – PFL-BA 4º Secretário Magno Malta – PR-ES Suplentes de Secretário 1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP 2ª - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE 3ª - João Vicente Claudino – PTB-PI 4ª - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS		
MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER (vago) VICE-LÍDERES (vago) LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB (vago)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 25 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES (vago) LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT (vago) LÍDER DO PTB – 4 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR (vago) LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB (vago) LÍDER DO PC do B – 1 (vago) LÍDER DO PRB – 1 (vago) LÍDER DO PP – 1 (vago)	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30 LÍDER (vago) VICE-LÍDERES (vago) LÍDER DO PFL – 17 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL (vago) LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB (vago)
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT (vago)	LÍDER DO P-SOL – 1 (vago) LÍDER DO PRTB – 1 (vago)	LÍDER DO GOVERNO (vago) VICE-LÍDERES DO GOVERNO (vago)
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 6, DE 2007

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 331, de 4 de dezembro de 2006**, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 70.000.000,00, para os fins que especifica”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 16 de março de 2007, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 5 de março de 2007.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 18ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE MARÇO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimento

– Nº 148, de 2007, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Delphine Douyère e seu esposo Sr. Christian Doupes assassinados no Rio de Janeiro. 03754

1.2.2 – Avisos do Ministro de Estado da Saúde

Nº 78/2007, de 15 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 536, de 2006, do Senador Arthur Virgílio. 03754

Nº 79/2007, de 15 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 268, de 2006, do Senador Efraim Moraes. 03754

Nº 80/2007, de 15 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 790, de 2006, da Senadora Roseana Sarney e do Senador José Sarney. 03754

1.2.3 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 187/2007, de 16 de fevereiro último, encaminhando cópia dos relatórios de fiscalização realizadas na Fundação Banco do Brasil, bem como das deliberações adotadas em processos de contas daquela Fundação a partir de 1998, em resposta ao Requerimento nº 802, de 2006, da Senadora Ana Júlia Carepa. 03754

1.2.4 – Ofícios do Secretário Especial de Direitos Humanos da Presidência da República

Nº 138/2007, de 16 de fevereiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 750, de 2004, do Senador Arthur Virgílio. 03754

Nº 139/2007, de 16 de fevereiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 496, de 2005, do Senador Arthur Virgílio. 03754

Nº 140/2007, de 16 de fevereiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 202, de 2004, do Senador Arthur Virgílio. 03754

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, sexta-feira, sem que tenha sido interposto recurso regimental no sentido da

apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 297, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, que institui o sistema de bolsa de estudo para os integrantes das carreiras de policiais federais, policiais civis, policiais militares, dos corpos de bombeiros militares e das Forças Armadas. ... 03755

Término do prazo, sexta-feira, sem que tenha sido interposto recurso regimental no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2003, de autoria do Senador Efraim Moraes, que institui a obrigação do ensino do Direito Internacional Humanitário nas escolas e academias militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. 03755

Término do prazo, sexta-feira, sem que tenha sido interposto recurso regimental no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que altera o art. 15, da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, com vistas a incriminar condutas relacionadas ao comércio de tecidos, órgãos ou parte do corpo humano. 03755

Término do prazo, sexta-feira, sem que tenha sido interposto recurso regimental no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que acrescenta § 6º ao art. 43, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a formação do cadastro positivo nos Sistemas de Proteção ao Crédito. 03755

Término do prazo, sexta-feira, sem que tenha sido interposto recurso regimental no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para prever a suspensão do prazo prescricional até a satisfação da composição dos danos pelo réu e o restabelecimento do direito de ação em caso de descumprimento. 03755

Término do prazo, sexta-feira, sem que tenha sido interposto recurso regimental no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta o art. 541-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil),

para estabelecer as hipóteses de inadmissibilidade do recurso especial. 03755

Término do prazo, sexta-feira, sem que tenha sido interposto recurso regimental no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2005, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que altera a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para submeter os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia ao regime cumulativo da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). 03755

Término do prazo, sexta-feira, sem que tenha sido interposto recurso regimental no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2005, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, que denomina "Aeroporto Internacional de Belém – Júlio Cezar Ribeiro de Souza" o aeroporto da cidade de Belém, no Estado do Pará. 03755

Término do prazo, sexta-feira, sem que tenha sido interposto recurso regimental no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece normas gerais para a simplificação do procedimento de registro de empresários e pessoas jurídicas no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. 03755

Término do prazo, sexta-feira, sem que tenha sido interposto recurso regimental no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o Dia Nacional de reflexão do "Cantando as Diferenças". 03755

1.2.6 – Ofício

Nº 4/2007, de 28 de fevereiro, do Senador Magno Malta e outros Srs. Senadores, solicitando ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, convidar representantes do Poder Executivo e do Poder Judiciário para, juntamente com o Congresso Nacional, elaborar medidas urgentes que produzam eficácia a curto, médio e longo prazo para a Segurança Pública deste País. 03755

1.2.7 – Ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Nº 168/06, de 20 de dezembro de 2006, comunicando a aprovação, no dia 10 de março de 2005, do Requerimento nº 7, de 2005-CAS, que solicita, tendo em vista o que dispõe no art. 72, combinado com o art. 102-E, VI, do Regimento Interno do Senado Federal, na redação que lhes foi dada pela Resolução nº 1, de 2005, a extinção da Subcomissão do Idoso, tendo em vista não constar mais a proteção do idoso como competência da Comissão

de Assuntos Sociais. (*Anexado ao processado do Requerimento nº 60, de 2003, e cópia ao Requerimento nº 8, de 2003.*)..... 03756

1.2.8 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 31/2007, de 28 do corrente, comunicando o arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei nº 7.302, de 2006 (PLS nº 361/05 naquela Casa). (*Junte-se ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2005.*)..... 03756

Nº 32/2007, de 28 do corrente, comunicando o arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei nº 6.604, de 2002 (PLS nº 41/01 na Casa de origem). (*Junte-se ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2001.*) 03756

Nº 33/2007, de 28 do corrente, comunicando o arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei nº 6.402, de 2002 (PLS nº 138/01 na Casa de origem). (*Junte-se ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2001.*)..... 03756

Nº 35/2007, de 28 do corrente, comunicando o arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei nº 7.091, de 2006 (PLS nº 218/04 na Casa de origem). (*Junte-se ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2004.*)..... 03757

Nº 36/2007, de 28 do corrente, comunicando o arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei nº 6.682, de 2006 (PLS nº 181/03 na Casa de origem). (*Junte-se ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2003.*)..... 03757

1.2.9 – Ofícios do Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Nº 41/2007, de 1º do corrente, comunicando a aprovação, em primeiro turno, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2004, que dispõe sobre a configuração dos teclados de terminais telefônicos fixos e móveis para sua utilização por portadores de deficiência visual. 03757

Nº 42/2007, de 1º do corrente, comunicando a aprovação, em primeiro turno, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2004, que estabelece reserva de vagas para pessoas portadoras de deficiência nos programas de qualificação profissional financiados com recurso do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dá outras providências. 03757

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo para emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, aos Projetos de Lei do Senado nºs 209 e 295, de 2004..... 03757

1.2.11 – Discursos do Expediente

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Preocupação com os dados apresentados pelo censo educacional de 2006 e as notas dos exames realizados pelo MEC. Defesa do investimento em

educação de qualidade objetivando a redução da criminalidade e da violência.	03758	co Contínuo para Produção de Biocombustíveis a partir de Resíduos Gordurosos como Alternativa de Energia".	03780
SENADOR GERSON CAMATA – Justificação pelo encaminhamento do requerimento de voto de pesar pelo assassinato do casal de franceses Delphine Douyère e esposo.	03764	1.2.15 – Discursos do Expediente (continuação)	
1.2.12 – Fala da presidência		SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Preocupação com a violência infanto-juvenil em todo o país e reflexão sobre a redução da maioridade penal.	03781
Constatação de erro material nos autógrafos das emendas oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2006, aprovadas nesta Casa e remetidas Câmara dos Deputados pelo Ofício nº 2.116 (SF), de 14 de dezembro de 2006.	03764	SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Reflexões sobre a história do Brasil relacionada aos diversos tipos de assaltos.	03785
1.2.13 – Discursos do Expediente (continuação)		SENADOR TIÃO VIANA – Preocupação com o excesso de abertura de escolas médicas e a falta de política de estímulo à interiorização do médico, para desconcentração dos profissionais especializados da área. Apelo pela aprovação, na Comissão de Assuntos Econômicos, de projeto de lei de autoria de S.Exa. que concede pensão especial a pessoas que foram atingidas pela hanseníase e que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios.	03787
SENADOR CÍCERO LUCENA – Críticas à edição de medida provisória pelo Prefeito de João Pessoa, na Paraíba, que anula teste seletivo público do ano de 2003, para a contratação de agentes de saúde na capital paraibana.	03765	SENADOR GILVAM BORGES – Comunicação a várias Prefeituras Municipais do Estado do Amapá sobre a disponibilização de recursos para pagamento de diversos convênios do interesse dos municípios.	03790
SENADOR MÁRIO COUTO – Considerações sobre o garimpo de Serra Pelada. Cobrança de mais investimentos do governo federal em obras de infraestrutura no Estado do Pará.	03766	SENADOR MÃO SANTA – Críticas ao fraco desempenho econômico do país em 2006.	03791
SENADOR PAULO PAIM – Protesto pela demissão, por alguns empresários, de dirigentes sindicais integrantes de Conselho Fiscal. Questionamentos sobre notícias veiculadas recentemente referentes à intenção do Governo Federal de proibir o direito de greve no setor público.	03769	SENADOR CÉSAR BORGES – Comentários sobre a visita do atual Ministro da Integração Nacional, Pedro Brito, à Bahia, e questionamentos sobre o anúncio da liberação de recursos para a região.	03797
SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Justificação de projeto encaminhado à Mesa, de autoria de S. Exa., que pretende garantir o fornecimento da vacina contra o vírus do HPV pelo SUS.	03772	SENADOR JOSÉ AGRIPINO – O modelo de reforma agrária em terras produtivas feitas pelo governo federal no Estado do Rio Grande do Norte.	03799
SENADOR MARCO MACIEL – Registro da inauguração, quarta-feira passada, da nova fábrica de resina PET(politereftalato de etileno), do grupo Mossi & Ghisolfi, no Complexo Industrial Portuário de Suape, no município de Ipojuca em Pernambuco.	03776	SENADOR HERÁCLITO FORTES – Repúdio à nota da Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais.	03803
SENADOR PAPALÉO PAES – Preocupação com a recente publicação do Relatório do Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas, que divulgou dados novos e alarmantes sobre o aquecimento global.	03778	1.2.16 – Leitura de requerimentos	
SENADORA IDELI SALVATTI – Justificação pelo encaminhamento de requerimento de voto de aplauso aos cientistas Henry França Meier e Vinicyus Rodolfo Wiggers, professores doutores da Fundação Universidade Regional de Blumenau – Furb, pelo segundo lugar no Prêmio Péter Murányi 2007.	03780	Nº 150, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, ocorrido nesta segunda-feira, 05 de março. Aprovado , tendo usado da palavra o Senador Eduardo Suplicy.	0806
1.2.14 – Leitura de requerimento		Nº 151, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando autorização para participar da 70ª Conferência Anual da Rede Parlamentar do Banco Mundial, que se realizará entre os dias 15 e 17 de março.	03812
Nº 149, de 2007, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso ao Professor Dr. Henry França Meier e ao Dr. Vinícius Rodolfo Wiggers, pelo Prêmio Peter Murányi 2007 – Desenvolvimento Científico e Tecnológico com Enfoque em Energias Renováveis com o projeto “Desenvolvimento de Processo de Craqueamento Térmico		Nº 152, de 2007, de autoria dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Dom Ivo Lorscheiter, ocorrido nesta segunda-feira, 05 de março.	03812

1.2.17 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *RENATO CASAGRANDE*, como Líder – Relato da participação de S.Exa. no I Fórum Parlamentar sobre mudanças climáticas, realizado em Washington, nos dias 14 e 15 de fevereiro último. Considerações sobre o deslocamento do preso “Fernandinho Beira-Mar” para o Estado do Espírito Santo. 03812

SENADOR *PAULO PAIM* – Justificativas a requerimento de pesar pelo falecimento do ex-presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter. 03815

SENADOR *GARIBALDI ALVES FILHO* – Reconhecimento dos avanços sociais do projeto de assentamento feito nas terras da empresa Maisa – Mossoró Agroindustrial S.A. 03815

1.2.18 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Registro do artigo intitulado “*O descompasso entre o discurso e a carpintaria*”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 24 de janeiro último. 03817

SENADOR *CÍCERO LUCENA* – Registro da matéria intitulada “*PAC traz uma redução pífia de tributos e mais gasto corrente*”, publicado no jornal **Valor Econômico**, edição de 23 de janeiro último. 03819

SENADOR *MÁRIO COUTO* – Registro do editorial intitulado “*O PAC e os riscos da demanda*”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 8 de fevereiro último. 03820

SENADOR *MARCONI PERILLO* – Registro do editorial intitulado “*Pouca energia*”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 28 de janeiro último. 03821

SENADOR *JOÃO TENÓRIO* – Registro da matéria intitulada “*Assustando o investidor*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 8 de fevereiro último. 03822

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Registro do artigo intitulado “*Obsessão autoritária*”, de autoria da jornalista Dora Kramer, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 9 de fevereiro último. 03823

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Registro da matéria intitulada “*Criação de vagas perde fôlego e Marinho culpa BC*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 8 de fevereiro último. 03824

1.2.19 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima terça-feira, dia 6, às 14 horas, com Ordem do Dia designada 03825

1.3 – ENCERRAMENTO**SENADO FEDERAL****2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA****3 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

Ata da 18ª Sessão Não Deliberativa, em 5 de março de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Efraim Moraes,
César Borges, Papaléo Paes, Gilvam Borges e Mão Santa*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 148, DE 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Sra. Delphine Douyère e o seu esposo Sr. Christian Doupes e Jérôme Faure, foram barbaramente assassinados no Rio de Janeiro. Esse casal tinha muita paixão pelo trabalho que realizava e acreditava que tudo daria certo, que iam superar seus objetivos com suas boas intenções retirando crianças da rua e transformando-as em cidadãos de bem, mas lamentavelmente a violência tirou de seus objetivos.

Dessa forma, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e, de acordo com as tradições da Casa, requeiro:

A inserção em ata de Voto de Profundo Pesar;
Apresentação de condolências aos seus familiares e ao Cônsul Geral da França Sr. Hugues Goisbaulp.

Requeiro, ainda, seja feita comunicação ao Consulado da França – Av. Presidente Antônio Carlos nº 58 – 6º andar – CEP 20020-010 – Rio de Janeiro – RJ.

Sala das Sessões, 5 de março de 2007. – Senador **Gerson Camata**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS

DO MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE

- Nº 78/2007, de 15 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 536, de 2006, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 79/2007, de 15 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 268, do Senador Efraim Moraes; e
- Nº 80/2007, de 15 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 790, de 2006, da Senadora Roseana Sarney e do Senador José Sarney.

AVISO

DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

- Nº 187/2007, de 16 de fevereiro último, encaminhando cópia dos relatórios de fiscalização realizadas na Fundação Banco do Brasil, bem como das deliberações adotadas em processos de contas daquela fundação a partir de 1998, em resposta ao Requerimento nº 802, de 2006, da Senadora Ana Júlia Carepa.

OFÍCIOS

DO SECRETÁRIO ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

- Nº 138/2007, de 16 de fevereiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 750, de 2004, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 139/2007, de 16 de fevereiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 496, de 2005, do Senador Arthur Virgílio; e
- Nº 140/2007, 16 de fevereiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 202, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Esgotou-se na sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 297, de 1999**, de autoria do Senador Luiz Estevão, que *institui o sistema de bolsa de estudo para os integrantes das carreiras de policiais federais, policiais civis, policiais militares, dos corpos de bombeiros militares e das Forças Armadas*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2003**, de autoria do Senador Efraim Morais, que *institui a obrigação do ensino do Direito Internacional Humanitário nas escolas e academias militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2004**, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *altera o art. 15, da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, com vistas a incriminar condutas relacionadas ao comércio de tecidos, órgãos ou parte do corpo humano*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2004**, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *acrescenta § 6º ao art. 43, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a formação do cadastro positivo nos Sistemas de Proteção ao Crédito*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2005**, de autoria do Senador Álvaro Dias, que *altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para prever a suspensão do prazo prescricional até a satisfação da composição dos danos pelo réu e o restabelecimento do direito de ação em caso de descumprimento*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2005**, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta o art. 541-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para estabelecer as hipóteses de inadmissibilidade do recurso especial*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2005**, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *altera a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para submeter os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia ao regime cumulativo da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor*

Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);

- **Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2005**, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, que *denomina “Aeroporto Internacional de Belém – Júlio Cezar Ribeiro de Souza” o aeroporto da cidade de Belém, no Estado do Pará*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2005**, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece normas gerais para a simplificação do procedimento de registro de empresários e pessoas jurídicas no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2006**, de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o Dia Nacional de reflexão do “Cantando as Diferenças”.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões de Assuntos Econômicos, de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, os Projetos de Lei nºs 297, de 1999; 281, de 2003; 251 e 263, de 2004; 2, 71, 237, 326 e 415, de 2005; e 286, de 2006, aprovados, vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 4-07/GAB-QSMD

Brasília, 28 de fevereiro de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente,

A conjuntura pela qual passamos, evidenciada pelas gravíssimas ações criminosas que tem eclodido na sociedade requerem um exame cauteloso e urgente por parte dos agentes públicos que possuem poder de modificar e atuar de forma concreta para a segurança pública do nosso País.

Medidas isoladas não possuem o condão de, por si só, resolver a questão e isso tem ficado evidente à própria sociedade que reclama do Executivo pela administração da polícia e das verbas, do Judiciário pela demora dos julgamentos e da punição, e do Legislativo que legisla sem conseguir o alcance que precisa por depender da execução das leis que vota.

Assim sendo, Senhor Presidente, solicitamos o empenho de Vossa Excelência, como autoridade máxima desta Casa e representante do Legislativo, no sentido de convidar representantes do Poder Executivo e do Poder Judiciário para, juntamente com o Congresso Nacional, elaborarmos medidas urgentes que produzam eficácia a curto, médio e longo prazo

para a Segurança Pública no nosso País. Medidas com começo, meio e fim. A curto prazo medidas com leis, dotação orçamentária, execução, ação de polícia, julgamento e execução penal. A médio e longo prazo medidas que alcancem os nossos jovens e os retirem dos caminhos do crime. A longo prazo medidas que possam garantir um futuro melhor e mais seguro para nossa sociedade.

A ação dos três poderes, juntos, será decisiva para debelar a situação pela qual passamos, desejo de todos os brasileiros.

Atenciosamente,

Senador Magno Malta
Quarto Secretário

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 168/06-PRES/CAS

Brasília, 20 de dezembro de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão de Assuntos Sociais aprovou, no dia 10 de março de 2005, o RQS nº 7, de 2005-CAS, que requer, “Tendo em vista o que dispõe no art. 72, combinado com o art. 102-E, VI, do Regimento Interno do Senado Federal, na redação que lhes foi dada pela Resolução nº 1, de 2005, a extinção da Subcomissão do Idoso, tendo em vista não constar mais à proteção do idoso como competência desta Comissão de Assuntos Sociais”.

Atenciosamente, – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação e

será juntado ao processado do Requerimento nº 60, de 2003, e, em cópia, ao Requerimento nº 8, de 2003.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 31/07/PS-GSE

Brasília, 28 de fevereiro de 2007

Assunto: comunica arquivamento de proposição

Senhor Secretário,

Comunico a V. Ex^a, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 164 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei nº 7.302, de 2006, do Senado Federal (PLS nº 361/05 na Casa de origem), que “Prorroga até o exercício fiscal de 2016, inclusive, o prazo de que trata o disposto no art. 1º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, que cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

OF. Nº 32/07/PS-GSE

Brasília, 28 de fevereiro de 2007

Assunto: comunica arquivamento de proposição

Senhor Secretário,

Comunico a V. Ex^a, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 164 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei nº 6.604, de 2002, do Senado Federal (PLS 41/01 na Casa de origem), que “Acrésceta o art. 41-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para estabelecer que até que seja publicada a lei que institui diretrizes nacionais para o saneamento básico, as concessões para exploração desse serviço serão feitas em caráter não-oneroso e define outras condições mínimas”.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

OF. Nº 33/07/PS-GSE

Brasília, 28 de fevereiro de 2007

Assunto: comunica arquivamento de proposição

Senhor Secretário,

Comunico a V. Ex^a, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 164 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamen-

to, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei nº 6.402, de 2002, do Senado Federal (PLS nº 138/01 na Casa de origem), que “Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre a concessão das férias anuais ao empregado doméstico”.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

OF. Nº 35/07/PS-GSE

Brasília, 28 de fevereiro de 2007

Assunto: comunica arquivamento de proposição

Senhor Secretário,

Comunico a V. Ex^a, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o art. 133 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de rejeição, do Projeto de Lei nº 7.091, de 2006, do Senado Federal (PLS nº 218/04 na Casa de origem), que “Altera a redação do art. 40 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para vedar a cessão ou transferência de atletas profissionais para o exterior nas condições que especifica.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

OF. Nº 36/07/PS-GSE

Brasília, de fevereiro de 2007

Assunto: comunica arquivamento de proposição

Senhor Secretário,

Comunico a V. Ex^a, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o art. 133 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de rejeição, do Projeto de Lei nº 6.682, de 2006, do Senado Federal (PLS 181/03 na Casa de origem), que “Altera o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dispõe sobre prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências.”

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os Ofícios que acabam de ser lidos serão juntados aos processados dos Projetos de Lei do Senado nºs 361, de 2005, 41 e 138, de 2001, 218, de 2004 e 181, de 2003, e vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. nº 41/07 – CDH

Brasília, 1º de março de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição combinado como o parágrafo 2º, do artigo 91 e art. 282, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão aprovou em primeiro turno o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2004, que “Dispõe sobre a configuração dos teclados de terminais telefônicos fixos e móveis para sua utilização por portadores de deficiência visual”.

Atenciosamente, – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão.

OF. Nº 42/07 – CDH

Brasília, 1º de março de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição combinado como o parágrafo 2º, do artigo 91 e art. 282, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão aprovou em primeiro turno o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2004, que “Estabelece reserva de vagas para pessoas portadoras de deficiência nos programas de qualificação profissional financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Com referência aos expedientes que acabam de ser lidos, a Presidência comunica ao Plenário que aos Substitutivos aos **Projetos de Lei do Senado nºs 209 e 295, de 2004**, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável após o primeiro orador inscrito. Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a será atendido, intercalando-se a palavra com os oradores inscritos.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, por permuta com o Senador Mão Santa.

V. Ex^a terá 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com a recente divulgação dos números do censo educacional de 2006 e das notas dos exames realizados pelo MEC, os problemas relacionados ao nosso sistema educacional, mais uma vez, vieram à tona.

O número de matrículas, a despeito do pequeno decréscimo geral ocorrido no ano passado, vem mantendo bons patamares. Quase 56 milhões de matrículas foram realizadas em 2006 no nosso País, nas diferentes etapas e modalidades da educação básica, número nada desprezível, se comparado aos cerca de 38 milhões do começo da década passada.

Com o censo, consolidou-se a idéia de que trilhamos, nos últimos quinze anos, firmes passos no sentido da universalização do ensino fundamental. Iniciativas como o FUNDEF e a descentralização dos recursos ajudaram a expandir a rede escolar, possibilitando que o número de crianças fora da escola, atualmente, seja residual.

Portanto, Sr. Presidente, não resta dúvida de que o desafio agora é o da qualidade do ensino. Da análise do resultado das notas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), vemos, com clareza, um decréscimo significativo nas médias gerais em todas as disciplinas ao longo dos anos.

E mais: ao olhar atento, não passou despercebido o fato de que os alunos das Regiões Norte e Nordeste obtiveram as piores médias dentro do quadro comparativo regional brasileiro. Na prova objetiva do ENEM, enquanto a média brasileira foi de 36,90 pontos, os nortistas e os nordestinos alcançaram média de 32,17 e 33,83, respectivamente. Na mesma prova, os estudantes da Região Sul obtiveram uma média 38,73, ficando próximos aos da Região Sudeste, cuja marca foi de 38,85.

É claro, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o pacto pela qualidade do ensino deve ter caráter nacional. As deficiências e as carências de nossas escolas se revelam em todos os Estados, em todas as Regiões. Mas, com os dados de que dispomos, fica igualmente evidente que o maior desafio, infelizmente, é nas regiões ao norte do País, onde as fragilidades socioeconômicas

acabam por resvalar, na mesma medida, nos bancos escolares.

Lá, no Brasil distante e esquecido, é difícil se locomover até as escolas. É escassa a disponibilidade de equipamentos e de ferramentas pedagógicas. As oportunidades de capacitação para os professores são menores. O trabalho infantil rivaliza com os deveres escolares, impondo-lhes total submissão.

Este País, Sr. Presidente, só trilhará, com firmeza e altivez, o rumo do desenvolvimento se obtiver sucesso em sua tarefa essencial de oferecer educação de qualidade a todos os seus cidadãos. Não adianta criar bolsões de prosperidade e conhecimento em contraste com regiões atrasadas e discriminadas.

Nosso País, Sr^{as} e Srs. Senadores, não pode deixar que o fosso regional se alargue, que as disparidades econômicas dentro do seu território sejam aprofundadas. E a oferta de um sistema educacional de qualidade integrado e nacionalmente coeso é o primeiro e decisivo passo na busca de um maior equilíbrio entre as Unidades da Federação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço um parêntese no que escrevi para aproveitar este momento em que discutimos tanto a questão da segurança, da violência. Dizemos sempre o seguinte: “O primeiro passo é o da educação para as crianças, para os jovens”. Por quê? A educação tira a criança da marginalidade; a educação leva a criança, portanto, para uma qualidade de vida socialmente melhor. Ora, analisando-se esses dados, vemos, então, que é verdade, sim, que o Estado brasileiro – e aí entenda-se o Governo Federal, em primeiro lugar, os Governos Estaduais e os Governos Municipais – não está fazendo a sua tarefa de dar condições de educar melhor.

Realmente, o Governo Federal vem pecando, e muito, porque não dá – como está dito aqui – uma atenção maior às regiões mais pobres, onde a questão social é mais grave. Ali há mais pobreza, mas se investe menos em educação. Então, Senador Paulo Paim, o que se pode esperar? Não se faz a prevenção, nem se faz adequadamente a repressão. Então, estamos diante de um quadro em que precisa haver uma mudança radical.

Gostaria de ouvir o Senador Cícero Lucena, que me pede um aparte. Tenho certeza de que o aparte de S. Ex^a vai enriquecer o meu pronunciamento.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti, fico muito feliz de, no início des-

ta sessão, V. Ex^a ter provocado um tema de tamanha relevância para esta Casa, já que está ligado à responsabilidade que possui para com a Nação, inclusive na busca por justiça social. V. Ex^a, em dois assuntos fundamentais, o da segurança e o do desenvolvimento regional, demonstra a importância do alicerce maior que é a educação. Como ex-Prefeito da capital do meu Estado por duas vezes, tive a oportunidade e a felicidade de priorizar a educação. Não somente na fase de compromissos de campanha, mas na prática e no procedimento da nossa administração, conseguimos basicamente a universalização. Como V. Ex^a bem mencionou, já é algo no sentido de se assumir a dívida nacional. Também buscamos, principalmente, a qualificação. Hoje, todo homem público, todo cidadão já tem diagnosticado o que é necessário fazer pela educação do nosso País. Há vários exemplos de modelos adotados em administrações municipais, em administrações estaduais, e o importante é que essa consciência possa ser adotada por todos aqueles que têm compromisso de vida pública ou de exercício de cidadania. Podemos dizer que, como prefeito de uma cidade, temos a oportunidade de conviver com os problemas onde eles estão. Fui testemunha, Senador, de crianças chorando em sala de aula, às 9 horas, às 10 horas da manhã, não porque estavam na sala de aula, mas porque estavam com fome. E aí buscamos um programa de escolarização da merenda que hoje é um dos programas de segurança alimentar da ONU; a escolarização permite que o conselho da escola possa discutir o cardápio a ser fornecido às crianças, com o devido acompanhamento dos pais, dos professores e dos próprios alunos, comprando-se os alimentos da própria comunidade, fazendo com que o dinheiro circule na comunidade, evitando-se, muitas vezes, o superfaturamento nas compras. Da mesma forma, identifiquei um problema – parece simples para muitos que não tiveram a oportunidade de conviver com o problema –, fui testemunha de uma mãe que me disse que tinha de matricular um filho de manhã e um filho à tarde porque na casa dela só havia um par de chinelos. Isso me levou a refletir sobre motivos de evasão escolar, se esse não seria um dos motivos da evasão escolar, porque muitas vezes a criança ficava envergonhada da sua roupa, que não condizia com a dos demais colegas. Adotamos o fornecimento do fardamento escolar: duas blusas, um short para os menores, uma calça jeans para os maiores e um

par de tênis. Para minha surpresa, Senador, muitas e muitas crianças, ao receberem o par de tênis, não sabiam calçá-lo, porque nunca tiveram a oportunidade de tê-lo em sua casa. O que quero dizer com isso? Por incrível que pareça, com tantas discussões válidas e justas sobre Fundef e Fundeb, quero dizer que o fardamento escolar, para o Administrador Municipal ou Estadual, não entra como despesa de Fundef ou de Fundeb, nem entra nos gostos dos 25%, percentual mínimo obrigatório para se aplicar na educação. Sabemos dos problemas da educação, e sempre devemos estar atentos a pronunciamentos como os de V. Ex^a, para que todos formemos uma corrente em favor do Brasil e dos brasileiros. Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Obrigado, Senador Cícero Lucena.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Sou candidato a um aparte, Senador, quando V. Ex^a puder.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Com certeza, em seguida.

Senador Cícero Lucena, V. Ex^a, como ex-Prefeito, dá um depoimento aqui que tive a oportunidade de ver no meu Estado, que tem poucos Municípios –com a capital, temos apenas quinze Municípios, mas alguns são maiores que os Estados de Sergipe e Alagoas juntos.

Vejo como é difícil para o Prefeito cuidar da educação básica, da educação fundamental. O exemplo citado por V. Ex^a de a criança não ter um par de sandálias para ir à escola, de não ter o transporte escolar adequado, porque mora, às vezes, numa vicinal e tem de ir a pé, atravessar igarapés – como chamamos lá os córregos, que é como se diz aqui, no Sul e no Sudeste – para ir à escola, isso tudo pertence, como está dito neste discurso, a esse Brasil distante do Sul e do Sudeste.

Mas falo isso sempre, chamo muito a atenção para as desigualdades regionais, que estão em todos os pontos, lamentavelmente. Estão na educação, estão na saúde, estão nos investimentos públicos, estão em todos os pontos.

Chamei à colação aqui a questão da segurança, porque como podemos querer, realmente, que haja segurança se os pressupostos básicos dessa segurança não são cuidados? E aí o que temos? É a grande migração do Norte e do Nordeste para o Sul maravilhosa, para o Sudeste maravilhosa, portanto gerando-se demandas sociais enormes.

Fica muito simples para alguns filósofos dizerem que temos de combater primeiro a pobreza, porque, enquanto houver pobreza, haverá marginalidade. Estão dizendo uma coisa que considero preconceituosa, como se todo pobre fosse, portanto, um criminoso; ao mesmo tempo, santifica-se o bandido: “Ele é bandido, coitadinho, porque ele é pobre”. Não, isso está completamente equivocado.

Quero pegar uma frase do Presidente Lula – até infeliz a frase –, quando ele disse, recentemente, que, ao tentar se reduzir a maioria penal, poderíamos estar até querendo, amanhã, criminalizar ou colocar na cadeia um feto. Na verdade, quem tinha que ser responsabilizado era o Estado. Mas a população não entende bem o que é essa figura abstrata de Estado. É o Governo. É o Governo Federal, é o Presidente da República que já está incluído, pelo menos nos últimos quatro anos, período durante o qual não se viram políticas concretas para mudança dessa realidade. E às vezes quem paga o pato é o prefeitinho – como o Senador Mão Santa gosta de dizer aqui –, que está lá, porque os problemas estão, realmente, no Município.

Senador Gerson Camata, com muito prazer, ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Senador Mozarildo Cavalcanti, quero cumprimentar V. Ex^a, que traz à reflexão nossa e do País mais um tema muito importante, como sempre nos seus pronunciamentos. Quero dizer, continuando com o raciocínio do Senador Cícero Lucena e que V. Ex^a inclusive sublinhou, que é uma coisa muito importante e que, às vezes, não se percebe: é a pobreza que leva à abstenção escolar, ao afastamento das crianças. Recordo-me de que, quando era Governador, introduzi o uniforme. Num domingo, fui à missa numa favela em Vitória e vi muita criança uniformizada. Perguntei, inocentemente, se estava havendo aula ali naquele dia. Disseram-me que não, mas era a melhor roupa que eles tinham para ir à missa. Eles usavam o uniforme para ir à missa, porque não tinham roupa melhor do que aquela. Mas quero lembrar aqui que o Senador João Calmon, há 30 anos, fez a década da educação com a Emenda Calmon. Ele, continuamente, brandia aqui um livro, uma pesquisa do Governo americano sobre a educação nos Estados Unidos. E o título daquele livro, Calmon mostrava aqui neste mesmo plenário, é **A Nation at Risk** – Uma Nação em Risco. Se eles estavam em risco há 30 anos com problemas na área da educação, imagine nós hoje, Senador! Não

ouvimos o João Calmon. O Pelé, quando fez o milésimo gol, pegou a bola, veio para o centro do gramado e disse: “Vamos pensar nas criancinhas!” Nós não pensamos, e já se vão 30 anos. Agora, estamos pagando essa omissão com a insegurança. Não demos atenção a esses profetas que nos avisaram. V. Ex^a tem razão. Todo esse problema de segurança, de crescimento, de PIB baixo, tudo está ligado, lá atrás, a um processo que inclui educação, paternidade responsável, presença do pai no controle e na imposição de limites. Mas, se não começarmos a pensar agora – e V. Ex^a sublinha isso muito bem –, daqui a 30 anos, haverá outro “Mozarildo” ali e outro “Camata” aqui falando as mesmas coisas, porque não se ouviu o que V. Ex^a está dizendo neste momento. Parabéns pela maneira como V. Ex^a coloca o assunto em discussão no País.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Muito obrigado, Senador Gerson Camata. Realmente, fico muito feliz em ver debatido um problema como esse. Entendo que devemos colocar juntas a educação e a segurança, porque estão juntos todos os outros problemas sociais também, como a moradia ou o emprego. Não adianta colocar esses problemas apartados. Esses temas têm de estar realmente juntos. Se não discutirmos em profundidade a educação...

A propósito, tenho a felicidade e a honra de dizer que, como Parlamentar, como Deputado Federal, apresentei dois projetos de lei autorizativa que foram transformados em lei pelo Presidente José Sarney, que criaram a Escola Técnica Federal da Roraima e a Universidade Federal de Roraima. A Escola Técnica Federal de Roraima hoje é um Centro Federal de Ensino Tecnológico, e a Universidade Federal de Roraima tem hoje 29 cursos superiores. E é um Estado que tem apenas 450 mil habitantes, Senador Gerson Camata. Isso me causa orgulho, porque eu mesmo tive que sair de Roraima com quinze anos de idade, porque ali sequer tinha o então chamado segundo grau.

Quando vejo hoje a dificuldade que se tem de se criar, por exemplo, um curso de Medicina num Estado como Roraima, percebo como as coisas no Brasil são muito elitizadas, acadêmicas. Pode-se ter vinte cursos de Medicina, ou mais, em São Paulo, mas não se pode ter um no Estado de Rondônia. Então, por que não há uma cota de brasilidade dos luminares da ciência que estão em São Paulo, no Rio de Janeiro, para que levem um pouquinho do seu saber para as regiões distantes?

Por isso, é preciso que este Brasil seja pensado melhor e, realmente, haja mais sentimento nacionalista, para darmos igualdade às Regiões em tudo, começando até pela educação. Se é fato se dizer que a educação é a grande arma no combate à pobreza e ao subdesenvolvimento, já virou lugar-comum também, nesses debates acadêmicos, dizer que, sem educação, nada mais é possível fazer; mas o que não se diz é como fazer essa educação de boa qualidade chegar a todos. Mas de boa qualidade, porque aqui mostramos que os índices quantitativos até que são bons. As eleições se sucedem e todos os candidatos, seja qual for o cargo pleiteado, sempre elegem a educação como prioridade. Mas o sistema educacional brasileiro, embora mais amplo, continua falho, canhestro e atrasado.

Como explicar tal situação? Em primeiro lugar, é claro, temos a falta ou a má distribuição dos recursos destinados à educação, uma questão que ainda não foi bem resolvida, notadamente sob o ponto de vista do equilíbrio regional.

Mas dinheiro somente não resolve. Os recursos são necessários para construir e reformar escolas, pagar salários mais justos aos professores. O aumento de verbas, por si só, não melhora a qualidade do ensino. Para isso, é preciso mais.

É preciso, basicamente, uma mudança profunda, uma verdadeira revolução em nossa cultura educacional.

É preciso criar um sistema baseado no mérito, na avaliação de resultados e na busca da excelência.

É preciso, efetivamente, criar mecanismos de democratização na gestão da escola, integrando-a visceralmente à comunidade onde se situa. Esse também é um ponto importante com relação à questão da segurança pública. Nos lugares onde a escola realmente funciona integralmente com a comunidade, quando existem atividades de envolvimento da comunidade com esporte, com lazer ou com outro tipo de atividade, essa comunidade se beneficia.

É preciso reformular o conteúdo programático e os livros escolares, adaptando-os à realidade e às especificidades de cada região.

É preciso, enfim, modernizar e valorizar a escola pública brasileira, devolvendo-lhe a excelência perdida e o respeito de tempos passados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a luta pela educação de qualidade em todo o País tem de ser o nosso combate constante, diário e ininterrupto. Sua realização não se dará da noite para o dia, é verdade, mas, para que o futuro nos seja alvissareiro, as sementes devem ser plantadas já – aliás, deveriam ter sido plantadas há mais tempo. Dessa forma, colheremos uma Nação mais justa, regionalmente equilibrada e pronta para assumir o seu posto no mundo desenvolvido.

Sr. Presidente, quero encerrar, pedindo a V. Ex^a que defira seja transcrito, na íntegra, um artigo da jornalista Míriam Leitão. Quero ler só a ementa, que diz assim:

Geléia Geral

O Brasil tem uma pilha de problemas e, se for preciso escolher o pior, escolho o da educação. Piorar indicadores de desempenho de alunos, ter números ainda mais vergonhosos que há dez anos é absolutamente intolerável. Deveria ser o suficiente para provocar uma onda de protestos, sensação de emergência nacional, indignação mesmo. Mas os poderes estão muito preocupados com questões mais relevantes.

É evidente que, no artigo, ela critica a postura dos Poderes, que estão preocupados com coisas muito insignificantes para se preocupar com a educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

MÍRIAM LEITÃO

PANORAMA ECONÔMICO

Geléia geral

• O Brasil tem uma pilha de problemas e, se for preciso escolher o pior, escolho o da educação. Piorar indicadores de desempenho de alunos, ter números ainda mais vergonhosos que há dez anos, é absolutamente intolerável. Deveria ser o suficiente para provocar uma onda de protestos, sensação de emergência nacional, indignação. Mas os poderes estão muito preocupados com questões mais relevantes.

O Congresso e o Judiciário estão em briga. Foi um bate-boca em torno de salários: a guerrinha dos contracheques. O TSE decidiu dar mais dinheiro exatamente para os partidos que, até recentemente, estavam sob ameaça de extinção pela cláusula de barreira, e isso produziu uma reação urgente urgentíssima dos grandes partidos. O ministro do Trabalho e o presidente do partido do governo estão em guerra com o Banco Central, o mesmo que manteve a inflação baixa, um dos ativos do presidente na reeleição. Políticos governistas tentam encontrar uma varinha de condão para dar mais poderes ao presidente: o direito de convocar plebiscitos sem ouvir o Congresso. É inevitável, quando se olha a cena brasileira, a sensação de desânimo; parece que o país está escolhendo — insistente e deliberadamente — o desastre.

As crianças, os jovens são o mais importante em qualquer país. As informações trazidas pelo Enem e pelo Saeb não são aceitáveis. Elas se somam a dois

dados divulgados no ano passado que também assustaram: o aumento do trabalho infantil, após 14 anos de queda; e o aumento da evasão escolar de adolescentes. Deveria ser o estopim de uma mobilização geral do país para entender por que isso aconteceu, onde foi que erramos e como enfrentar o problema. Mas o que vai acontecer é que rapidamente as duas pesquisas serão esquecidas, como os dados da Pnad o foram.

O que unia ontem os grandes partidos do país era a divisão do dinheiro do financiamento público, e eles até tiveram razão de reagir. A notícia é, de fato, sem pé nem cabeça. Até recentemente, toda a inclinação era pela redução do número de partidos. A cláusula de barreira foi aguardada por 11 anos, tida como a solução: em 1995, o Congresso decidiu que quem não cumprisse aquele mínimo em 2006 não teria direito ao financiamento público. Isso foi derrubado pelo TSE e, agora, sem que se saiba por quê, o Tribunal Superior Eleitoral de-

cide que, não apenas eles não acabam, como ainda terão 42% da verba partidária pública. A medida seria um incentivo à criação de partidos num país que já tem 28: incentivo à legenda de aluguel por dar dinheiro público até a quem não elegeu representantes. O que o país deveria tentar construir é uma forma de preservar partidos pequenos que tenham se organizado em torno de idéias e desincentivar aqueles outros que se formam por esperteza, para explorar o

balcão de negócios. É difícil fazer essa separação sem ser arbitrário, é um desafio, mas, em vez de pensar nisso, o que se faz é ir de um extremo ao outro: ou eles estão ameaçados de extinção se não se fundirem, ou têm relativamente muito mais dinheiro que os grandes partidos.

O que espanta nesse caso da distribuição de financiamento público a partidos é como um país que tem tanto problema pode gastar tamanho esforço com problema inventado. Esse saiu do nada. A outra briga, que envolve os poderes do Legislativo e do Judiciário, a dos contracheques, é mais uma das aberrações do país. O ataque ao Banco Central é, de novo, a tentativa de se encontrar um bode expiatório.

Os juros caíram de 19,75% para 13% e, mesmo assim, o dólar continua baixo, e o desemprego em dois dígitos. As decisões do BC foram várias vezes discutíveis, e há erros a apontar. Mas o fato é que, se toda a diretoria do Banco Central cair agora e os juros forem reduzidos por decreto presidencial, a economia continuará com os mesmos problemas. E terá outros.

Nunca é demais lembrar que não é a Selic que os empresários pagam quando tomam dinheiro no BNDES. Eles pagam taxas mais amenas. Quem paga alto mesmo é o tomador de crédito pessoa física. Os empresários

enfrentam vários obstáculos para investir: os impostos são muitos e altos, a legislação é complexa, perde-se dinheiro e tempo tentando acompanhar a parafusada tributária montada pelo leão e seus leõezinhos — ou seja, a Receita Federal e os sistemas de arrecadação dos estados e das prefeituras. O governo arrecada cada vez mais de uma economia anêmica, e usa esses recursos não para salvar os jovens da tragédia que se anuncia, não para focar os problemas mais urgentes, mas para pagar aposentadorias, para manter uma máquina pouco eficiente, para

fazer escolhas erradas com o dinheiro coletivo.

Em vez de reformar a Previdência, decide reformar a conta do déficit da Previdência. Pronto! Está resolvido o problema: "Não me venham mais falar de déficit." Para enfrentar o problema da estagnação, a solução é atacar o suspeito usual: o Banco Central.

Enquanto o país se mobiliza por falsos problemas ou falsas soluções, nossos verdadeiros dilemas continuam se agravando. O Brasil não pode ter qualquer retrocesso na educação. Já está atrasado demais.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

V. Ex^a terá assegurado o uso da palavra por cinco minutos para uma comunicação inadiável.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, conforme V. Ex^a pôde acompanhar, apresentei um requerimento em que o Senado manifesta o seu pesar pelo assassinato cruel, bárbaro daquele casal francês e do cientista social francês, no Rio de Janeiro. É uma maneira de manifestar solidariedade às famílias desses franceses e ao Consulado Geral da França, no Rio. Inclusive estou substituindo o requerimento, ampliando um pouco os fatos e fazendo uma correção de endereços, porque esse triplo assassinato teve repercussão muito grande na Europa inteira, não só na França. Até amigos meus que moram na Itália e uma parenta minha que mora na Alemanha me ligaram durante o fim de semana, com a repercussão, ruim para o Brasil, em vários países da Europa, com a divulgação, tanto pelas televisões, quanto pelos jornais, desse acontecimento.

Quero manifestar o nosso pesar por esses franceses. Eles vieram para o Brasil com o desejo de trabalhar em uma organização não-governamental, procurando tirar meninos da rua, fazendo com que essas crianças fossem úteis, no futuro, ao Brasil e aos brasileiros. E seriam melhoradas as condições de vida da própria Humanidade, porque, quando esses meninos se aperfeiçoassem, serviriam à Humanidade, serviriam ao próximo, em vez de descambarem para o crime.

Pois bem, esses franceses, trabalhando há mais de dez anos, resgataram um menino da rua. Eles o educaram, pagaram-lhe o colégio e acharam que o haviam educado tão bem que tomaram esse menino e o levaram para trabalhar na organização não-governamental, com trabalho assalariado. Eles estavam ganhando – esse rapaz – para trabalhar nessa organização não-governamental. E essa organização não-governamental, Sr. Presidente, ainda pagava um curso superior de Administração, que esse ex-menino de rua estava freqüentando. Pois bem, ele, trabalhando nessa organização, ficou encarregado de alguns pagamentos, de acompanhar pagamentos de tributos, e começou a dar um desfalque na organização, que estava chegando a R\$80 mil.

Qual a solução – coitado! – que essa mente perversa encontrou para isso? Assassinar os três franceses. Procurou companheiros e colegas de fim de semana, ofereceu para cada um R\$2 mil, municiaram-se de facas e foram para o escritório da organização, a fim de perpetrar, de maneira cruel, o assassinato

daqueles que o haviam beneficiado, degolando-os e esfaqueando-os, até que levassem o casal e o francês à morte.

Esse voto de pesar quer significar tanto às famílias dos três franceses quanto às autoridades francesas o sentimento do Brasil diante dessa crueldade que foi praticada contra franceses.

O Brasil tem uma tradição muito grande de ligações históricas, sentimentais e culturais com a França. A própria unidade República Federativa do Brasil foi mais ou menos moldada com base na *République Française*, que sucedeu à Revolução Francesa, movimento que deu origem à separação dos três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário. Culturalmente, o Brasil tem uma ligação muito profunda com a França, e esses franceses merecem de nós, Senadores, e do Governo brasileiro todas as homenagens por tudo aquilo que eles vinham fazendo e pela maneira cruel com que lhes foram retiradas as vidas.

Esse voto de pesar é a nossa maneira de agradecer às famílias e de lhes dizer que não perderemos essa oportunidade de refletir sobre o que aconteceu aos seus filhos, de dizer ao Governo francês que o Brasil é grato por ter, naquele País, cidadãos da qualidade daqueles que vieram ao Brasil prestar esse serviço aos jovens brasileiros. Ao mesmo tempo, queremos pedir aos franceses que não desanimem de pensar nas crianças pobres do Brasil, diante de um acontecimento tão triste, tão infausto e tão doloroso como esse.

Por isso encaminhei esse voto de pesar, que espero represente um pouco a intenção de diminuir a dor dos parentes desses franceses, quando um organismo como o Senado reconhece o trabalho que eles vinham fazendo e lhes presta essa homenagem, como a que o Rio de Janeiro prestou – vi ontem o Cardeal do Rio de Janeiro na missa em sufrágio dessas almas. É uma maneira de fazermos com que a dor dessas famílias e o sentimento do Governo francês tenham a solidariedade e o apoio do Senado brasileiro.

Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Gerson Camata. Solidarizo-me com V. Ex^a nesta homenagem justa e importante para esta Casa, representada por sua iniciativa, e para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário que foi constatado erro material nos autógrafos das emendas oferecidas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2006**, aprovadas nesta Casa e remetidas à Câmara dos Deputados pelo Ofício nº 2.116 do Senado Federal, de 14 de dezembro de 2006.

O erro material em questão verificou-se na Emenda nº 16, correspondente à Emenda nº 16-CAE, que deu nova redação ao art. 32 do Projeto no sentido de alterar o art. 836, que, na verdade, corresponde ao art. 876 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos termos do art. 325, II, do Regimento Interno, será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Lida a comunicação, continuamos pela ordem dos oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cícero Lucena, como orador inscrito. V. Ex^a terá 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois do pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, a minha vontade é de continuar falando sobre educação, mas, com certeza, todos nós teremos outras oportunidades não apenas de falar, mas também de agir em favor desse tema tão importante.

Eu gostaria de abordar nesta tarde um dos temas mais presentes nesta Casa, alvo de críticas de praticamente todas as Sr^{as} e Srs. Senadores, independentemente de ideologia ou coloração partidária.

Falo do instituto da medida provisória, que, dissociada da intenção original do legislador, se tornou figura banal no nosso sistema jurídico, sendo utilizada nas mais diversas e até esdrúxulas situações, em sua grande maioria sem os requisitos essenciais de urgência e relevância que a autorizavam e previstos no art. 62 da Constituição Federal.

Contudo, quero fixar o olhar desta Casa para o que poderíamos chamar de efeito colateral, ou melhor, em como esse vício de edição de medidas provisórias pelo Poder Federal vem se disseminando, se alastrando pelas demais esferas de Poder Executivo, principalmente nos Municípios brasileiros. É, sem dúvida, o caso do “mau exemplo” que vem de cima.

Apenas para ilustrar, trago o exemplo recente da minha cidade, João Pessoa.

A Paraíba surpreendeu-se há poucos dias com uma medida provisória – mais uma –, a 16^a medida provisória em apenas dois anos de Governo. Como Prefeito de oito anos, editei somente uma medida provisória. O Prefeito de João Pessoa, na sua medida provisória, anula um teste seletivo público do ano de 2003 para a contratação de agentes de saúde da capital paraibana. A mesma medida que anulou o teste demitiu mais de mil agentes comunitários e sanitários de combate à dengue.

A medida do Prefeito de João Pessoa impressiona pelo autoritarismo, pela insensatez e por seu indistigável caráter revanchista. Nenhuma das suas poucas justificativas resiste ao menor questionamento, muito menos aos fatos e à história.

O Prefeito sugere que o teste seletivo teria sido feito sem divulgação à altura. O próprio Ministério Público do Trabalho, que move uma ação contra essa medida provisória, encarregou-se de desmentir o Prefeito, apontando diversos jornais e muitas edições de matérias sobre o teste, sobre suas exigências, prazo de inscrição e total de inscritos. A Prefeitura oferecia, em 2003, cerca de 400 vagas. Apesar de todas as limitações impostas pelo Programa de Saúde da Família, que exige que o agente more na própria comunidade atendida ou próximo a ela, Senador Gerson Camata, inscreveram-se mais de 12 mil candidatos, cerca de 30 concorrentes para uma única vaga. Onde está a falta de divulgação? Era emprego de pouco mais de um salário mínimo, restrito a moradores de um mesmo bairro... E foram 30 concorrentes para uma vaga.

Foram aproveitados todos os aprovados, como titulares ou como suplentes, porque afinal a Prefeitura de João Pessoa, que na época me tinha como Prefeito, montou o que, em termos proporcionais, era o maior e mais abrangente programa de saúde da família do Brasil: 180 equipes de saúde da família. Foi a primeira capital do Brasil a atingir 100% de cobertura no programa saúde da família para o público alvo.

Na época, dois, e apenas dois dos mais de doze mil inscritos no teste seletivo se insurgiram contra as regras do concurso. Foi o Ministério Público Estadual que abriu o processo e, ao final, mandou arquivar as reclamações. Considerou o teste absolutamente regular e limpo, a salvo e acima de qualquer suspeita. O Ministério Público atestou e avalizou a regularidade e a lisura do concurso. O Tribunal de Contas do Estado também analisou o processo. E também aprovou o teste e a contratação.

O próprio prefeito atual, na época um deputado de um só tema e de uma nota só, a crítica à Prefeitura da época, não contestou o teste. Ao contrário, exigiu um contrato que desse aos selecionados uma gama de direitos muito mais abrangentes do que a legislação permitia. Até em busca da estabilidade, pois até então não havia legislação que assim permitisse.

A imprensa da Paraíba jamais registrou um só questionamento do atual Prefeito, à época Deputado Estadual, contra o teste seletivo. Por que só depois de quatro anos de seleção pública e de funcionamento dessas equipes, por que só depois de mais de dois anos de sua posse na prefeitura o Prefeito de João Pessoa

resolve insinuar irregularidades e protecionismo num teste de 2003? Como jogar pedras agora, se ainda em setembro de 2005 a equipe técnica da Secretaria de Saúde, já sob o comando do atual Prefeito, atestava por escrito a regularidade e a lisura do concurso?

O Ministério Público do Trabalho, na Paraíba, está contra a anulação do teste e a demissão dos agentes, por reconhecer sua absoluta regularidade e lisura. O Ministério Público do Trabalho até conseguiu na Justiça liminar suspendendo os efeitos da medida provisória da perseguição e da retaliação.

Tenho a mais absoluta confiança na Justiça, no sentido de que os agentes de saúde de João Pessoa não serão demitidos nem prejudicados, pois a medida provisória do Prefeito não se sustenta em foro algum, até porque eles têm prestado um excelente serviço, pois são treinados e qualificados. Deixamos, inclusive, um projeto em fase inicial, por meio do qual cada agente de saúde qualificado teria um *palmtop* para acompanhar suas visitas residenciais e, assim, alimentar o banco de dados da Secretaria de Saúde do município e depois repassá-los ao Ministério da Saúde.

Mas nada impede a inquietação e a grande dúvida que suscita o ato do Prefeito: por que só agora, às vésperas da eleição municipal, o prefeito se insurge contra um ato de quatro anos atrás e resolve demitir mais de mil agentes de saúde com medida provisória? Que ligação haveria entre a demissão de agora e o fato de que o prefeito foi pilhado na campanha eleitoral passada fazendo sorteios de ferros de engomar, de liquidificadores, de bicicletas e pedindo votos exatamente para esses mesmos agentes de saúde agora demitidos? O que motiva, afinal, essa absurda medida provisória: perseguição política, de intolerância à crítica e à divergência ou simplesmente vingança?

Os últimos anos, felizmente, têm registrado avanços consideráveis no reconhecimento e na regulamentação de direitos dos agentes comunitários de saúde e dos profissionais do programa de saúde da família. Hoje essa medida é contra os agentes; amanhã, pode ser contra os médicos, os enfermeiros, os odontólogos. Lá, cada equipe tem um odontólogo. Mas, como prova este fato de João Pessoa, ninguém está a salvo do autoritarismo, da loucura mais cega e da intolerância mais revanchista. Para esses, nem a lei. Só a justiça.

Exemplos como o de João Pessoa e de outros Municípios brasileiros, apenas corroboram o que todos os Senadores desta Casa sabem. O Legislativo brasileiro precisa urgentemente atuar contra a desmedida edição de medidas provisórias, que usurpam as atribuições deste Poder, comprometendo o Estado de direito em que todos acreditamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Obrigado, Senador Cícero Lucena.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Couto como orador inscrito. S. Ex^a terá 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez venho com muita honra a esta tribuna falar de assuntos do meu querido Estado do Pará aos meus irmãos paraenses.

Inicialmente o meu pronunciamento, meu nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, traz um tema que preocupa. E quero deixar um alerta às autoridades brasileiras, especialmente às paraenses.

O jornal **Correio Braziliense**, da semana passada, trata do garimpo de Serra Pelada. E dá destaque, em uma página inteira, à disputa pelo ouro.

Mas vou deixar esse assunto para a parte final do meu pronunciamento.

Antes, quero abordar novamente a questão das eclusas de Tucuruí. Nesta tribuna, disse que sempre iria chamar a atenção dos paraenses, dos brasileiros com relação à falta de infra-estrutura no Estado do Pará.

O Governo Lula, ao anunciar o Plano de Aceleração do Crescimento, tão comentado neste Brasil, incluiu – graças a Deus! Felizmente! Até que enfim! – algumas obras de infra-estrutura no Estado do Pará. Até que enfim! Por que digo até que enfim, Senador Paulo Paim? Porque, com todo o respeito que tenho pelo Governo Lula, até hoje não teria feito apenas uma obra sequer de infra-estrutura no Estado do Pará. E pasmem, Senador Papaléo Paes: o Pará é um dos Estados que mais colaboram com as exportações brasileiras. Merecia até um incentivo especial, mas não tem e nunca teve a contrapartida. Agora, até que enfim, o Presidente Lula vem à imprensa dizer que o Plano de Aceleração do Crescimento não ficará na gaveta. Que bela afirmação! Espero que ela seja cumprida. Espero, Sr. Presidente, que meu Estado tenha, finalmente, obras de infra-estrutura para o seu crescimento. Finalmente, Sr. Presidente!

Volto a repetir: a Lei Kandir, com relação ao Estado do Pará, não é cumprida, não é respeitada. O Estado do Pará é um dos maiores exportadores, e não é compensado por isso. Precisa do respeito das autoridades. E espero que a afirmação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva seja verdadeira porque essas obras já poderiam ter sido feitas há muito tempo. Não é nenhum favor ao Estado do Pará; se fossem fazer a contabilidade, a União estaria devendo ao Estado do Pará Senadores e Senadoras. E é preciso que o povo brasileiro saiba disso. É preciso que o povo paraense fique cada vez mais alerta sobre esse problema.

O Estado do Pará nunca foi compensado pelo que dá à União. Nunca! Não há sequer Senador uma obra de infra-estrutura feita no Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Espero, agora, que essas obras que estão alocadas no PAC, principalmente as eclusas de Tucuruí, a Transamazônica, a Santarém–Cuiabá e a Belo Monte sejam uma realidade.

Não se pode Senador Mozarildo, sem infra-estrutura, ter um crescimento, ter uma produção. Como, Senador? Não se pode, Senador. E pior: quando se abrem os jornais e lê-se a notícia de que o Governo brasileiro vai doar à Bolívia R\$20 milhões, aí entro em parafuso Senador! Querem servir a Bolívia quando, aqui no Brasil, na minha Ilha de Marajó, sobre a qual falei nesta tribuna, ainda existe a fome, a miséria. E aí, Senador, causa-me uma revolta. Vinte milhões doados à Bolívia! Apliquem esses R\$20 milhões na pobreza da Ilha de Marajó. Dêem o mínimo de infra-estrutura!

V. Ex^a falou ainda há pouco – eu estava observando – que o seu Estado tem 400 mil habitantes, não é isso, Senador? Pois a Ilha de Marajó chega a isso. A Ilha de Marajó! Não é o Estado do Pará, mas a Ilha de Marajó, Senador! Quatrocentos mil habitantes! Larga-da, desprezada há anos e anos e anos, desde minha infância, Senador!

Quando se pede o mínimo, que se dê o mínimo de transporte àquele povo; quando se pede um navio de R\$6 milhões, se dá R\$20 milhões à Bolívia. Pelo amor de Deus!

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Vou atender a todos.

Pelo amor de Deus! Onde nós estamos? Será que isso é verdade ou estou sonhando? Será que eu estou sonhando, Senador? Será que estou sonhando? É um absurdo! É um absurdo!

E o povo de Marajó na miséria. Pronto! Vamos dar R\$20 milhões ao Presidente da Bolívia para que me chame, mais tarde, de estadista. Sirvo a todo este Continente! Sou o todo-poderoso Luís Inácio Lula da Silva! E o povo de Marajó morrendo à míngua, na miséria, sem transporte, sem energia. E meu Pará sem infra-estrutura, sem uma obra de infra-estrutura feita pelo Governo Lula.

Pois não, Senador.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Mário Couto, sou do Estado mais setentrional da Amazônia e, portanto, do Brasil. Muita gente, até bem pouco, ainda achava que o ponto mais setentrional do Brasil era o Iapoque, lá no Amapá. Está provado geodesicamente que é o monte Caburaí, em

Roraima. Mas sou meio paraense. Passei oito anos no Pará. Formei-me em medicina lá. Admiro muito aquele Estado, onde ainda mora minha mãe. Ela foi para lá por minha causa, para que eu pudesse estudar. Tenho uma profunda admiração pelo povo paraense, pela forma acolhedora como recebe as pessoas que vão para lá. Sobretudo, pelo amor que têm os paraenses por sua terra e por suas coisas. V. Ex^a está defendendo com muito ardor, reclamando com muita justeza providências para o seu Estado, que é o mais rico da região amazônica ou, pelo menos, da região Norte. Imagine nós, da pequenina Roraima, como somos tratados, se um Estado da região Norte do porte do de V. Ex^a é maltratado assim! É verdade que é maltratado, sou testemunha. Imagine nós, que somos pequeninos. Imagine se não tivéssemos três Senadores, um deles Líder do Governo! Não recebemos nem as coisas mais elementares como, por exemplo, uma autorização para importar gasolina da Venezuela. Estamos encaixados lá, onde o valor da gasolina é 1/10 do que pagamos, mas não o fazemos para teimar sermos brasileiros. V. Ex^a tem razão. O Presidente Lula quer pintar-se de líder da América Latina, mas está perdendo esse espaço para Hugo Chávez. Reajustou o gás da Bolívia em 6 milhões, quer dar mais R\$20 milhões agora, mas há muito brasileiro morrendo de fome, principalmente na região Norte, em locais como a Ilha de Marajó e o sul do meu Estado, Roraima. V. Ex^a tem razão, e estou solidário com V. Ex^a nessa luta para que a nossa voz seja ouvida e o nosso povo respeitado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado, Senador.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não, Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Ilustre Senador Mário Couto, cumprimentos pela sua fala. O Brasil é um País extremamente generoso – com os outros. Perdoa a dívida de Angola, perdoa a dívida de Moçambique, produtores de diamantes e de petróleo. Ouvi, de madrugada, o Presidente da Câmara Brasileira de Comércio Exterior. Não acredito no que ele disse porque tenho brigado aqui há mais de dez anos para que seja criado um fundo federal para financiar, com juros subsidiados, aos prefeitos, a compra de tratores, máquinas e retroescavadeiras, a fim de darem uma boa assistência nas estradas vicinais. Repito, eu não acredito. O Presidente da Câmara Brasileira de Comércio Exterior disse que o Presidente Lula vai baixar uma medida provisória para financiar a compra de tratores e máquinas agrícolas para os prefeitos da

Bolívia. Eu pensei que fosse lá para o Espírito Santo. Eu não acredito que seja verdade. Vou sugerir ao Governador Paulo Hartung, já que no Espírito Santo há uma refinaria de gás da Petrobras, que mande a Polícia Militar invadir a refinaria, colocar lá a bandeira do Espírito Santo e prender os funcionários da Petrobras. Aí ele vai receber todos os benefícios que o Evo Morales está recebendo por ter feito isso. Ser for verdade. Eu não acredito. Se acontecer, vou morrer não acreditando que o Brasil vai financiar para a Bolívia máquinas agrícolas a juros subsidiados, se não o faz para as suas prefeituras.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Também acredito que ele não vá fazer isso, porque será absurdo se o fizer. Mas, Senador Mozarildo Cavalcanti, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi muito bem votado no Pará, principalmente na Ilha de Marajó. Há pouco tempo estive lá, conversando com uma moradora, uma senhora de 40 ou 50 anos. Perguntei: a senhora recebe o Bolsa-Família? “Recebo, Senador, mas está muito pouco. Já não dá mais”. Perguntei: quanto a senhora recebe? “Cinquenta ou sessenta reais”. Ela estava reclamando que o Bolsa-Família já não está dando mais para fazer o que fazia.

Senador, é preciso ficar atento a isso porque o povo brasileiro já não quer mais e já está reclamando do valor atual do Bolsa-Família. Preste bem atenção no que pode acontecer, porque todo salário é motivação periódica, não é, Senador? Esse também não vai deixar de ser uma motivação periódica. Para uma região, Senador Paulo Paim, que não tem absolutamente nada, em que a pobreza impera, quando se dá o Bolsa-Família, agradece-se. Não penso que não se deva dar. Agora, até quando vai permanecer o Bolsa-Família e até quando vão tratar dessa maneira a população pobre do País?

Tenho o Bolsa-Família, mas não tenho transporte. Tenho o Bolsa-Família, mas não tenho iluminação. Tenho o Bolsa-Família, mas não tenho água na minha casa, potável, tratada. Não tenho. Tenho o Bolsa-Família, mas não tenho a mínima infra-estrutura na minha terra para que ela se desenvolva. Não tenho. Tem de haver o Bolsa-Família, mas tem de haver desenvolvimento. Tem de haver estrutura mínima para as pessoas poderem sobreviver.

E aí? E aí se fala do PIB brasileiro. E é isso que a imprensa divulgou: só ganhou do Haiti. É um dos últimos PIBs mundiais. E, se formos comparar com os outros Governos brasileiros, é também um dos menores de toda a história deste País.

Por isso, Sr. Presidente, mais uma vez, quero falar, desta tribuna, da minha preocupação de o Go-

verno Federal não ter uma obra de infra-estrutura no meu Estado, o Pará, que é um dos maiores colaboradores nas exportações brasileiras. E não se respeita a Lei Kandir.

Espero que, pelo menos, as obras que já deviam ter sido feitas há muito tempo – as eclusas, a Transamazônica, a Santarém–Cuiabá e a Belo Monte – sejam feitas agora. Tomara! Oxalá! O povo paraense vai agradecer. E eu não vou me cansar de falar nesta tribuna.

Mas o assunto principal que trago a esta tribuna, hoje, é o garimpo de Serra Pelada. Depois de 15 anos fechado, desde 1992, o Líder do Governo, nesta Casa, Senador Romero Jucá, anuncia que a Vale, por meio de um acordo com a Presidência da República, abre o garimpo de Serra Pelada. E cerca de 67 mil garimpeiros certamente festejaram a notícia.

Lembre-se de que a abertura desse garimpo, a luta pela sua abertura, na cidade Curionópolis, no Pará, trouxe até morte. Nesses 15 anos, 4 pessoas, sindicalistas, morreram.

Todo o Brasil conhece fatos relacionados ao garimpo de Serra Pelada. Todo o País!

E a notícia chegou ao Pará festejada. No entanto, eis que surge um grande problema: o prefeito de Curionópolis.

Lerei para as Sr^{as} e os Srs Senadores notícia publicada no jornal **Correio Braziliense**: “Prefeito de Curionópolis quer impedir que garimpeiros de Serra Pelada no Pará voltem a atuar na região, apesar do acordo de exploração feito com a Vale do Rio Doce.”

Sabem V. Ex^{as} quem é esse prefeito? Eu o conheço. E conheço a história toda, conheço os fatos, todos os fatos! Sebastião Curió – daí o nome da cidade, Curionópolis – é um prefeito do tempo da guerrilha do Araguaia, Senador Jarbas Vasconcelos! V. Ex^a, que já foi Governador, sabe que temos vários tipos de Prefeitos no interior dos Estados, e esse é daquele tipo mão-de-ferro! É do tipo do império! É do tipo da ditadura! Ditadura!

Curió é até um passarinho que, no Pará, muitas pessoas criam; chegam até a fazer campeonato de canto dos curiós.

Mas esse aí, esse curió é um carcará disfarçado de curió! Esse não é um curió; é um carcará disfarçado de curió.

Ao descer desta tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero deixar um alerta às autoridades brasileiras, especialmente às do meu querido Estado do Pará: se esse assunto não for levado a sério, se esse curió realmente colocar novamente as suas

garras nessa questão, haveremos de ver tombados mais sindicalistas.

Não podemos e não devemos largar a atenção desse assunto, autoridades do meu Pará! Precisamos mostrar ao Curió que o tempo da ditadura já foi. Estamos na democracia e lutamos por ela, Curió! Você não pode, como prefeito, impedir que o garimpo volte a funcionar. Tire a sua roupa de carcará, Curió! Tire a sua roupa de carcará! Deixe as 67 mil pessoas trabalharem com dignidade e criarem seus filhos. Deixe-as!

As autoridades do meu Estado precisam estar atentas a isso. Não somente do meu Estado, mas também as autoridades do meu País.

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou concluir o pronunciamento, Sr. Presidente.

Por isso, deixo esta tribuna certo de que aqui cumpri minha obrigação. Alertei as autoridades do meu País e do meu Estado com relação à reabertura do garimpo de Serra Pelada. As cooperativas precisam funcionar, mas, com as garras do Curió, com as garras do carcará, poderemos ter problemas de morte. Já foram quatro, e poderá haver mais. Fica o meu alerta.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção que me foi dispensada.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mário Couto.

Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável em seguida ao pronunciamento do Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a terá a palavra como Líder, já que já há três inscritos para uma comunicação inadiável.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim por até vinte minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para falar um pouco sobre fatos que estão acontecendo no movimento sindical. Todos sabem da minha caminhada como ex-sindicalista, lá pelos anos 70 – nos anos 80 eu já estava na Câmara e, de lá, depois de ser constituinte, vim para o Senado. E surpreende-me muito a forma como alguns empresários

– alguns, não são todos – estão agindo com o movimento sindical, simplesmente desrespeitando o que manda o art. 8º, inciso VIII, da Constituição.

Diz o art. 8º:

É vedada a dispensa do empregado sindicalizado, a partir do registro da candidatura, a cargo de direção ou representação sindical, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave.

Um setor do empresariado – repito, não são todos – começou simplesmente a colocar na rua, sem direito à indenização da estabilidade, o dirigente sindical que faz parte do Conselho Fiscal da entidade. Ele foi eleito para a diretoria, exercendo cargo do Conselho Fiscal. Não dá para entender.

Faço este protesto em nome de milhares e milhares de sindicalistas.

Eu estranho o fato porque durante uma década fui sindicalista – fui Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, fui Presidente da única central estadual que houve no Rio Grande do Sul, a chamada CET-RS (Central Estadual dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul), fui vice-presidente da CUT Nacional – e nunca vi, no meu período, dirigente sindical ser demitido sem direito sequer à indenização correspondente aos anos que ele teria de estabilidade. Como é que um dirigente vai defender os seus trabalhadores, a sua categoria respectiva, se ele não tem nenhuma proteção? Por participar da Cipa – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes –, eu tinha estabilidade no emprego; depois, virei dirigente sindical. Não dá para entender.

Se continuar assim, com demissões, arbitrárias e truculentas, confesso que terei de entrar com um projeto de lei reafirmando o que diz a Constituição, que é uma norma auto-aplicável, dizendo que dirigente sindical, conforme diz a Constituição, não poderá ser demitido. Vou ter de apresentar aqui um requerimento de urgência urgentíssima. Eu seria obrigado a reinventar a roda, porque, em qualquer país capitalista do mundo, o dirigente sindical não pode ser demitido arbitrariamente.

Deixo aqui este protesto, Sr. Presidente, já demonstrando nossa intenção de, se necessário, apresentar uma lei dizendo aquilo que já está no texto da Carta Magna. Isso é um desrespeito à liberdade e à autonomia sindical. Confesso a vocês que, se eu estivesse lá no movimento sindical, eu estaria na rua, com as centrais sindicais e as confederações dizendo que, quanto ao meu pessoal da diretoria, a Constituição teria que ser cumprida e que ninguém vai demitir. Estranho, protesto e faço um alerta ao movimento sindical: contra empresário que demitir dirigente sindical, no mínimo,

teremos de pensar uma forma de protestar, e uma forma de protesto é, sem sombra de dúvida, a greve.

Senadora Ideli Salvatti, falarei da greve. Por que farei isso? Porque surpreenderam a todos nós as manchetes deste fim de semana segundo as quais haveria a intenção, por parte do Governo, de proibir o direito de greve no setor público. Particularmente, não acredito nisso. Acho que foi um mal-entendido. O que existe por parte do Governo é um pedido para que haja a regulamentação do direito de greve, em relação ao que não posso ser contrário e direi o porquê.

Apresentei em 1991, o Projeto nº 401, que dispõe sobre a regulamentação do direito de greve, na área pública e na área privada. Nesse projeto, faço um paralelo entre o art. 37, que trata do servidor público, e o art. 7º, que dispõe sobre o direito de greve na área privada. Até hoje, não foi regulamentado – e falo como ex-Constituinte – o direito de greve na área privada nem na área pública.

Estou entendendo que a intenção do Presidente Lula e do Ministro Paulo Bernardo, que assim se manifestou, seja de que haja a regulamentação. O art. 8º traz a expressão “conforme lei” e o art. 37, que dispõe sobre o servidor público, determina que seja “conforme lei específica”. Hoje não existe o direito consagrado de greve, porque ele ainda não foi regulamentado. O que o Governo quer, e o que eu quero, desde 1991 – lamento que a Câmara esteja com o projeto engavetado –, é regulamentar o direito de greve.

Concedo o aparte à Senadora Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Paulo Paim, é esse o entendimento que eu também tenho e só posso lamentar que, mais uma vez... É interessante ver que, quando ocorrem greves no serviço público, várias vozes se levantam dizendo que é ilegal, que não pode, isso e aquilo. Mas o engraçado é que as mesmas vozes bombardeiam quando, por questões, muitas vezes, legítimas, corretas, a organização sindical dos servidores públicos realiza movimento de paralisação, alegando que não pode, não deve... Agora, quando vem uma proposta, como V. Ex^a está levantando, visando atender uma questão que está em aberto, uma lacuna legislativa, e a Presidência da República, o Presidente Lula estabelece que é importante, que deve ser feito e que será feito, é interessante que essas mesmas vozes que se levantam para criticar e combater o movimento dos próprios servidores agora critiquem o fato de a Presidência da República estar preocupada com a regulamentação do direito de greve. Não se trata de impedir a greve ou de punir os grevistas, mas, sim, de regulamentar o direito para que o legítimo direito de os trabalhadores reivindicarem possa ser garantido assim

como para que a população seja atendida, até porque boa parte das greves atinge esse direito de atendimento. Então, é preciso haver regras claras no momento da movimentação legítima dos trabalhadores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço à Senadora Ideli Salvatti pelo aparte, que vem ao encontro do que estou falando.

Antes de descrever, rapidamente, a situação do PL nº 401, concedo, com alegria, um aparte ao Senador Papaléo Paes. Posteriormente, continuarei a explicar o projeto de regulamentação, que está, desde 1991, na Câmara dos Deputados.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Paulo Paim, primeiramente, meu respeito pela sua postura nesta Casa e pela sua participação muito ativa, principalmente nas questões relacionadas aos direitos do trabalhador, aos sindicalistas e a todos aqueles movimentos que dizem respeito aos direitos humanos. Estou fazendo este aparte, até que V. Ex^a nos dê conhecimento do projeto, porque realmente fiquei muito surpreso com o posicionamento do Governo, inclusive com a maneira como falou um de seus Ministros. Jamais poderíamos identificar aquele cidadão como membro de um Governo que encontrou na prática das greves uma forma de os trabalhadores reivindicarem seus direitos. Hoje, estamos vendo a atitude do Partido dos Trabalhadores... Até quero desvincular o PT. Quero dizer que um dos seus maiores representantes, o Presidente da República, toma atitudes que não tem nada a ver com o espírito que o Partido impôs, desde o seu início, que era exatamente o espírito de respeito aos direitos dos trabalhadores. Desejo que o Presidente Sarney nos conte quantas greves S. Ex^a enfrentou, quantos movimentos grevistas enfrentou na sua gestão. Parece-me que foram mais de três mil greves, comandadas ou idealizadas exatamente pelo Partido dos Trabalhadores, que estava nascendo. Então, ficamos muito confusos, principalmente hoje, quando vemos que o próprio Governo, que o Partido dos Trabalhadores, representado pelo Presidente da República, está tomando algumas medidas relacionadas à contenção de certos movimentos grevistas que se contrapõem completamente à sua ideologia, que fez com que o povo brasileiro elegeisse o Presidente Lula para cumprir um mandato de quatro anos, reelegendo-o por igual período. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Papaléo Paes, agradeço o aparte do V. Ex^a. Pretendo, na sequência do aparte do Senador Cristovam Buarque, explicar o que diz o Projeto nº 401, de 1991, que teve, na época, o parecer favorável da Deputada Federal Maria Laura, grande líder dos servidores públicos em

Brasília e em todo o País, que V. Ex^a conheceu muito bem, e tem também parecer favorável do atual Presidente do Sesi, Jair Meneguelli, e, posteriormente, de Tarcísio Zimmermann, Secretário do Trabalho e Ação Social do Rio Grande do Sul no Governo Olívio Dutra, porque o nosso projeto regulamenta a situação tanto da área pública quanto da privada. Explicarei o que regulamenta.

Ouçó o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Paulo Paim, fico satisfeito que V. Ex^a traga este assunto para cá, porque creio que todos nós ficamos assustados quando lemos que o Governo está pretendendo repelir, controlar ou regulamentar as greves. Mas é preciso lembrar que todos nós ficamos assustados também quando vemos as consequências das greves em alguns setores. Não há a menor dúvida de que uma das causas da piora na educação brasileira decorre do excesso de dias de greves que temos na educação. Greves que são determinadas por uma minoria muito pequena em assembleias e greves que têm longas durações. Cem dias! Uma criança não recupera o que perdeu depois de 100 dias de greve, Senador. Ela pode até recuperar uma parte, mas não tudo. Foi nesse sentido, Senadora Ideli, que apresentei um projeto pelo qual já luto há muitos anos, desde que era Governador, não de proibir greve, absolutamente, mas de criar um colchão entre professores, servidores da educação e Governo. Esses professores teriam direito, sim, de reivindicar salário e avisar do risco de greve. Mas entre o Governo e eles haveria, Senador Mozarildo, uma comissão, um grupo de pessoas que analisaria a legitimidade das reivindicações, que as levaria ao Governo, que mostraria a impossibilidade ou não de cumprir isso. E esse grupo, por sua força moral, não policial, não impositiva, diria: esse greve não é conveniente; ou diria: Governo, você tem recursos para atender a reivindicação dos professores. Eu lamento, e chamo a atenção da minha querida Senadora Ideli, porque a esse projeto, creio, está para ser dado parecer e, se não me engano, os seus assessores não estão muito satisfeitos com ele. Sentemos e analisemos. Será que esse projeto não é uma antecipação do que o Governo deseja fazer de uma forma mais democrática? Porque a democracia está presente na minha proposta, uma vez que haverá um núcleo intermediário, um colchão para amortecer os choques ou entre os trabalhadores no setor da educação ou entre os governos, que, às vezes, não têm mesmo como atender, ou até mesmo não atendem, porque estão gastando dinheiro em obras desnecessárias. Então,

a posição de V. Ex^a é ótima, mas, se esse processo originado no Governo for bem conduzido, pode-se ter uma situação melhor do que a atual.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, concluindo o meu pronunciamento, volto a insistir na tese de que quem escreveu o texto da regulamentação do direito de greve na Constituição teve a participação direta de Luiz Inácio Lula da Silva, de Jarbas Passarinho, que foi à tribuna defender e para quem bati palma daqui debaixo, de João Paulo de Vasconcelos, de Olívio Dutra, e de nós que estávamos lá, dentre outros nomes, como Nelson Jobim e José Fogaça, como Relator. Então, penso que o texto da Constituição tenha ficado muito bom, na sua forma e na sua defesa em Plenário, à época. Foi um grande avanço! Agora, de lá para cá, teríamos de ter regulamentado algumas ações em relação à greve dos servidores, que termina no Supremo. O que alegam aqueles que provocam o Supremo? Dizem que, por uma omissão do Congresso Nacional, é preciso que aquele órgão, então, tome uma posição para abalizar, o mínimo possível, a questão da greve, quer seja na área pública quer seja na privada.

Então, quando vi esse anúncio, no fim de semana, confesso-lhes que não acreditei no enfoque dado, mas, sim, na vontade de que houvesse efetivamente a regulamentação.

Cito um exemplo no que se refere a esse PL nº 401. Digo o seguinte: em caso de greve no setor da saúde – e tenho uma identidade muito grande com esses sindicalistas –, poderão simplesmente desligar as máquinas e, conseqüentemente, a vida? Claro que não. Claro que não.

Digo aqui: em casos de urgência médica, em questões que estejam em choque com a vida, terá de haver plantões e emergência funcionando durante todo o período em que houver a paralisação em outras áreas, porque não pode a greve colocar em xeque a vida da população.

Por exemplo, plantões de emergência, quando necessários, teremos de ter. Agora é preciso que fortaleçamos o processo da livre negociação, o entendimento, uma vez que, neste País, por obra, eu diria, de três Governos passados, não temos mais política salarial.

Bom, se não há mais política salarial que garanta, automaticamente, a incorporação pelo menos da inflação no salário do trabalhador, pelo menos temos de ter o livre direito de negociar e de pressionar. É legítimo que se pressione, quer seja o poder municipal, o estadual ou mesmo a União, como também, na área privada, os trabalhadores. Faz parte da democracia. O

que não pode é proibir esse legítimo direito, que é um instrumento da livre negociação. Entendo que a livre negociação entre as partes é o melhor caminho.

Por isso, depois que chegamos a um entendimento mínimo sobre a importância de uma política salarial para o salário mínimo, com a reposição da inflação e mais um aumento real todos os anos, e estamos conseguindo avançar – devagar, mas estamos avançando –, não é possível agora querer também que as entidades não tenham sequer o direito de negociar livremente e até mesmo paralisar quando as partes não se entenderem. Falo com muita tranquilidade, porque, quando eu era dirigente sindical, sabe o que eu dizia que a greve era? “Olha, pessoal, vamos para a greve, mas podem saber que a greve significa a incompetência entre as partes. Fomos incompetentes por não termos conseguido convencer os empregados e eles foram tão incompetentes que também não entenderam e não quiseram estabelecer um processo de negociação, o que seria o melhor para as partes. Bom, vamos à greve, mas vamos torcer para que essa paralisação seja a menor e a mais rápida possível e que se estabeleça o processo de negociação”.

Ninguém gosta de fazer greve. V. Ex^{as} podem ter isso claro. Quando o cidadão ou dirigente vai para uma assembleia e defende a greve, ele sabe que dezenas, ou centenas, ou milhares de trabalhadores poderão ficar sem salário no final do mês; sabe também que uma ou algumas centenas de trabalhadores poderão ser demitidos. E a responsabilidade dele é muito grande naquele momento.

Então, ninguém quer greve pela greve. Prefere a negociação e o entendimento. A greve é o auge do conflito quando as partes, não se entendendo, acabam optando, pelo menos uma delas, pela greve. Não esqueçamos que até empregador, neste País, muitas vezes provocou a greve e a fez acontecer, quando entendia que seus interesses na área econômica não estavam sendo atendidos.

Em resumo, quero deixar claro que sou totalmente favorável à regulamentação do direito de greve, tanto na área privada quanto na área pública. Para os casos de emergência, os trabalhadores deverão manter os seus plantões.

Deixo aqui, mais uma vez, a minha indignação quanto à demissão que um setor dos empregadores está provocando em cima de dirigentes sindicais, do Conselho Fiscal. É totalmente arbitrário, desrespeitoso e fere o princípio e o mínimo da liberdade e autonomia sindical.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. César Borges, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)
– Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Pela relação dos inscritos para uma comunicação inadiável, quero assegurar a palavra à Senadora Ideli Salvatti. Porém, a Senadora intervém com um pedido pela ordem. Então, aguardemos o seu questionamento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu havia solicitado a minha inscrição para uma comunicação inadiável. O Senador Tião Viana já havia se inscrito para esse fim. Eu não tinha conhecimento disso, pois S. Ex^a assumiu a Presidência da Mesa nesse ínterim.

Assim, gostaria de solicitar a minha inscrição pela Liderança do PT. Se possível, de imediato.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)
– De imediato. Sem problema algum. Vamos substituir: em lugar de uma comunicação inadiável, V. Ex^a falará por cinco minutos pela Liderança do seu Partido, o Partido dos Trabalhadores.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta semana, no dia 8 de março, comemora-se o Dia Internacional da Mulher. Portanto, teremos, ao longo da semana, uma série de iniciativas, de pronunciamentos tratando desse tema.

Quero iniciar a semana, dando ciência ao Plenário desta Casa e a todos aqueles que nos assistem neste momento pela TV Senado de que dei entrada, na semana passada, a um projeto de lei que pretende garantir a oferta de vacina pelo Sistema Único de Saúde, obviamente de forma gratuita para todas as mulheres brasileiras, contra o vírus do HPV, que tem atingido, de maneira silenciosa, um quarto da população feminina mundial sexualmente ativa e é responsável por 80% dos casos de câncer de colo de útero.

A vacina, que foi descoberta há bem pouco tempo, foi disponibilizada no mercado dos Estados Unidos em agosto de 2006 e a Anvisa autorizou a sua comercialização em novembro do ano passado.

Num primeiro momento, a vacina está destinada para imunizar mulheres de 9 a 26 anos, com três doses dentro de seis meses. Só que o valor de mercado da vacina, Senador Mozarildo Cavalcanti, é absolutamente insustentável para a grande maioria das mulheres brasileiras, porque varia de R\$1 mil a R\$1,5 mil as três doses. O projeto veio exatamente para chamar a atenção para a importância dessa vacina na redução

da mortalidade feminina e é um dos principais instrumentos para que possamos garantir, de uma vez por todas, que essa vacina faça parte do calendário de vacinação do Sistema Único de Saúde, por entender que este é um assunto de saúde pública, pelo alarmante número de mulheres que morrem todos os anos em nosso País.

No Brasil, como em vários outros países em desenvolvimento, as taxas de mortalidade causadas pelo câncer de colo do útero são altíssimas. O Instituto Nacional de Câncer calcula que o número de óbitos causados por câncer de colo do útero no Brasil, em 2003, ultrapassou a casa de 4.100 mil óbitos. E agora, numa estatística mais recente, esse número deverá ultrapassar a casa de 16 mil óbitos.

Portanto, temos uma situação bastante grave. Inclusive os dados são diferenciados por região e a região Centro-Oeste é a que apresenta maiores estimativas brutas de incidência da doença. São 32 mulheres para cada 100 mil mulheres nos Estados da região Centro-Oeste.

O vírus é considerado um inimigo sorrateiro, pois age silenciosamente, dificultando muito o diagnóstico da doença. Estima-se que 15% das mulheres brasileiras entre 18 e 60 anos estejam infectadas pelo HPV, e a incidência sobe para quase 40% quando se trata da faixa de 16 a 24 anos.

O uso do preservativo era, até bem pouco tempo, a única forma de prevenção dessa doença, que passa agora a ser combatida por meio de vacinação. O Professor Edson Natal Fedrizzi, da Universidade Federal de Santa Catarina, participou juntamente com representantes de outros sete Estados da Federação das pesquisas e estudos sobre o assunto. E é um testemunho vivo da importância da oferta da vacina de forma ampla e generalizada para todas as mulheres.

Na guerra contra o câncer de colo uterino no Brasil, uma cobertura maior do programa de prevenção se faz urgente. O exame Papanicolau não será eliminado com a vacinação, mas não é o suficiente, até porque a procura ainda é modesta e apenas faz um controle, se a pessoa já está ou não portadora do câncer – ele não é preventivo do câncer. E ainda sabemos que na população feminina quem mais procura fazer o exame preventivo, o Papanicolau, são mulheres de classe média, que têm condições mais favoráveis para tal atitude. Portanto, a população feminina de mais baixa renda não faz de forma efetiva o controle e, com o preço da vacina, obviamente não será atendida.

Essa vacina, para nós, é muito importante e, com a apresentação do projeto, esperamos que o assunto esteja pautado e seja debatido com toda a rede pública

de saúde, para que as mulheres possam se prevenir; muito mais do que controlar e detectar se são portadoras ou não do câncer de colo de útero, que elas possam efetivamente se prevenir.

Sr. Presidente, peço que seja transcrita na íntegra matéria publicada no jornal **A Notícia**, do meu Estado, ontem, cuja reportagem já coloca o quanto a vacina ajuda no combate ao HPV.

Muito obrigada, Sr. Presidente, por mais alguns instantes.

E essa reportagem já entra na linha do que nós pretendemos com a apresentação do projeto, que é divulgar a importância da vacina e do trabalho preventivo, como também o alto risco a que nós, mulheres, estamos submetidas. Sabemos que é grande o grau de infecção desse vírus e o quanto o não-tratamento e a falta de prevenção podem levar ao aumento, conforme eu tive a oportunidade de dizer. Foram quatro mil mortes em 2003 e há uma perspectiva de haver mais de 16 mil mortes agora, mais recentemente. Em menos de quatro anos, houve uma subida considerável dos óbitos por câncer no colo do útero e que seriam eliminados ou diminuídos pela vacina de forma considerável.

Portanto, fazendo parte de todas essas comunicações, de todos esses trabalhos, de tudo aquilo que vamos realizar ao longo desta semana e ao longo da nossa atividade parlamentar é que fiz questão de dar ciência ao Plenário – e a todos – da importância da vacina e da entrada do Projeto nº 51.

Da mesma forma que obtive o apoio unânime do Senado, que transformou em lei o projeto que permite acompanhante na hora do parto, espero ter de todos os meus companheiros de Senado o mesmo apoio para um projeto de tão relevante importância para a saúde feminina e para a saúde da família brasileira, porque todos nós conhecemos a importância da saúde feminina na questão do desenvolvimento, da transmissão e da longevidade da raça humana. Se a saúde da mulher não é adequadamente atendida, somos nós, seres humanos, que temos um prejuízo na procriação e na manutenção da espécie saudável no Planeta.

Sr. Presidente, agradeço a gentileza de V. Ex^a por permitir utilizar a tribuna por mais alguns minutos.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Sani Toledo
- Jornal A Notícia - 4/3/2007 -

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Saúde

Vacina ajuda no combate ao HPV

Mulheres entre nove e 26 anos dispõem do benefício no Vale

LUCIANA ZONTA/ Blumenau/Balneário Camboriú

Um novo recurso da medicina pode ajudar a combater, no Vale do Itajaí, o terceiro tipo de câncer que mais afeta as mulheres no Sul do Brasil. A vacina contra o vírus HPV, que acaba de ser disponibilizada em duas instituições de saúde de Blumenau e Balneário Camboriú, combate os quatro principais tipos de vírus responsáveis pelo câncer de útero, vagina e vulva, além de displasia do colo uterino.

Por enquanto, a vacina só está disponível em duas clínicas particulares do Vale - a Maternidade Santa Luiza, em Balneário Camboriú, e a Clínica Vacinas Santa Catarina, em Blumenau - e é acessível ainda para poucas pessoas. Cada uma das três doses aplicadas no período de seis meses custa R\$ 500.

Segundo a ginecologista e médica do corpo clínico da Maternidade Santa Luiza, Andréa Maria de Souza, se o governo federal investisse na compra das vacinas para o Sistema Único de Saúde (SUS), em 10 anos o Brasil erradicaria o câncer de colo uterino.

Andréa explica que 20 mil novos casos deste tipo de câncer são registrados anualmente nos três estados do Sul. O estudo em torno da vacina se iniciou em 2000, em 150 centros de pesquisa de 34 países. Por enquanto, a vacina é preferencialmente aplicada em meninas e mulheres com idades variando de nove a 26 anos.

- É quando teoricamente as mulheres ainda tiveram poucos parceiros sexuais e contato mínimo com o vírus - explicou a médica.

A vacina é administrada em três doses, aplicadas em um período de seis meses. Estudos semelhantes estão em andamento para avaliar a eficácia da vacina em homens de seis a 26 anos e mulheres entre os 27 e 45 anos.

O câncer de colo uterino é o terceiro tipo de câncer mais comum no país, atrás apenas do câncer de pele e do câncer de mama. O HPV é responsável por 95% dos casos. O uso da camisinha, segundo os médicos, não é suficiente para evitar a contaminação, já que o vírus pode ser transmitido no contato com qualquer parte da pele genital.

Saiba mais

> O Papiloma Vírus Humano (HPV) apresenta-se em mais de 150 tipos diferentes, dos quais 45 provocam infecções genitais femininas e masculinas. As verrugas genitais (condilomas acuminados) são causados pelos tipos 6 e 11, em 90% dos casos. Os vírus de números 16 e 18 causam câncer anogenital, sendo que 60% dos casos de câncer de colo uterino são causados por estes vírus

> Desde o ano 2000, foram iniciadas as pesquisas da vacina contra HPV, envolvendo 150

centros de pesquisas em 34 países, inclusive o Brasil. A vacina mostrou-se eficaz em 99% das lesões pré-cancerosas e no câncer da área genital, em 70% nos condilomas anogenitais e em 80% de prevenção

> A vacina ajuda a proteger contra câncer de vulva, vagina e colo, displasia do colo do útero e verrugas genitais. A vacinação é preferencialmente oferecida às mulheres entre nove e 26 anos, via intramuscular, sob prescrição médica

> O câncer de colo uterino é o terceiro mais comum no país, atrás apenas do câncer de pele e do câncer de mama. O HPV é responsável por 95% dos casos

Fonte: Hospital Santa Luiza

Ambiente

Plano diretor será elaborado para a Bacia do Uruguai

Fundo japonês entrará com US\$ 1,2 milhão e SC e RS, com US\$ 750 mil cada
São Paulo

Santa Catarina e Rio Grande do Sul receberão US\$ 1,2 milhão do Fundo Japonês para Serviços de Consultoria (JCF), a fundo perdido, para a elaboração do plano diretor da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai.

A governadora gaúcha, Yeda Crusius, e o representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Brasil, Waldemar Wirsig, assinaram, ontem, o convênio de cooperação técnica para liberação do financiamento não-reembolsável. Santa Catarina referendou o acordo em 14 de fevereiro.

Em contrapartida, cada Estado investirá US\$ 750 mil. O prazo para a implementação da iniciativa é de dois anos. A cooperação técnica prevê a contratação de uma consultoria para a realização de um diagnóstico e a construção de um plano de ações voltados para o desenvolvimento sustentável da bacia hidrográfica.

Segundo a assessoria de imprensa do BID, a elaboração do plano de desenvolvimento - e sua futura aplicação - é fundamental para a proteção do papel da Bacia do Uruguai na recarga do Aquífero Guarani, um dos maiores sistemas de reserva de água mineral do mundo.

O aquífero se estende por 1,15 milhão de quilômetros quadrados, sendo a maior parte (71%) localizada sob território brasileiro. Além de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ele atinge os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Minas Gerais e Goiás.

- A ameaça principal ao sistema provém da perfuração desordenada e da contaminação nas áreas de extração e recarga. Devido à magnitude do aquífero, que inclui rios regionais e transnacionais, existem vários programas de diagnóstico e gestão para a sua proteção - diz o banco.

Trabalho

Prefeituras de Florianópolis e São José são notificadas

RENATA DALMASO

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)
– Agradeço a V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti, pela importância de seu discurso na preservação da saúde de mulher brasileira.

Pela ordem dos inscritos, tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Marco Maciel.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador) – Sr. Presidente, ilustre Senador César Borges, representante da Bahia no Senado Federal, Srs. Senadores Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti, Ideli Salvatti, vi, posso dizer, Suape nascer. É um porto industrial vocacionado para o desenvolvimento de Pernambuco. Seu planejamento foi concebido ao tempo em que governava o Estado que represento nesta Casa o ex-Ministro Eraldo Gueiros Leite.

Os primeiros projetos foram desenvolvidos no Governo Moura Cavalcanti, e, posteriormente, como Governador – após, portanto, a administração Moura Cavalcanti –, eu, em parceria com o Governo Federal, pude dar um grande impulso ao Projeto Suape.

Em primeiro lugar porque contraí um empréstimo internacional, viabilizado pelo então Ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen,. Esse empréstimo internacional, contraído a taxas muito baixas de juros permitiu-me fazer com que o Estado de Pernambuco pudesse executar algumas obras não somente com relação ao porto, mas também com relação à infraestrutura física necessária ao seu funcionamento. Construímos, inclusive, uma ferrovia estadual. Nossa malha ferroviária tem uma parte estadual construída ao tempo em que governei Pernambuco. Isso tornou possível ligar Suape à EF-101, ferrovia federal. Além disso, fiz enlaces com órgãos da administração federal, a então Portobras, hoje extinta, e posteriormente com a Petrobras, que viabilizou, graças ao apoio dado pelo então ex-Presidente Ernesto Geisel, um terminal de graneis líquidos, fazendo com que pudéssemos tirar do porto do Recife, já na administração Roberto Magalhães Melo, o processo de distribuição de combustíveis, que passou a ser realizado em Suape, criando condições também para que, ainda antes de terminar o meu Governo, pudéssemos ver atracar em Suape a primeira embarcação, uma corveta da Marinha de Guerra brasileira. O Projeto Suape prossegue. Não vou contar toda a história até os dias de hoje, mas gostaria de fazer o registro, por oportuno, da inauguração, na quarta-feira da semana passada, de um empreendimento de grande significação para Pernambuco.

Refiro-me à inauguração da nova fábrica do Grupo Mossi & Ghisolfi, realizada na manhã da quarta-feira passada, no Complexo Industrial Portuário de Suape, que se situa no Município de Ipojuca, em Pernambuco. Construído com a mais avançada tecnologia hoje disponível, esse novo empreendimento do Gruppo M&G se torna a maior fábrica de Resina PET (politereftalato de etileno) do mundo. O sucesso de sua operação abrirá novas oportunidades de emprego e renda para o nosso País e, de modo especial, para a Região Nordeste, como diz a carta que recebi e que me convidava a comparecer à inauguração desse empreendimento. Na realidade, a unidade fabril representa a concretização da formação de um núcleo no Pólo de Poliéster do Nordeste, que atrairá investimentos que podem superar US\$2 bilhões.

Vou citar apenas alguns números: o projeto total significou o investimento inicial de R\$800 milhões. Produção: 215 toneladas/ano.mil empregos diretos; área ocupada: 38,4 hectares; consumo de energia elétrica correspondente, por mês, a uma cidade de 500 mil habitantes.

Há uma fábrica de resina PET com capacidade para 450 mil toneladas/ano e exportações de 30% do produzido; uma fábrica de PTA com capacidade de produção de 750 mil toneladas/ano. Além disso, há uma unidade de PX (Paraxileno) que vai, certamente, também concorrer para que o empreendimento ainda seja mais valioso para Pernambuco, porque esse investimento em PX vai significar em torno de R\$500 milhões.

Faço tais registros, Sr. Presidente, para destacar a determinação que presidiu o Governo Jarbas Vasconcelos, tendo como Vice-Governador Mendonça Filho, no sentido de atrair esse empreendimento. Isso foi resultado de uma longa negociação, coroada com êxito, e agora estamos festejando essa grande conquista para Pernambuco e – por que não dizer? – para o Nordeste brasileiro.

Os números do empreendimento são consideráveis: consumiu 30 mil metros cúbicos de concreto, 550 toneladas de perfil e chapas metálicas, somente para os silos, 150km de fiação elétrica. Oitocentos trabalhadores participaram da construção da obra.

Abrem-se, assim, muitas possibilidades de ampla gama da indústria química para Pernambuco e o Nordeste.

Como sabe V. Ex^a, Sr. Presidente, Senador César Borges, que é de um Estado que dispõe de forte indústria petroquímica, a indústria química é uma das mais dinâmicas dos países com econo-

mias centrais no mundo. Os países desenvolvidos possuem grandes pólos petroquímicos.

No Brasil, essa indústria encontra-se praticamente nucleada no eixo Rio–São Paulo e Bahia, naturalmente com alguns outros empreendimentos localizados no Rio Grande do Sul ou no norte do País.

Mas é importante lembrar que, agora, Pernambuco passa também a se beneficiar com esse empreendimento, que se somará à refinaria de petróleo, já em processo de construção.

Essa refinaria de petróleo também representa um sonho de cinquenta anos, que agora começa a se viabilizar a partir também de convênios firmados entre o Governador Jarbas Vasconcelos, o Governo Federal e a Petrobras, valendo destacar que há, na construção dessa refinaria, uma parceria entre a Petrobras e a PDVSA – Petróleos de Venezuela SA.

Sabemos que, mesmo após a substituição de veículos movidos a hidrocarburentes, o petróleo continuará, como se estima, fundamental para a petroquímica, com os seus inúmeros subprodutos.

Pernambuco disporá a partir de junho próximo da primeira tecelagem modelo, fazendo parte de modernizado parque industrial. Dos fios de poliéster podem resultar também plásticos para garrafas, embalagens e objetos de uso doméstico geral. Daí se vê a relevância da iniciativa do grupo italiano Mossi & Ghisolfi.

Essas novas fábricas, por efeito cumulativo, assim esperamos, gerarão muitos empregos. Em torno do porto industrial de Suape estão surgindo em consequência disso novos investimentos, requerendo – é importante lembrar isso por oportuno – a continuidade de investimentos em Suape, quer por parte do Governo estadual como por parte do Governo Federal, pois Suape representa certamente uma alternativa não só para o desenvolvimento de Pernambuco, mas também, friso, para o desenvolvimento do Nordeste.

Promover o desenvolvimento do Nordeste é de alguma forma reduzir as disparidades interestaduais e interpessoais que ainda existem em nosso País. Portanto, investir no Nordeste deve ser uma prioridade do Governo Federal, mesmo porque somente assim vamos construir um País menos homogêneo e menos injusto.

Não gostaria de encerrar as minhas palavras sem mencionar algo que considero importante: uma entrevista concedida por Richard Ward, superintendente da Petroquímica de Suape.

Diz ele: "Ninguém coloca 800 milhões de reais para ir embora. A fábrica vai produzir 640 mil toneladas de PTA em Suape". Ele destaca a diferença desse tipo

de investimento em relação a fábricas que são captadas meramente via incentivos fiscais. Diz ele: "Essa é a grande conquista do Estado: a entrada nos pólos petroquímicos. A fábrica de PTA de Pernambuco estará entre as maiores do mundo".

Ainda cito, mais uma vez, Richard Ward, Executivo da Petrobras que foi designado para comandar a Petroquímica, em Suape: A fábrica de Pernambuco, como já disse, abre, portanto, uma nova expectativa para o nosso desenvolvimento.

Sem querer me alongar em outras considerações, gostaria de aproveitar a ocasião para cumprimentar a Administração Jarbas Vasconcelos e seu Vice-Governador Mendonça Filho, que estiveram à frente dos destinos de Pernambuco por oito anos e realizaram um grande trabalho, dentre os quais gostaria de mencionar esse empreendimento que, agora, Pernambuco acaba de receber e fazer meus votos de que o Governo Federal continue apoiando investimentos dessa natureza e estimando que o Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, dê prosseguimento a essas obras, fundamentais para Pernambuco e o desenvolvimento econômico e social de nossa gente, sobretudo, a geração de empregos e investimentos em educação, saúde e ciência e tecnologia.

Espero, portanto, que estejamos construindo um novo tempo para o Nordeste e porque não dizer, também um novo tempo para Pernambuco. Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, o tempo que me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Aproveito o ensejo para parabenizá-lo pelo trabalho em prol do Nordeste e também pelo seu discurso.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Que o Nordeste brasileiro possa receber o que merece da União.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Concorde com V. Ex^a e agradeço-lhe as palavras.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Que Pernambuco, que tem economia pujante, uma das principais do Nordeste, possa alcançar esse sonho almejado de uma refinaria de petróleo, que vai reforçar a refinaria já existente na Bahia.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Exatamente. Estamos convencidos de que essa obra é irreversível. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Concedo a palavra, com muita honra, por cessão do

Senador Augusto Botelho, ao Senador Papaléo Paes, que representa tão bem o Estado do Amapá.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr^{as} e Srs. Senadores, este ano de 2007 iniciou-se sob o impacto de uma notícia internacional atemorizadora. Trata-se da publicação do relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que divulgou dados novos e alarmantes sobre o aquecimento global.

A redução provocada pelo acúmulo de gases do efeito estufa na Calota Polar Ártica, por exemplo, não pode mais ser negada. Ela se manifesta nas fotografias tiradas a partir de satélites que mostram um recuo de cerca de 15% nos últimos 30 anos.

Um fato sintomático é o recente interesse manifestado pelo Presidente norte-americano, George W. Bush, na experiência brasileira com o uso de etanol como combustível automotivo. Os Estados Unidos, cabe lembrar, sistematicamente, manifestavam ceticismo contra os alertas dos ambientalistas e se recusavam a ratificar o Protocolo de Kyoto. Recorriam, para sustentar essa posição, tanto ao argumento que opõe desenvolvimento à preservação ambiental quanto ao parecer de cientistas da contracorrente, que negam a existência do aquecimento global.

O próprio Presidente Bush, notoriamente ligado aos grandes conglomerados petrolíferos, era um dos mais renitentes refutadores daquilo que já se tornava um quase consenso: que a acumulação de anidrido carbônico na atmosfera representa uma ameaça à civilização e até à própria continuidade de vida na Terra.

Concedo um aparte ao Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Papaléo Paes, estava aguardando um pouco mais o desenvolvimento do raciocínio de V. Ex^a que discorre sobre um tema fundamental e de apelo muito presente, envolvendo o ambiente em que vivemos, sobretudo com as afetações decorrentes do aumento da temperatura global. Na verdade, o apelo ambiental no Brasil é relativamente recente e vem se acentuando a cada ano e a cada dia que passa. Nós aqui também precisamos fazer o chamado dever de casa. Aliás, seria de bom alvitre que nós já colocássemos, no currículo escolar do ensino fundamental, os esclarecimentos necessários ao novo cidadão para despertar a preocupação – que nós pouco tivemos e nossos ancestrais menos ainda – com o ambiente em que vivemos. Nós ocupávamos, com facilidade, as beiras dos córregos, riachos, ribei-

rões e rios, porque era muito mais fácil a obtenção da água, que é um insumo extraordinário. Hoje, nós vemos, pelo Brasil afora, uma quantidade de rios que são verdadeiros esgotos a céu aberto. Olha o que fizeram com o rio Tietê, em São Paulo, com o rio Meia Ponte, em Goiânia... Além disso, os desmatamentos e as queimadas indiscriminadas que ainda ocorrem – ainda que contemos com os outros benefícios que a Ciência e a Tecnologia estão trazendo para melhorar a nossa qualidade de vida – e que estão realmente erodindo o ambiente em que vivemos. É preciso que o Planeta todo sinta essa sacudidela bem forte, para que nós possamos rever o nosso próprio comportamento e dar as nossas contribuições pessoais, e para que nós aqui, representantes do povo, representantes dos Estados, possamos dar a nossa participação para que o Brasil, também cobrando de outros países, efetivamente utilize a prática adequada no uso do ambiente em que vivemos. V. Ex^a começava a mencionar a demanda que diversos países, principalmente do mundo desenvolvido, revelam por energias renováveis, alternativas e limpas. Seguramente o Brasil haverá de dar uma contribuição muito grande nesse particular, fornecendo o etanol, o metanol, o biodiesel e o HBio. Há alternativas que deveremos buscar para uso pessoal, respeitando a mãe natureza, sempre dadivosa com todos nós e que começa a esboçar reações vigorosas pelos maus tratos que a ela estamos aplicando. Parabéns a V. Ex^a por nos trazer, nesta tarde, a reflexão sobre um tema tão importante para a vida de todos no Planeta – somos mais de seis bilhões de habitantes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Senador Leomar Quintanilha, quero agradecer a V. Ex^a pelo enriquecimento que dá ao meu pronunciamento. V. Ex^a frisou pontos importantíssimos os quais não abordarei aqui. A sua participação compôs com o restante do meu discurso. Muito obrigado.

Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Papaléo Paes, V. Ex^a traz hoje à tribuna um tema momentoso. Todo mundo vem se preocupando com esse tema, mas existem bastantes distorções sobre ele, inclusive ousar discordar um pouco de algumas das afirmações do Senador Leomar Quintanilha, que acabou de lhe apartear. Veja bem a situação do Brasil frente a desses países ricos que mandam no mundo há muito tempo, como os países da Europa, Estados Unidos, Canadá. A Europa, por exemplo, não tem nem 1% da sua floresta primitiva. O Brasil tem mais de 60% da sua floresta primitiva. Primitiva! Então, dizer que estamos, nessa situação, igual a eles? Não. Nós somos

até um exemplo de preservação e não contribuimos nem com 6% da emissão de gases do efeito estufa. Eles, sim, com suas fábricas, com suas frotas de caminhão, de ônibus, de carros, de aviões, que queimam combustíveis fósseis, é que vêm, sim, causando esse efeito estufa terrível que está aí, aumentando, portanto, o aquecimento global. É evidente que isso não nos exige nem deve nos deixar de fora do esforço para evitar fazer o malfeito que eles fizeram e que vêm fazendo. Mas é preciso que, principalmente nós, da Amazônia, não sejamos colocados sempre como colaboradores do aumento do efeito estufa, porque alguns agricultores queimam suas roças para sobreviver. É evidente que existem alguns exemplos na Amazônia também. Existem pessoas que estão muito equivocadas. Contudo, colocar-nos, como diz a música popular, como a “Geni” dessa história, não aceito em relação à Amazônia. Entendo que temos que encarar essa questão de maneira científica, isenta, buscando efetivamente saber onde estão os maiores poluidores do mundo.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Concorde com V. Ex^a. Essa referência, essa insinuação ou acusação contra a Amazônia é mais uma prova da discriminação que recebemos dentro do País e no exterior.

Quero dar como exemplo da Amazônia o Estado do Amapá. Senador Mozarildo Cavalcanti, o Estado do Amapá tem 97% de sua floresta nativa preservada. Então, esse é um grande exemplo que damos, pois sabemos que não é verdadeira toda essa propaganda negativa que existe contra a Amazônia. Estão jogando para nós, amazônidas, uma responsabilidade que não é nossa. Se estiver relacionada à questão brasileira, essa responsabilidade é principalmente do Governo Federal.

Srs. Senadores, parece, entretanto, que as coisas começaram a mudar. Se os Estados Unidos passaram a se interessar pelo biocombustível, a ponto de procurar aprender com a experiência do Brasil, deve haver algo mais que a pressão econômica dos preços do petróleo, do fracasso militar da invasão do Iraque e das dificuldades diplomáticas na América Latina, resultantes da política agressiva de Hugo Chávez. É quase certo que a questão do aquecimento global entrou, finalmente, na agenda daquela poderosa Nação.

O Congresso Nacional, sensível às maiores questões do Brasil e do mundo, tampouco poderia ficar indiferente aos dados publicados no relatório do IPCC. Afinal, embora não figure entre os países indicados pelo Protocolo de Kyoto para tomar medidas de redução de emissões veiculares e industriais, o Brasil consta entre os cinco maiores emissores de CO₂ – como re-

ferência deles -, pelas queimadas que destroem nossas florestas. Detentor da maior porção da Amazônia, ecossistema fundamental para o equilíbrio do clima planetário, mas ameaçado pela expansão da fronteira agrícola, o Brasil tem, sim, uma grande responsabilidade na tarefa de reduzir o depósito de anidrido carbônico na atmosfera.

Tendo em mente a situação global do clima e a parcela de responsabilidade do Brasil, em 14 de fevereiro, um grupo de Parlamentares, sob a inspiração do Deputado Sarney Filho, fundou a Frente Parlamentar Ambientalista e assinou seu Manifesto. Entre os compromissos da Frente Parlamentar Ambientalista, destacam-se:

1º) a luta pela implementação dos acordos internacionais de que o País é signatário, como a Carta da Terra, da Rio 92, o Protocolo de Kyoto, a Agenda 21 e a Convenção sobre Diversidade Biológica;

2º) uma atividade legislativa propositiva e atuante, no sentido de aperfeiçoamento da legislação ambiental brasileira, concebendo também instrumentos econômicos visando à consecução dos objetivos da política nacional do meio ambiente;

3º) fiscalização detida da destinação dos recursos ligados à proteção ambiental, como os da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide – e os dos recursos hídricos, acompanhando também detidamente a implementação de obras públicas com o fito de assegurar o cumprimento da legislação ambiental.

Em todas essas atividades, os signatários do Manifesto da Frente Parlamentar Ambientalista comprometem-se a agir sempre em consonância com os anseios da sociedade e a atuar como catalisadores de suas demandas e portadores de sua voz no âmbito do Estado. Como representante de um Estado amazônico, o Amapá, com questões ambientais específicas, eu não poderia deixar de aderir a essa iniciativa e assinei também o nosso Manifesto.

Nos dias finais do mês de fevereiro, a Frente Parlamentar Ambientalista apresentou, no auditório Petrônio Portella, o filme “Uma Verdade Inconveniente”, do ex-Vice-Presidente norte-americano Al Gore, ganhador de dois prêmios Oscar, os das categorias documentário e canção.

Com discrição, senso didático e muita sensatez, sem qualquer vestígio do alarmismo irracional ou

apocalíptico de alguns militantes, o político americano deixa claro que o aquecimento global é uma realidade e é causado, sim, pela ação antrópica. E que as medidas para contê-lo são urgentes, mas também inteiramente viáveis, não sendo cabível mais se falar em contradição entre progresso econômico e preservação ambiental.

No debate que se seguiu à apresentação do filme, o Deputado Sarney Filho sugeriu que o Congresso Nacional influencie o Governo no sentido de investir na recuperação de áreas degradadas.

Outras ações recentes do Congresso Nacional quanto à questão do meio ambiente podem ser constatadas na criação de subcomissões permanentes específicas, como a Subcomissão do Aquecimento Global, da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, aqui no Senado. Já foram convocados para expor a posição do Governo nesse setor e para apresentar as medidas que estão previstas a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, também do Senado, aprovou a criação da Subcomissão Permanente de Mudanças Climáticas, que deverá acompanhar e monitorar a implementação de políticas públicas que integram os esforços para tentar conter o aquecimento global. O ex-Vice-Presidente Al Gore deve ser o primeiro convidado a debater o tema aqui neste Colegiado.

Esta segunda-feira, dia 5 de março, é a data conveniente para reiterarmos a necessidade da discussão sobre as questões do efeito estufa, do aquecimento global, do desmatamento e da matriz energética brasileira. Dia adequado também para que cada um de nós, cidadãos conscientes do problema, signatários ou não do Manifesto da Frente Parlamentar Ambientalista, reitere seu compromisso com a preservação da biodiversidade da Terra, único ponto do cosmo em que sabemos, com inteira certeza, ocorrer o milagre da vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– Eu é que agradeço, Senador Papaléo Paes.

Continuando a lista de oradores inscritos, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romero Jucá, Líder do Governo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a palavra pela Liderança do Governo para fazer um breve comunicado, quando V. Ex^a entender possível.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o assunto dos biocombustíveis está em pauta, e eu gostaria de registrar que estou apresentando um voto de aplauso a dois cientistas do meu Estado, o Professor Doutor Henry França Meier e Professor Doutor Vinícius Rodolfo Wiggers, que ficaram em segundo lugar em um prêmio internacional. Concorreram com cientistas de toda a América Latina com um projeto de pesquisa de desenvolvimento do processo de craqueamento térmico contínuo para a produção de biocombustíveis a partir de resíduos gordurosos. Ou seja, alternativa do biocombustível a partir dos restos de gordura, que temos, em Santa Catarina, em um volume significativo por causa da agroindústria do frango e do suíno. Há, inclusive, a pesquisa que eles realizam com o depósito gorduroso das fossas sépticas. É algo bastante inovador.

O prêmio que eles receberam (prêmio Péter Murányi 2007) nos honra muito. Eu não poderia deixar de fazer o registro porque o Brasil não só está à frente de todo esse debate da polarização da questão dos biocombustíveis, mas também desenvolvendo pesquisas avançadas nessa área.

Gostaria de registrar o voto de aplauso a esses dois cientistas da nossa Fundação Universidade Regional de Blumenau – Furb. Parabenizo-os pelo segundo lugar no Prêmio Péter Murányi deste ano.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 149, DE 2007

Requeiro, nos termos da lei, Voto de Aplauso para o Professor Doutor Henry França Méier e para o Doutor Vinícius Rodolfo Wiggers, pelo Prêmio Peter Murányi 2007 – Desenvolvimento Científico e Tecnológico com Enfoque em Energia Renováveis com o projeto “Desenvolvimento de processo de craqueamento térmico contínuo para produção de biocombustíveis a partir de resíduos gordurosos como alternativa de energia”. Os Doutores foram indicados pela FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau, Santa Catarina.

Sala das Sessões, 5 de março de 2007. – Senadora **Ideli Salvatti**.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– Agradeço à Senadora Ideli Salvatti.

Peço permissão ao Senador Cristovam Buarque, que seria o próximo orador, para conceder ao Líder do Governo, por cinco minutos, o uso da palavra. Logo em seguida, tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a gentileza do Senador Cristovam Buarque de permitir que eu possa rapidamente fazer alguns registros que considero importantes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro quero dizer que hoje mesmo, neste plenário, assim como todos os dias, debate-se a questão da violência que tomou conta do nosso País – é matéria de pauta de qualquer mídia –, em especial a violência contra os jovens e efetuada pelos jovens.

O Presidente Lula está construindo uma proposta de consolidação de políticas para jovens que visam integrar e minorar essa perspectiva de violência, que é crescente. E sobre a questão da violência infanto-juvenil, quero me ater a uma publicação de um estudo recém-divulgado pelo IBGE, que trata da evolução da violência infanto-juvenil no Brasil.

Entre 1991 a 2000, houve um aumento no número total de homicídios no Brasil de 52% e um aumento no número de jovens vítimas de homicídio de 77% – ou seja, um valor bem alto do número de homicídios ocorridos nesse período.

A taxa de homicídios de jovens aumentou em 48%, na década, e nas capitais, aumentou 75,9%. Portanto, algo extremamente sério.

Esse estudo do IBGE traça o perfil das capitais, mostrando, no período de 1999 a 2004, a evolução da violência em cada capital do País. Para satisfação do nosso Estado de Roraima, e é por isso que quero fazer registro, a cidade de Boa Vista, que foi comandada durante dez anos pela Prefeita Teresa Jucá, diferente da maioria das outras capitais do País, teve involução no número de homicídios. Foi a cidade em que houve a maior diminuição de homicídios nesse período – 59,48% de queda dos homicídios entre jovens –, enquanto, no resto do País, cresceu 77%.

O IBGE destaca o trabalho participativo que foi realizado, principalmente pelo Projeto Crescer. Esse é o modelo que entendo deva ser ampliado para o restante do País.

Muito está se discutindo a questão da maioria penal, e quero aqui fazer uma reflexão. Em 1999, apresentei uma emenda constitucional para diminuir a maioria penal. Fui um dos autores de emendas que estão tramitando. Mas, depois de 1999, quando Teresa assumiu a Prefeitura e começou a fazer esse trabalho do Projeto Crescer, tive contato com outra realidade e pedi para retirar o meu projeto, porque não é diminuindo a maioria que se vai resolver o problema da violência. Não é. Convivi com esses jovens; ela conviveu diariamente com esses jovens, baixou em 59% as mortes entre jovens em Boa Vista porque deu amor, atenção, porque se preocupou, criou canais e caminhos para que esses jovens voltassem a ter esperança.

Muitas vezes influiu inclusive na relação com a Polícia, porque esses jovens, desde muito cedo, são maltratados. Muitos deles só recebem pancadas da sociedade, portanto retribuem da mesma forma. Não é a exacerbação da violência que vai resolver.

Então, gostaria de fazer esse registro, Sr. Presidente, pedindo a transcrição não só da matéria “Lula prepara nova política social para jovens de centros urbanos”, mas também os dados do IBGE “Violência infanto-juvenil no Brasil”, inclusive com a publicação do quadro que demonstra a evolução ou involução dos assassinatos de jovens em nosso País.

Encerro parabenizando toda a equipe da Prefeitura de Boa Vista, que fez esse excelente trabalho, reconhecido nacionalmente e também publicado pela OEA, portanto, reconhecido internacionalmente. Era importante que muitos segmentos conhecessem o que foi feito em Boa Vista, porque é da forma que se trabalhou lá que se têm resultados palpáveis, mensuráveis, como os que estão sendo demonstrados pelo IBGE.

Peço a transcrição e agradeço a V. Ex^a. Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

POLÍTICA

LULA PREPARA NOVA POLÍTICA SOCIAL PARA JOVENS DE CENTROS URBANOS

Por Ricardo Amaral

BRASÍLIA (Reuters) - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai apresentar aos 27 governadores, na próxima terça-feira, o projeto de integração de políticas sociais, com foco na população jovem dos grandes centros urbanos e conduzida por um comitê gestor multiministerial.

A nova política para a juventude, numa escala que deve superar 1 milhão de beneficiados em 2007, será anunciada junto com a ampliação do Bolsa-Família, carro-chefe dos programas sociais do governo, e com o "kit-cidadania", um pacote de ações sociais para comunidades extremamente pobres e de difícil acesso.

Com a integração de programas sociais, Lula pretende responder parte da demanda por ações contra a violência e a criminalidade, especialmente nas regiões metropolitanas, disse à Reuters uma fonte próxima ao presidente da República.

O núcleo desse novo plano envolve os Ministérios do Desenvolvimento Social, Trabalho, Educação e Secretaria-Geral da Presidência. É a mesma base do Projovem, programa de educação e formação profissional que atende 160 mil adolescentes e jovens entre 16 e 24 anos, na maioria das capitais.

A exemplo do Projovem, o novo plano social pretende integrar programas de educação de jovens, ensino profissionalizante, inclusão digital, acesso a informações e atividades culturais, articulação em comunidades e empreendedorismo juvenil, segundo a fonte do governo.

Lula descartou a ideia de criar um Ministério da Juventude ou qualquer nova estrutura dentro do governo. Vai criar um comitê gestor interministerial, como o que funciona no Projovem desde 2005 e é bem avaliado pelo presidente.

Uma das medidas já definidas no plano é a criação de mais 200 mil vagas no Prouni, duplicando o programa de financiamento de bolsas de estudo em universidades particulares, por meio de renúncia fiscal. O Projovem também deve ser duplicado.

O Bolsa Família será ampliado de três para até cinco pessoas beneficiadas em cada família com renda per capita menor que 50 reais por mês. A idade limite para receber o benefício subirá dos atuais 16 anos para 18 anos, o que também aumentará o valor total da transferência de renda.

O programa transfere a 11,1 milhões de famílias uma renda média mensal de 65 reais e custou 8,2 bilhões de reais em 2006. O governo quer aumentar a presença do Bolsa Família nos grandes centros urbanos.

Lula está tratando a organização do novo plano com urgência e discrição, especialmente quanto ao valor dos novos investimentos nas políticas sociais. A primeira versão do plano só deve ficar pronta na véspera da reunião com os governadores.

O chamado "kit-cidadania" é uma ideia que Lula tenta implementar desde 2005 nas comunidades mais isoladas e pobres, como remanescentes de quilombos, vilas ribeirinhas e aldeias indígenas do interior do país.

VIOLÊNCIA infanto-juvenil. BRASIL

Números de uma tragédia social: Evolução numa década (1991-2000)

- Aumento de 52% no número total de homicídios entre 1991-2000 e aumento de 77% no número de jovens vítimas de homicídio no mesmo período.
- A taxa de homicídios de jovens (número de vítimas para em cada grupo de 100 mil) aumentou em 48,1%. Nas capitais, este aumento foi de 75,9%.
- Brasil passou a ocupar o 1º lugar no número absoluto de homicídios de jovens em todo o mundo. E o 5º lugar entre os países com maior índice relativo de homicídio na população jovem em particular¹.
- Na década de 80 os acidentes de trânsito eram a principal causa de morte entre as causas externas, na década de 90 os homicídios ocuparam este posto.
- A violência que atinge os jovens estabeleceu na década de 90 uma mudança de caráter demográfico, particularmente quando considerados os jovens pobres e negros, comparável a situações de guerra ou epidemia grave.

Projetos de prevenção direcionados para os adolescentes em risco de conflito com a lei ainda são poucos no país. As que existem geralmente são direcionadas apenas para os jovens internados ou em liberdade assistida. Algumas poucas experiências mostram avanços para além da mentalidade punitiva, em municípios que buscam apoio na mobilização comunitária. Os resultados são surpreendentes.

O estudo “Mapa da violência nos municípios”² compila os dados das agressões seguidas de morte de cada município brasileiro. Traz a discussão para o território dos municípios. Isto é fundamental para a adequação das políticas públicas, pois os dados mostram a enorme diversidade do problema no Brasil.

“Descer até os indicadores municipais”, diz o estudo, “representava desafio gigantesco, mas necessário, se realmente se desejava engajar os poderes públicos municipais e as estruturas da sociedade no enfrentamento desse flagelo que, na realidade brasileira atual, mata mais do que muitas das endemias e pandemias tradicionais”.

O estudo destaca a ação integrada por 39 Prefeituras Municipais da região metropolitana de São Paulo como um dos eixos centrais para a queda na taxa indicativa de violência na região, a partir de 1999.

Destacamos que para o Brasil é importante ressaltar também a experiência da distante Boa Vista (RR). A capital de Roraima é a capital do país que teve a maior queda no período entre 1998-2004, 59,48%.

¹ O número absoluto de 20.000 em 1994 ultrapassa os 18.000 da Federação Russa em 1998.

² Publicado em fev./2007 pela ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

Em 1998 Boa Vista, com o índice de 51,53 óbitos por agressão para cada 100.000 habitantes era a 7ª capital mais violenta. Em 2004, com o índice de 20,88 por 100.000, Boa Vista passou a ser a 25ª capital com maior índice deste tipo de violência, só perdendo para Natal e Palmas.

Boa Vista se destaca pelas ações coordenadas que foram propiciadas por um censo detalhado, abrangendo 70% da população, realizado em 2002. "A cidade mapeada de forma regionalizada e focalizada, pelo levantamento de 25 variáveis, e a utilização cotidiana dessas informações exigem o desenvolvimento, o gerenciamento e a execução de ações que respondam às questões e aos problemas identificados³." O problema da violência juvenil é enfrentado com base em informações sobre as carências e potenciais existentes nas famílias e suas residências.

Os dados da Polícia Militar do Estado de Roraima mostram uma redução de 72% em Boa Vista no índice de violência juvenil após a implementação do Projeto.

DADOS DE BOA VISTA:

Os dados são do Sistema de Informação de Mortalidade do MS/Datacruz. Em 1996 os dados começaram a ser coletados. Em 1998 a coleta estava mais consolidada. Esta é a fonte de dados usada pelo IBGE e pelas pesquisas sobre violência. Os dados referem-se a todo tipo de agressão seguida de óbito, conforme Classificação Internacional (CID-10). Destaque para a disparidade no comportamento da violência nas capitais. Ressaltando a importância das políticas públicas municipais.

Capital	Variação % de 1996 a 2004	Variação % de 1999 a 2004	Índice por 100.000 habitantes									Média de 2002 a 2004
			1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
Aracaju	60,75	176,84	28,96	19,33	16,82	25,59	39,87	60,86	53,93	50,08	46,55	50,19
Belém	28,23	0,26	22,72	24,48	25,59	15,08	25,93	26,99	31,43	34,20	29,13	31,59
Belo Horizonte	238,36	156,78	18,93	20,67	24,95	26,83	34,80	35,02	42,55	57,14	64,07	54,59
Boa Vista	-58,36	-59,48	50,15	44,32	51,53	51,44	40,39	32,13	37,36	31,91	20,88	30,05
Brasília	-6,79	-4,60	25,59	35,59	37,43	36,70	37,54	36,90	34,14	38,37	35,71	36,07
Campo Grande	-29,17	-17,22	42,50	41,87	36,43	30,79	39,33	34,01	34,01	34,65	30,10	32,92
Cuiabá	1,09	2,66	44,31	55,33	76,00	68,53	69,52	76,89	51,36	49,07	44,79	48,41
Curitiba	81,70	76,72	22,08	26,64	22,71	25,88	26,21	27,96	31,84	36,08	40,13	36,01
Florianópolis	2,14	201,83	11,06	9,45	9,33	8,87	10,22	17,03	24,25	26,52	28,17	26,31
Fortaleza	14,09	37,89	24,57	26,95	20,33	25,22	28,21	27,89	31,46	29,08	28,04	29,52
Goiania	55,89	62,93	23,62	22,10	22,60	30,10	28,64	29,42	37,65	36,92	36,82	37,13
João Pessoa	15,04	9,11	36,41	33,26	38,38	35,96	37,80	41,32	41,98	44,04	41,88	42,63
Macapá	-39,74	-27,31	61,55	46,60	51,03	64,05	46,24	44,27	42,71	44,58	37,09	41,46
Maceió	28,04	90,00	49,37	38,44	33,27	30,90	45,13	59,33	60,42	60,10	63,21	61,24
Manaus	-27,52	-37,03	35,34	35,27	40,67	35,30	33,01	25,21	26,02	28,94	25,61	26,86
Natal	-25,54	-19,47	17,53	18,11	16,21	9,58	10,39	15,65	13,75	22,67	13,05	16,49
Palmas	114,87	57,79	9,29	7,04	12,65	19,69	21,84	26,51	19,47	21,15	19,96	20,19
Porto Alegre	34,83	27,28	29,64	37,21	31,40	32,88	39,25	36,48	40,24	36,18	39,96	38,79
Porto Velho	112,51	-0,28	32,97	38,35	70,26	55,53	60,96	66,91	62,41	52,37	70,06	61,62
Recife	15,35	-20,21	78,82	105,30	113,96	99,27	97,55	97,20	89,96	90,71	90,93	90,53
Rio Branco	-18,33	-23,80	35,83	36,61	38,40	16,95	36,36	39,02	43,97	37,58	29,26	36,94
Rio de Janeiro	-22,19	-16,27	67,40	65,79	62,64	53,55	56,61	55,52	62,50	55,75	52,45	56,90
Salvador	-26,60	81,92	38,25	41,64	15,43	7,90	12,89	21,32	22,96	28,18	28,08	26,41
São Luís	38,84	94,32	23,05	22,20	16,47	12,77	16,55	27,44	21,10	30,23	32,01	27,78
São Paulo	-68,24	-35,44	124,17	56,69	61,09	69,12	64,82	63,52	52,31	52,01	39,44	47,92
Teresina	92,36	44,69	13,27	16,91	17,65	14,02	22,23	23,19	27,51	28,08	25,53	27,04
Vitória	-2,54	-23,35	83,87	103,49	106,64	108,27	79,03	85,13	79,51	72,29	81,74	77,85
TOTAL	-32,93	-7,69	62,34	45,67	45,29	44,61	45,83	46,50	45,06	45,58	41,81	44,15

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)
– V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra, como orador inscrito, por 20 minutos, ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma das palavras mais citadas, nos últimos meses, nesta Casa, foi “assalto”. Assalto de todos os tipos, mas sempre assaltos de uma pessoa contra outra, assaltos de bandidos contra cidadãos.

Creio que precisamos fazer uma reflexão. Ao mesmo tempo em que é preciso combater com dureza os bandidos que cometem esses assaltos, temos que fazer uma reflexão, Senador César Borges, sobre a história do Brasil relacionada com os assaltos. Vamos falar com franqueza. A chegada dos portugueses aqui foi um grande assalto contra as populações indígenas. Ou não foi? Chegaram aqui sem pedir licença, começaram a entrar e tomaram conta do território brasileiro, que, à época, era um território de propriedade dos indígenas. Foi um assalto.

Depois disso, em 1530, não contentes, dividiram o Brasil em capitanias hereditárias. Foi ou não foi um assalto a criação das capitanias hereditárias? Sem consultar nenhum dos que ali moravam. Foi um assalto não com revólver, mas com outros tipos de armas que puderam usar contra nossos indígenas.

Mas o assalto não parou por aí. Durante 400 anos assaltamos a África. Não assaltamos para tirar a bolsa e o dinheiro, mas assaltamos, Senador Tião Viana, para tirar as pessoas. Fomos, durante 400 anos, assaltantes do continente africano. Seqüestrávamos.

Um seqüestro em que nem resgate pedíamos. Um seqüestro em que se mantinha seqüestrado o filho, o neto e o bisneto do seqüestrado africano. Este é um país de assaltos e seqüestros.

Nós não paramos aí! A inflação, que durante longos anos serviu para financiar o desenvolvimento, é uma forma de assalto. O Governo emite moeda dando um cheque sem fundo, porque não tem valor. Isso é assalto! Assaltavam-se os bolsos dos cidadãos a partir de atos irresponsáveis de sucessivos governos. Um assalto tão maquiavélico que inventaram uma tal de correção monetária para proteger aqueles que podiam fazer investimentos protegidos. É como se houvesse condomínios monetários para evitar o seqüestro do dinheiro – que era feito da população assalariada.

E hoje? Será que 40% de imposto indo para o Governo, Senador César Borges, não é uma forma de assalto? Não o seria se, de volta, esse dinheiro trouxesse o bem-estar da população; se na volta esse dinheiro garantisse uma sociedade com saúde, com educação

de qualidade, sem violência. Mas o que vemos é esse dinheiro ser sugado – como um assalto, como um seqüestro –, e ninguém vê o resultado de volta desse dinheiro. Isso é sim uma forma de assalto!

No Brasil nós temos uma história de assaltos. E hoje – o que é pior – vemos um assalto maior que todos: assaltaram a mente do Brasil. Assaltaram e seqüestraram de tal maneira que não conseguimos pensar as coisas da maneira como elas são, mas, sim, da maneira como tentam nos mostrar, com o desvio que fazem para nos enganar. A cada dia se propõe algo que vai nos enganar.

O Governo Federal tem dito que vai fazer uma revolução na Educação graças ao Fundeb. Seqüestrou a mente de milhões de pessoas que estão acreditando nisso! É ruim o Fundeb? Não. É melhor com ele que sem ele. Mas não vai resolver o problema, porque são poucos os valores que vão investir e porque não é uma questão apenas e, sobretudo, de dinheiro o problema educacional; é uma questão de fazer funcionar um sistema nacionalmente, e não dividido em cada Município com as suas regras, com o seu comportamento e as suas limitações de recursos.

Mas não é só o Fundeb. O PAC é uma forma de seqüestrar a mente brasileira. Querer dizer que esse Programa de Crescimento... Primeiro, vai trazer crescimento? Ninguém pode garantir isso! Hoje, o crescimento do País depende da sua infra-estrutura, mas depende da Bolsa de Valores de Xangai, depende da capacidade de compra dos Estados Unidos, depende das relações dos países, atualmente, da Comunidade Econômica Européia com outros que venham a se associar a ela, e que nos deixariam fora do mercado... É um seqüestro da nossa mente querer dizer que um programa nacional de crescimento econômico vai permitir uma taxa de crescimento de 4%, 5%, 10% ou o que seja... Seqüestraram nossa mente!

A redução da Maioridade Penal também está sendo feita de uma forma que está seqüestrando a mente do Brasil ao dizerem que esta é a solução para reduzir a criminalidade. Eu até creio que essa seja a solução para punir criminosos.

Aí é uma questão lógica. Podemos discordar por razões éticas, mas não se pode dizer que não é lógico punir reduzindo a Maioridade. No entanto, dizer que a criminalidade será reduzida é querer manipular a opinião pública. Atualmente, para os jovens que estão cometendo esses crimes, a cadeia é uma proteção, Senador. Estar na cadeia é estar protegido. Vivem mais se ficarem presos do que se ficarem soltos. A pena de morte não significa nada para essa quantidade de jovens que hoje está na criminalidade depois de um

abandono sistemático de longos e longos anos, durante a infância e a adolescência.

Estamos trabalhando com base em um sistema que não traduz o que a realidade nos mostra, e talvez esse seja o pior dos nossos problemas, talvez esse seja o pior dos nossos assaltos: o assalto à mente brasileira.

Pergunto-me quando nós teremos tempo, quando teremos vontade, nesta Casa, de tentar cair na realidade, Senador Tião Viana. Quando é que vamos querer sair dessa fantasmagoria que tomou conta do pensamento brasileiro, que faz com que se trabalhe, defina e tente construir com base em ilusões. E cada vez que se realiza algo, pouco tempo depois se descobre que não deu. As pessoas estão se esquecendo do plebiscito para permitir a venda de armas. Faz dois anos que se prometeu que a violência diminuiria se cada um de nós pudesse ter o seu revólver. Diminuiu? Aumentou! Temos trabalhado como se pequenos gestos fossem capazes de dar resposta aos grandes problemas brasileiros. Precisa-se desses pequenos gestos? Muito bem, precisa-se do Fundeb, mas ele não vai mudar a educação. É preciso tratar o problema da criminalidade cometida por menores? Sim, e não se pode adiar. É preciso construir mais cadeias? Sim, e não se pode adiar. São formas paliativas para se enfrentar o momento que vivemos, o momento dramático de um verdadeiro terremoto social que sofremos, mas a construção posterior ao terremoto não estamos discutindo, não nos estamos aprofundando na questão.

O Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, no dia da sua posse, da sua eleição para o segundo mandato, disse que ia fazer com que o Senado tivesse uma agenda própria e que essa agenda fosse algo que procurasse mexer nas estruturas da sociedade brasileira, que tentasse lubrificar as engrenagens da sociedade brasileira que estão enferrujadas e que não ficaria apenas preocupado com a podridão que existe na superfície. Tem de colocar muita creolina para combater a podridão que está na superfície; é preciso muita creolina para acabar com a bandidagem; é preciso creolina para acabar com a corrupção. Mas para resolver os problemas é preciso lubrificar as engrenagens, é preciso além dos problemas da superfície, por mais podres que estejam. E esses problemas de engrenagem malfeita têm a ver com crescimento econômico, têm a ver com educação, têm a ver com ciência e tecnologia, têm a ver com a crise ambiental que atravessamos, têm a ver com aspectos da realidade, aspectos da história e não com aspectos da superficialidade momentânea da conjuntura.

Não sei quando vamos descobrir isso ou quando vou perceber que, talvez, eu esteja completamente

errado; que as engrenagens estão funcionando bem e que é apenas uma questão de pôr um pouco de creolina na superfície podre. Não sei quanto tempo vai levar para que descubramos onde está o nó da questão a ser analisado, a ser desfeito para que o País possa voltar a crescer. Onde vamos cortar as amarras que nos impedem de avançar, seja no caminho de uma sociedade menos desigual, seja no caminho de uma sociedade mais desenvolvida em relação aos outros países? Enquanto discutimos a superficialidade, o País está ficando para trás, Senador Tião Viana. Está ficando para trás com a taxa de crescimento abaixo de dois quando os outros países estão acima de cinco. Isso, em dez anos, significará uma diferença brutal em relação aos países que hoje estão iguais a nós. Ficaremos atrás. Significará uma diferença grande em relação aos países que estão um pouco à nossa frente. Significará uma diferença em relação aos países que hoje estão atrás de nós, Senador Antonio Carlos Magalhães, mas que vão ficar na nossa frente, muito em breve, no que se refere à economia.

Mas não é só a economia. Não há mais futuro para a economia sem ciência e tecnologia. É claro que estamos atrás em ciência e tecnologia em relação aos outros países. Sem dúvida alguma, temos ilhas de excelência, apesar de tudo, e não são poucas, mas, no conjunto, não estamos nem chegando perto dos países que estão fazendo as suas revoluções tecnológicas, por uma razão: há dez, vinte, trinta anos, eles fizeram suas revoluções educacionais, o que é a base da ciência.

Agora o Presidente decidiu lançar o PAC da economia. Primeiro, deveria ser a revolução da economia e não o PAC da economia.

Mas, pelos primeiros sinais que vemos, parece que vai cuidar muito mais de ensino superior do que de educação de base. Mais uma vez, o pragmatismo determinando o rumo, o imediatismo determinando, ou querendo determinar, o futuro, porque atender às universidades é querer atender ao imediato dos que têm sindicato, dos que têm força, dos que usam gravata, dos que calçam sapatos e entram aqui como lobistas para nos pressionarem, legitimamente. Mas esvaziará. Essa idéia de aumentar vagas para as universidades antes de aumentar o número de alunos concluindo ensino médio é uma tragédia para o País, embora seja uma maravilha para as camadas melhores e que têm mais influência no País.

Já estamos chegando ao ponto em que qualquer aluno que terminar o ensino médio terá direito a uma vaga na universidade. Há pessoas que vão comemorar, sem perceber que haverá essas vagas disponíveis para todos os alunos que terminarem o ensino médio

porque 67 não terminaram o ensino médio, ou seja, 67 são excluídos. Agora, dos 37 nós vamos cuidar. Não vai dar certo, até porque esses 37 não são os mais brilhantes deste País, porque, certamente, haveria gênios maiores entre os 67.

Pergunto-me quantos de nós teriam passado no vestibular se todos os meninos tivessem a mesma educação que tivemos desde a primeira série primária. Será que teríamos passado, ou será que surgiriam gênios que nos deixariam para trás?

Não estamos trabalhando os problemas essenciais, Senador Tião Viana. Quando digo nós, não me estou referindo apenas ao Governo, mas ao Governo, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, à opinião pública, à mídia, a todos nós. Nós todos caímos numa lógica artificial, fruto do assalto que fizeram à mente brasileira há algumas décadas, resultado da história de um país assaltante, assaltante de índios, de negros, de escravos, assaltante de dinheiro do povo, assaltante pela inflação, assaltante pelos impostos, assaltante pelos subsídios dados a setores que não trariam vantagens. Um país de assaltos, que se surpreende com a criminalidade que está aí.

Talvez a surpresa maior seja como demorou tanto tempo para se ter um quadro dramático de criminalidade no Brasil. É surpreendente que tenha sido preciso chegar ao século XXI para se ter essa criminalidade tão grande, porque, pela lógica da formação do Brasil nesses 500 anos, essa violência deveria ter começado com os tupinambás, lá atrás, quando eles se revoltassem contra os assaltos feitos pelos descobridores. Ela deveria ter começado lá atrás, Senador Eurípedes, pelos escravos, quando eles se revoltassem contra o assalto que era feito contra eles. Teria que ter começado lá atrás, na África revoltada contra os seqüestradores traficantes de escravos que ali chegavam e seqüestravam, sem pedir resgate, gerações. Não seqüestravam um, mas todas as gerações futuras. E assim o fizeram durante 400 anos. Seqüestravam um, mas, com este, toda sua descendência estava seqüestrada, até que, em 1888, isso foi proibido.

É um país de assaltos, um país que terá de enfrentar os assaltos. Só há um jeito: “dessequestrar”, libertar a mente, para que pensemos as coisas concretas, e não as superficialidades. Que procuremos lubrificar as engrenagens deste País, e não apenas jogar creolina na podridão da superfície.

Essa engrenagem só pode ser lubrificada pelo pensamento, e o pensamento vem da educação. É de uma revolução que o Brasil precisa, uma revolução educacional.

Não vai haver solução por pequenas medidas, como alterar a maioria penal, mesmo que a alte-

ração seja justificada em função da vingança, da punição ou até mesmo da proteção que se busca com a prisão de alguns desses menores por mais tempo, para que eles não saiam cometendo novos crimes, ao que não sou contrário.

Agora, o que não podemos é imaginar que isso vai resolver o problema da criminalidade. Sabe V. Ex^a, Sr. Presidente, que alguns desses menores consideram uma honra a condenação maior? Eles consideram uma condecoração terem de cumprir dez anos em vez de cinco, porque isso significa mais prestígio na comunidade onde vivem, significa que são mais homens do que os outros!

Podemos estar cometendo um grande erro com essa idéia da redução da maioria penal. Mas o maior erro não é esse, e sim não perceber que o problema é outro: a idade com que se entra na escola, a idade com que se sai da escola, a qualidade durante o período em que se estuda.

Estamos querendo resolver como fazer cadeias mais seguras, em vez de fazer escolas com maior qualidade. Estamos pervertidos do ponto de vista mental! Nossa mente foi seqüestrada, como, neste País, quase tudo o foi.

É hora de despertar ou de caminharmos como sonâmbulos para o abismo!

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque.

Pela alternância dos oradores que têm comunicações inadiáveis a serem feitas da tribuna do Senado, concedo, por cinco minutos, a palavra ao nobre Senador Tião Viana, do Estado do Acre.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago uma preocupação da área da saúde brasileira que está vinculada à área da educação.

Diariamente, observamos a busca, junto ao Ministério da Educação, de centenas de escolas tentando criar cursos de Medicina. Temos uma situação delicada no País, um excesso de pedidos de abertura de escolas médicas e uma dramática situação da qualidade da assistência médica prestada no Brasil.

Hoje, o País forma dez mil médicos todos os anos. Somado a esse número o de médicos que se forma em outros Países e vem para o Brasil, temos doze mil médicos por ano, um número mais do que suficiente para atender a todas as necessidades da sociedade brasileira, desde que esses profissionais formados estejam distribuídos entre as regiões, os Estados e Municípios brasileiros.

Infelizmente, não se estabelece uma política de estímulo à interiorização do médico, de desconcen-

tração do profissional especializado, do profissional que atenda, de fato, às necessidades maiores da população, que envolve, inclusive, o médico da família, e temos uma superconcentração e uma distribuição inadequada.

Com isso, abrimos oportunidade para debates apelativos de mercado, com interesse exclusivamente comercial de empresários da educação que querem a abertura de novas escolas médicas em nosso País. São centenas de pedidos enviados ao Ministério da Educação, que demonstra uma hesitação muito grande. Existe um comportamento liberalizante do Governo Federal – Governo que apóio – em relação à abertura de cursos de Medicina, uma preocupação muito pequena para restringir a abertura, por qualquer motivo, de um curso de Medicina, e esse problema vem-se agravando muito em nosso País, de maneira muito consolidada.

Haverá, agora, um exame de avaliação por amostragem no Conselho Regional de Medicina de São Paulo, que comprovou, na primeira amostragem, que 40% dos médicos recém-formados que fizeram esse teste de habilitação estavam completamente inabilitados ao exercício da Medicina. O profissional médico, ao sair da faculdade, já recebe o registro junto ao Conselho Regional de Medicina e já pode atuar em qualquer lugar. Conseguindo emprego, ele estará liberado.

Então, não há um critério de controle de qualidade do Governo Federal do meu País; não há critério no Ministério da Educação que seja efetivo; não há um critério no Conselho Nacional de Saúde ou no Ministério da Saúde, de maneira geral. Os Conselhos Regionais de Medicina não cumprem esse papel organizador e fiscalizador mais efetivo porque entendem que essa atribuição, nos termos da lei, é, sim, do Poder Público federal, do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, apontava normas que pudessem regulamentar, acompanhar e criar o devido critério de qualidade para a abertura de cursos de Medicina no Brasil.

Foram somados elementos e pontos para avaliação junto ao Conselho Nacional de Educação, que seria a última instância a autorizar a abertura dos cursos: avaliação prévia na fase de implantação de cursos e o cumprimento de algumas metas. Foram observados que esses critérios estavam completamente falhos.

Em 2006, o Governo do Presidente Lula lançou o Decreto nº 5.773, de maio de 2006, que acrescentou, além do Conselho Nacional de Educação, o Conselho Nacional de Saúde como instâncias responsáveis pela abertura de novos cursos de Medicina e pelo acompanhamento, entendendo que Medicina e Direi-

to criam sérios problemas de controle de qualidade hoje no Brasil, da forma como estão sendo abertos esses cursos.

Foram estabelecidos critérios, dos quais um grupo de doutores avaliou as condições preliminares da abertura de novos cursos. Mas não estamos observando isso. O que se tem é uma pressão política e econômica muito forte junto ao Conselho Nacional de Educação e ao Conselho Nacional de Saúde e a abertura, digamos, quase sem critério e efetiva de proteção à sociedade.

Então, o aspecto qualidade do jovem que se está formando médico no Brasil é gravemente falho hoje. A sociedade pode pagar um preço muito alto por isso, que está se multiplicando. Não temos o controle efetivo pelo Conselho Nacional de Educação, basta que olhemos a pressão e a grande disputa que é uma eleição majoritária para que alguém seja membro do Conselho Nacional de Educação hoje, como se houvesse algo muito precioso lá dentro, como se algo muito importante estivesse acontecendo dentro do Conselho Nacional de Educação para garantir a abertura de novos cursos neste País.

O interesse econômico tem dominado os setores essenciais que devem estabelecer critérios e regras para a abertura e o funcionamento de cursos. Não há um controle de qualidade do jovem que está sendo formado neste País. Estamos atendendo a uma demanda de mercado e não a uma demanda de controle de qualidade. Então, é o apelo que eu faço.

Pedi um estudo da Consultoria Legislativa sobre se seria a hora ou não de nós estabelecermos projetos de lei que pudessem restringir a abertura de novos cursos. Entendi, no aconselhamento técnico que tive, que temos de aguardar esse novo decreto-lei do Ministério da Educação, que estabelece que o Conselho Nacional de Saúde também passa a interagir com critérios que procuram aproximar as regras de exigência de qualidade da abertura de novos cursos. Acho que vamos perder esse debate.

Então, penso que o Governo precisa romper com a timidez, precisa romper com essa conduta liberalizante e precisa agir de modo definitivo no controle e na responsabilidade que tem com esse assunto, já que o art. 209 da Constituição Federal, em seu inciso II, deixa claro que é do Poder Público a responsabilidade para a abertura e o funcionamento de cursos de ensino neste País.

Nos trinta segundos que tenho, eu gostaria de fazer um apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores. Amanhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, vamos votar o projeto que cria a concessão de pensão especial a pessoas que foram atingidas pela hanseníase e que

foram submetidas a isolamento e internação compulsórios. É um projeto de minha autoria, que tem o Senador João Ribeiro como Relator.

Pondero aos Senadores, Sr. Presidente, que a essas pessoas, em 1959, foi estabelecido, no plano mundial, que não deveriam ser mais colocadas compulsoriamente em colônias para a segregação, em razão da hanseníase. Havia muitos, e muitos foram pegos em suas casas pela chamada Polícia Sanitária, foram levados e segregados. Não tinham nada. Crianças de cinco anos saíram de suas casas, agarradas pela Polícia, separadas de suas famílias, sem entenderem direito por que foram colocadas em colônias de isolamento, de onde, trinta, quarenta anos depois, saíram sem braços, sem mãos, sem pernas, vítimas das mutilações da hanseníase, e o Poder Público nunca reparou esse erro.

Se fomos capazes, no espírito democrático, de reparar as vítimas da violência política, por que não podemos ser capazes de reparar uma falha tão grave e tão violenta do Estado brasileiro?

Fui visitar a Comunidade Santa Isabel, em Betim – MG, e uma senhora deu o depoimento de que, em 1960 a Polícia Sanitária a recolheu. Ela foi levada, o marido suicidou-se, porque não agüentou a separação, e ela voltou para casa na missa de sétimo dia. Quando chegou, a mãe já tinha retirado a filha e lhe disse que ela nunca mais veria a filha e que ficaria internada. Ela saiu trinta anos depois, com direito de ver a filha, e o Estado brasileiro nunca reparou essa injustiça.

Proponho que dois salários mínimos sejam dados aos 20%, aos sobreviventes dessa situação de segregação injusta e arbitrária do Governo brasileiro. O Japão já agiu, avançou e já está cumprindo a meta de indenização sanitária, que, espero, o Brasil também fará.

Sr. Presidente, se V. Ex^a permitir, concederei o aparte ao Senador Cristovam Buarque e ao Senador Eduardo Suplicy. Senão, sei que já abusei do tempo e terei total compreensão.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Senador Tião Viana, V. Ex^a está falando para uma comunicação inadiável e não cabem apartes. Mas, na segunda-feira, poderemos tranquilamente admitir. Peço apenas que os apartes sejam breves, se possível.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Serei muito breve, Sr. Presidente, somente para dizer que concordo com a lógica do Senador Tião Viana. Se fomos capazes de dar indenização a pessoas que, por vontade própria, por heroísmo ou por patriotismo fizeram guerrilha, ou seja, por opção, como não daremos para aqueles que, por falta de opção, caíram na marginali-

dade? Apóio o seu projeto, Senador Tião Viana. Agora, gostaria de ter o seu apoio para o meu: uma indenização para torturados, os analfabetos. O analfabeto adulto no País de hoje é uma pessoa torturada diariamente, não fisicamente, mas moralmente, intelectualmente. Minha proposta, que fiz quando era Governador do DF, era de pagar R\$100,00 ao analfabeto no dia em que ele recebesse seu diploma de alfabetizado. Eu comprava a primeira carta que ele escrevesse em sala de aula. Estou tentando levar isso para o Brasil. Como Ministro, apresentei a proposta ao Governo Federal, mas ficou na Casa Civil. Eu gostaria de ter o apoio de V. Ex^a. Leve isso para o Presidente Lula. Enquanto isso, vamos tentar aprovar aqui uma Bolsa Alfa para indenizar o analfabeto pelo tempo em que ele ficou analfabeto, sendo torturado. São R\$100,00 apenas; é o que eu proponho. Houve gente que recebeu milhões por causa da opção política. Alguns chegaram a receber R\$100 mil. Estou propondo somente R\$100,00 para cada torturado diariamente pelo analfabetismo em que a omissão do Estado o deixou.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a. Já me manifestarei após o aparte do Senador Eduardo Suplicy.

Ouç o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Tião Viana, V. Ex^a se mostra sensível a um problema muito importante. Quero cumprimentá-lo. A peregrinação que V. Ex^a descreveu, indo visitar o local onde estão sendo tratadas essas pessoas, em Minas Gerais, que sofrem de hanseníase, faz-me lembrar um dos episódios mais comoventes do filme “Diários de Motocicleta”, do cineasta Walter Salles, que mostra a viagem de Che Guevara e de seu amigo, desde a Argentina até a Venezuela, salientando muito o caráter e o humanismo de Che Guevara, que se tornou, muitas vezes, um ícone dos jovens do mundo por seus gestos de solidariedade. Talvez o maior deles tenha se dado exatamente quando ele permaneceu ali por mais de um mês – não me lembro exatamente quanto tempo – com os hansenianos. Ressalto também o dia em que ele atravessou o rio para despedir-se deles. Portanto, quero cumprimentá-lo e dizer que considero importante, sim, o apoio que possamos dar ao projeto de V. Ex^a, bem como ao do Senador Cristovam Buarque, para que toda aquela pessoa que ainda não sabe ler e escrever tenha o estímulo para escrever essa carta, demonstrando que aprendeu a ler e a escrever. Muito obrigado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço aos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, que marcam, com conteúdo e com sensibilidade humana, o meu pronunciamento.

Desde já, Senador Cristovam Buarque, informo a V. Ex^a que procurarei ler sua manifestação legislativa, com a qual, a princípio, tenho absoluta concordância. Não temos de ter vergonha nem de encontrar dificuldade em reparar erros. Se aquilo que fizemos for certo, nunca sairá caro ao nosso País.

Ariano Suassuna, ontem, colocou um dilema num belo programa na Globo News. Quando lhe perguntaram o que o coração dele via no Brasil e no mundo, ele respondeu: “Dois pólos. A União Soviética quis um Estado justo e não garantiu liberdade. Os americanos fazem um Estado livre e não conseguem justiça. Talvez o Brasil tenha oportunidade de ser justo e livre”. Então, cabem as idéias e a responsabilidade política e social dos agentes públicos, da sociedade e da nossa democracia.

Então, o meu respeito e o meu agradecimento a V. Ex^a e ao Presidente pela anuência com o tempo excessivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)
– V. Ex^a merece, Senador Tião Viana.

Concedo a palavra pelo prazo de cinco minutos, para uma comunicação inadiável, ao Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do Orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna, nesta segunda-feira, não para fazer um discurso ou uma manifestação de ordem filosófica nem para tecer as considerações que os meus pares, durante esta sessão, fazem com muita competência da visão histórica dos fatos do cotidiano.

Venho para comunicar à Prefeitura Municipal de Santana, no meu Estado, que está disponibilizado, no Banco do Brasil, agência 3346, conta 212504, o valor de R\$1.691.478,29 para pagamento de despesas de convênio SEAP/Município de Santana, projeto “Construção do Terminal Pesqueiro Público de Santana”. São recursos muito importantes na geração de emprego, Sr. Presidente, e para a geração da infra-estrutura necessária à rica costa pesqueira do Amapá.

Também para o Município de Santana, quero anunciar a todos os vereadores e munícipes que, na agência 3346, conta 211273, liberamos o valor de R\$50 mil, de convênio para apoio ao projeto “Pontos de Cultura Materializando Sonhos”. Os recursos já estão na conta.

Sr. Presidente, também para Santana, recursos no valor de R\$108 mil, disponibilizados na agência 3346 do Banco do Brasil, conta 234192, destinados a melhorias sanitárias domiciliares; emitente, Fundação Nacional da Saúde.

Para o Município de Mazagão, o convênio 489/2004, apoio à estruturação de unidades de atenção especializada à Saúde, no valor de R\$64.000,00 (sessenta e quatro mil reais), que já se encontra na Conta nº 80187 da Agência 3985 do Banco do Brasil.

Sr. Presidente, comunicamos também ao Município de Cutias do Araguaary a liberação de recursos na Conta nº 54151, Agência 3575 do Banco do Brasil no valor de R\$112.000,00 (cento e doze mil reais), pelo convênio nº 4005/2004, relativo ao apoio à manutenção de unidade de saúde.

Também para a Prefeitura de Cutias, Banco do Brasil, Agência 3575, Conta nº 54151, R\$112.000,00 (cento e doze mil reais), também relativo ao apoio à unidade de saúde. Dinheiro já na conta!

Sr. Presidente e nobres Colegas, também temos a alegria de anunciar ao Município de Tartarugalzinho recursos no valor de R\$112.000,00 (cento e doze mil reais), já depositados na Agência 3575, Conta nº 54283, relativos também ao apoio à manutenção de unidade de saúde.

Sr. Presidente, além das elucubrações e avaliações dos mais variados temas, que é prerrogativa do Senado Federal, do Parlamento – por isso falar, falar é muito importante na formação da opinião pública e no posicionamento dos Parlamentares sobre os mais variados temas que afligem ou que enobrecem a Nação brasileira –, não podemos esquecer que, objetivamente, o Congresso Nacional, Senado e Câmara, têm também a prerrogativa de trabalhar Orçamento da União e fazer, com os Ministérios, o acompanhamento de projetos para os governos estaduais e municipais. É um trabalho árduo, que necessita do acompanhamento da representação política da bancada de cada Estado da Federação.

É com muita honra que estamos enumerando e fazendo um trabalho de acompanhamento, de apoio aos projetos, além de apresentação das emendas orçamentárias.

Fico muito feliz, pois estou vindo agora de uma audiência com o Presidente da Eletronorte para tratar de assuntos estratégicos de eletrificação para a chegada do linhaão Calçoene/Oiapoque.

Esse é um esforço conjunto e, por esse motivo, Sr. Presidente, convoco o Senador Mão Santa para que, na hora oportuna, além de estarmos juntos na tribuna do Senado Federal, estejamos juntos para defender o Piauí e o Estado do Amapá. Precisamos ir aos Ministérios para liberarmos esses recursos, para que possamos melhorar nossos Estados.

São essas as minhas considerações, Sr. Presidente. Espero que tenhamos uma boa semana de trabalho. Estamos iniciando, nesta segunda-feira, a

agenda positiva do Senado Federal, uma delimitação de propostas e de ação, para que possamos fazer uma pauta arrojada de trabalho para podermos atender essa grande demanda da população.

Por isso, acreditamos no grande trabalho da Mesa, liderada pelo Presidente Renan Calheiros. Precisamos trabalhar. Em vez de estarmos aqui às nove horas – porque a maioria dos Senadores compõe as Comissões, e as coisas estão se atropelando –, que comecemos a trabalhar a partir das seis horas da manhã, para que possamos atender. Tenho certeza de que os servidores, os taquígrafos, que estão aqui sempre a postos, todos darão suporte, pois esta augusta Casa nunca deixou de responder às necessidades do trabalho Legislativo.

Mão Santa, tu estás convidado a ir comigo ao Ministério.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Agradeço V. Ex^a, Senador Gilvam Borges. Não sei se sua proposta de começar às 6 horas e 30 minutos pode ter aprovação, mas, de qualquer forma, poderá ser submetida à Mesa Diretora. V. Ex^a poderia formalizar a proposta.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa. Há uma ordem de inscrição, da qual constam o Senador Geraldo Mesquita, que não se encontra presente, o Senador Mão Santa, depois eu, outros Senadores que também não se encontram presentes, e, após o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, por gentileza, inclua-me na lista após os outros Senadores, sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Exatamente, Senador Heráclito Fortes, há uma lista, e, como V. Ex^a não estava nela, foi inscrito após a sua chegada, quando V. Ex^a fez a solicitação.

Agora seria o Senador Geraldo Mesquita, que não se encontra, em seguida, o Senador Mão Santa, Senador César Borges...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Mão Santa, gentilmente propôs fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Se o Senador Mão Santa trocar a posição de orador com V. Ex^a, não há nada que impeça.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Nós submetemos à decisão de César. Ave, César!

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – A decisão cabe exclusivamente ao Senador Mão Santa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa por um período de até 20 minutos, mas creio que S. Ex^a

não precisará de todo esse tempo, facilitando assim o avanço da lista de oradores.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador César Borges, que preside esta reunião, Sr^{as} e Srs. Senadores aqui presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, vou falar de riqueza e obras do nosso Nordeste. Se eu me prender à Bahia – sei que na Roma tivemos 12 césares por muito tempo –, vinte minutos seriam muito pouco para relatar o que o César baiano fez hoje.

Senador Heráclito Fortes, esse negócio de riqueza é uma ambição. Entendo que todos nós somos filhos de Deus, e filho de Deus é para ser rico e ter prosperidade. Mas o que entendo é esse Brasil aí, que travaram mesmo. O Presidente Lula, ó Suplicy, está travado esse parceiro. Sei que V. Ex^a, Suplicy... Temos que destravar isso. E V. Ex^a é de São Paulo. E São Paulo era tida como a capital do trabalho, a locomotiva. Mas o trem descarrilou, e não está puxando mais nada essa São Paulo.

Suplicy, vim do Rio de Janeiro. O povo vibrou: o Madureira venceu o Flamengo.

Gilvam Borges, estudei lá no Rio de Janeiro nos anos 60, antes de o PT ter nascido. Nos anos 60, antes do PT. O PT é negócio de 25 anos. Então, não tinha ainda esse exemplo ruim do PT na nossa formação moral, Suplicy.

O Madureira ganhou.

Mas, naquele tempo, Gilvam Borges, eu já ia ao futebol. Minha formação cirúrgica é de lá, do Rio de Janeiro, Hospital Servidor do Estado, Ipase. E a minha admiração, como todos do Brasil, o meu encanto era o futebol do Rio.

Lembro-me, Senador Eurípedes, de 1950, Fluminense – de torcedor só tinha eu e o Chico Buarque; hoje parece que existem mais uns dez torcedores do Fluminense: Castilho, Píndaro e Pinheiro; Jair, Edson e Bigode; Telê, Didi – aquele do folha seca – Carlayle, Orlando e Quincas. E o reserva do Castilho era o Veludo, moreno como o nosso Senador Eurípedes. Veludo foi da Seleção também. E a vibração, a euforia. Zezinho!

Mas ali foi uma desgraça, porque, nos anos 50, quando eu começava a vibrar, Suplicy, não tinha PT, era tudo na paz, era tudo no amor.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, por gentileza.

Eu quero comunicar ao Senador Suplicy que a Mesa vai garantir – se S. Ex^a assim o desejar, porque foi citado sobre o PT – que S. Ex^a se manifeste, pedindo ao orador um aparte.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E é muito oportuno e deve. Todo mundo quer ouvir o Suplicy. Até eu. Estou contando a história. Talvez, ele é tão jovem, não sei se tinha nascido ainda. Mas a gente andava no Rio de Janeiro e não tinha negócio de bala perdida não! Não tinha bandido não! Tinha malandro, e era gostoso – eu não sei se eles gostavam... Não tinha PT.

E o pior é que travou na riqueza mesmo, mas naquilo que é mais importante: na felicidade do povo brasileiro. A Cidade Maravilhosa não é mais aquela cidade maravilhosa. A gente anda aterrorizado, com medo um do outro. A gente vê um polícia, a gente treme. Cadê a crença? Esse é o Brasil de hoje. A Colombo, símbolo da alegria, dos jovens... O César Borges é novo, mas eu fui muito à Confeitaria Colombo cinco horas da tarde tomar chocolate com as meninas do Sul. Isso não é costume do Piauí não! Lá a gente tomava era caldo de cana mesmo, no Piauí. Mas, com as garotas, eu ia às cinco horas e entrava pela noite. A Confeitaria Colombo fecha às cinco horas da tarde para não ter assalto. Sábado e domingo nem pensar; o centro do Rio fecha. Mas era aquele Rio que eu me lembro e eu quero o esforço do Suplicy... São Paulo, capital do trabalho.

E o futebol e tal, e o Brasil não ganhou... A Copa do Mundo foi uma decepção. Foi o Uruguai. Silêncio no Maracanã. Ghiggia. Dois a um. Todos nós esperávamos, e o Brasil...

Mas eu continuava a torcer pelo meu Fluminense, que me fez esquecer do Brasil. Havia 12 times. Niterói tinha um time de futebol: Canto do Rio. César Borges, começava o futebol, o campeonato. Naquele tempo, o Rio encantava a todos nós. Era Capital Federal. Ninguém sabia quem tiraria o primeiro lugar. Eu e Chico Buarque sós, era pouquinho a torcida, ainda hoje. Eu era Fluminense, mas tinha o Vasco, esse Flamengo aí do povo, o Botafogo; mas, último lugar, Canto do Rio! Isso era uma certeza.

Ô, Suplicy, e agora, no campeonato mundial, universal das riquezas... É a globalização. O chato é que o campeonato de futebol é de quatro em quatro anos. Mas esses dados da comunicação, da riqueza, tudo repousa na economia.

Sabe o nosso Suplicy que o Adam Smith já foi inspiração para Napoleão Bonaparte. É... A economia que pautou... “Não tem nenhuma liberdade...”. Não é... Chegou Albano Franco, homem que entende de muito dinheiro... “Não tem nenhuma liberdade antes da liberdade econômica”. E Adam Smith já existia. Até o Napoleão fazia riqueza e já governava com isso.

Agora, o campeonato, Gilvam Borges! Gilvam Borges, você na Presidência, com o telefone e com

o mundo, é para ver a Bolsa de Valores para ver se o tema é verdade?

Gilvam Borges, o campeonato da economia, para a desgraça do Governo, é anual. Todos os anos, estoura. A copa do mundo é de quatro em quatro anos, e poderia ser escondida pelos goebbels, pelo Duda Mendonça, pela mídia. Mas estoura em todo o mundo. É o campeonato das riquezas, que é o mais importante. O mais importante é a riqueza. Temos de entender até religiosamente. Acho que o erro do nosso País foi esse. São Paulo, que era a capital do trabalho, não é mais um local...

Deus disse: “Comerás o pão com o suor do teu rosto.” É uma mensagem para os governantes sobre como conseguir trabalho. O apóstolo Paulo – vou dar um livro sobre o apóstolo Paulo para o meu amigo Suplicy – disse que quem não trabalha não merece ganhar para comer. Isso é do apóstolo Paulo. Não sei se a renda mínima de V. Ex^a está contra ou a favor. É por aí. Estou citando os líderes da Humanidade.

Senador Gilvam Borges, só não somos o Canto do Rio no campeonato mundial de economia porque há um Haiti. Se o Haiti não existisse, o Brasil seria o Canto do Rio na economia. Todo ano é o último, todo ano é o último. Por quê? As coisas são simples. Rui Barbosa já dizia, Senador Gilvam Borges: “Vamos cultivar o trabalho. Vamos dar primazia ao trabalho. O trabalhador e o trabalho vêm antes. São eles que fazem as riquezas.”

O que houve aqui, no domínio do PT, foi um cultivo a quem tem dinheiro, aos banqueiros. Então, montou-se um sistema muito forte, muito seguro.

Lula está sentado: é o rei e um banco. Não é um banco como o PT pensa, de dinheiro, não; é um trono, uma cadeira, de quatro pernas. Ô, César Borges, V. Ex^a, que é engenheiro, então, daí está forte mesmo.

O trono dele tem quatro pernas: uma, a primeira, que salta aos olhos – em 506 anos –, nunca dantes se viu tanta corrupção neste País. Nunca! Nunca! Nunca! Gosto de História. Estudei muito História com a professora Maria da Penha. Nunca dantes! É a primeira perna do trono do Lula, em que ele está sentado. A segunda perna é a sonegação. Só os pobres pagam imposto. Os ricos não pagam. Desperdício! É muita farra. Quem nunca come mel se lambuza. Foi essa gente do PT. Eu nunca vi. Nem Luís XIV, o *L'Etat c'est moi*, porque ali só era ele; agora é cada um. E a outra perna é a incompetência extraordinária, porque este País, Senador Albano Franco, tem uma história. Fomos mais competentes até do que os franceses, Gilvam Borges. Eles fizeram a democracia. O povo nas ruas, “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. Caíram os reis, mas lá vem um tal de Danton, um Robespierre,

guilhotina, milhares de cabeças rolaram. Aqui fomos mais hábeis. Veio um momento de exceção. O militar queria logo fazer, mas esse que está ali... Deodoro e Floriano iam meter o terceiro militar, e ele disse: “Estou fora”. Mas nós lhe damos o Ministério da Fazenda. “Não troco a trouxa de minhas convicções por um Ministério” – Rui Barbosa.

Esse foi o grande ensinamento, brasileiras e brasileiros, esse Congresso que está acabado aí, mendigando ministérios. E mendigamos aquilo que entendemos que é superior. É o povo que é soberano.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, o Senador Eduardo Suplicy está solicitando um aparte.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sim. Quero ouvir S. Ex^a. Quero um debate qualificado com S. Ex^a. Pelo contrário, orgulha-me, mas me deixe terminar.

Aqui tivemos um período de exceção do extraordinário homem trabalhador, Getúlio Vargas, que prestigiou o trabalho e o trabalhador, a Previdência Social.

Tivemos mesmo um período militar, mas houve homens que prestaram culto à honestidade. Bastaria citar uns como os piauienses: João Paulo dos Reis Velloso, Ministro da ditadura militar, mas sobre o qual nunca houve uma acusação de corrupção; Petrônio Portella, o jornalista que buscava liberdade do Piauí; Castello Branco.

Mas fomos construindo, melhor do que os franceses, a democracia, e aqui está esta democracia. Porém, temos de valorizar mais o trabalho.

Entendo a idéia do nosso extraordinário Senador Eduardo Suplicy. Entendo! Nem o apóstolo Paulo foi contra ela, porque ele dizia que há três valores: fé, esperança e amor, que é caridade. Então, entendo essa Bolsa-Escola, transformada em Bolsa-Esmola como uma caridade, mas temos de ter um debate qualificado.

E vou fazer uma sugestão, para então dar a palavra a S. Ex^a. Fui Prefeitinho. Governei o Estado do Piauí. Acredito em Deus, no trabalho, no estudo, que leva à sabedoria. E eu diria o seguinte, Senador Gilvam Borges: essas bolsas, está certo, foram dadas. Foi um ato de amor e caridade de Sua Excelência o Presidente da República, mas temos de adaptá-las, ter o debate qualificado. E é simples. Sou cirurgião, sei resolver as coisas. Às vezes dá certo, Senador Eduardo Suplicy. Sei que V. Ex^a é economista, mas Juscelino era um médico, como eu, cirurgião, e deu certo. Estamos por aqui.

Vou dizer como temos de fazer: temos de atualizar essas bolsas; passe todas para os prefeitos, porque os prefeitos é que estão próximos. E vamos melhorá-las. Cada prefeito aumente 5%, e os governadores de

Estado, 10% a 15%. Quer dizer, vamos melhorar, porque o dinheiro é pouco, mas vamos orientá-los a um trabalho. Porque o prefeito, está certo, é aquele que está recebendo aquilo que é humilhante. Porque o Lula do Nordeste é o Presidente, mas sou mais Jarbas, que chegou aí. Sou muito mais o Luiz Gonzaga – sou mais, sou do Nordeste –, o nosso rei da música. O salmo era uma música. E Luiz Gonzaga, do seu Nordeste, disse: “A esmola que você dá a um cidadão são ou mata ele de vergonha ou vicia o cidadão”.

Então, que isso, no debate que V. Ex^a começou, e vai...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... e a paz. Mas queria que fosse passado para os prefeitos, e que o prefeito adicionasse mais 5%, e os governadores, mais 10%; mas que orientassem àquele cidadão um trabalho. Não um escravo... Duas horas em uma creche, zelando por um grupo, uma praça pública, dar situação. Mas não fugir o povo do trabalho, porque acho que o exemplo arrasta.

Palavra sem exemplo é um tiro sem bala. E, se os pais de família derem o exemplo aos filhos de não irem ao trabalho, vamos tirar o troféu do Haiti, vamos ser o último lugar na economia mundial.

Com a palavra o extraordinário e generoso cidadão, Senador da República, Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Mão Santa, sinto iniciar...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Preciso de som aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Suplicy, o tempo do orador está esgotado, mas, como V. Ex^a aguardou por bastante tempo, a Mesa concede três minutos para o seu aparte e a conclusão do nobre orador, Senador Mão Santa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente Gilvam Borges. Senador Mão Santa, sinto informar ao Senado Federal que o ex-Secretário-Geral e ex-Presidente da CNBB D. Ivo Lorscheider morreu há pouco no Rio Grande do Sul. Ele havia sido submetido a uma operação desde 25 de fevereiro devido a complicações decorrentes de uma cirurgia no estômago. Então, solicitei seja preparado o devido requerimento de pesar, com maiores informações a respeito, para que ainda nesta sessão possamos prestar a homenagem a este extraordinário Cardeal, líder e Presidente da CNBB, que, ao longo destes anos todos, muito contribuiu para a democratização do Brasil, a defesa dos direitos humanos e a superação dos problemas com os excluídos em nosso País. Como V.

Ex^a, ele sempre foi um defensor das proposições de São Paulo. Sei perfeitamente que V. Ex^a sempre resalta São Paulo, quando diz ser importante que todos pudessem trabalhar, ganhar o dia-a-dia de seu sustento por meio do suor do seu trabalho. Também foi São Paulo quem disse, na Segunda Epístola aos Coríntios, que devemos todos sempre seguir o exemplo de Jesus, que, sendo tão poderoso, resolveu se solidarizar com os mais pobres, de tal maneira que com eles conviveu e morou. Então, para que haja justiça, igualdade, é necessário que todo aquele que colheu muito não tenha de mais, e todo aquele que colheu pouco não tenha de menos. A proposição de se garantir a todos uma renda, como um direito de partilhar da riqueza da Nação, é algo de bom senso que mais e mais os economistas têm estudado. Chegam à conclusão de que, inclusive para o objetivo que é o de V. Ex^a, de que todos tenham direito ao trabalho, a garantia de uma renda básica a todos, incondicionalmente, ajuda muito nesse sentido. Com respeito aos problemas que hoje existem, seja no Piauí, seja no Rio de Janeiro, seja em Minas Gerais ou em qualquer lugar do Brasil, em decorrência da administração de um programa tão positivo como o Bolsa-Família – mas que ainda tem problemas na sua administração –, tais problemas poderão ser superados na medida em que passarmos, como diz a lei, para o estágio da renda básica incondicional. Nos três minutos que tenho, não vou completar toda a dissertação a respeito, mas cumprimento o Senador Mão Santa por estar aqui sempre trazendo o seu questionamento. Quero dizer a V. Ex^a que, hoje, mesmo que a taxa de crescimento do PIB tenha sido 2,9% no ano passado, dadas as condições de baixa inflação, a menor desde 1999, de diminuição da taxa de juros – possivelmente, nesta semana deverá baixar a taxa básica de juros na reunião do Copom de quarta e quinta-feira – e outros elementos – não me vou estender mais –, tenho a convicção de que estamos prestes a viver um quadriênio de crescimento sustentável, com melhoria da distribuição da renda, das condições de emprego. Teremos maior oportunidade de levar adiante o nosso debate. Obrigado pela oportunidade.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço-lhe o aparte.

Até vou fazer um pedido ao Presidente Lula: está aí um homem que tem virtudes para ser Ministro.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Mão Santa, com a devida permissão do Presidente, é apenas um aparte telegráfico.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Heráclito Fortes, se houver a permissão do Senador Mão Santa para um aparte, concedo a V. Ex^a dois minutos.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Bem meus que isso, Sr. Presidente, apenas para fazer um registro.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É um prazer, Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu sabia que o Senador Mão Santa era torcedor roxo do Fluminense, quase que solitário – não tanto. E sabia da parceria do Chico Buarque também como torcedor histórico do Fluminense, no final da década de 50. Só não sabia que Chico Buarque, que se inspirou na sua paixão pelo Fluminense, que é a mesma paixão do Senador Mão Santa, tinha uma paixão que incluía na sua música “Bom Tempo”, que era a busca pela Joana, aquela Joana que não lhe deixava mentir. Quero saber se V. Ex^a, Senador, também entrou nesse tríduo. Na década de 50, a paixão era exclusiva pelo Fluminense, ou V. Ex^a disputava também com Chico Buarque a paixão pela Joana?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não, não, Senador Heráclito Fortes, sou apaixonado pela Adalgisa há muito tempo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a há de convir que a Adalgisa não era nascida na década de 50. Quero defendê-la.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois ela nasceu aí, e é por isso que o mundo diz que é o ano santo; justamente coincidiu com o nascimento dela.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas amá-la com a idade que tinha na década de 50 era, no mínimo, um sacrilégio.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quanto à minha idade, creio que tenho 38 anos – não sei do Senador Suplicy –, porque só considero os anos de casado. Antes eu era uma pedra, um vegetal, não tinha vida.

Atentai bem, Suplicy! Primeiro V. Ex^a foi buscar Cristo. Deus mandou o trabalho: comerás o pão como hóstia. Colocou-o na casa de um operário para ver o exemplo do pai trabalhando, para ajudar o pai no trabalho. E nós seguimos Cristo, Eduardo Suplicy, não pelos discursos – V. Ex^a discursa muito, assim como o Senador Gilvam Borges –, mas por obras.

Tiago disse: fé sem obra já nasce morta. Se Cristo tivesse ficado só com os discursos Dele, os bem-aventurados, os que têm fome e sede de justiça, o Pai-Nosso não seguiríamos. Seguimos porque Ele fez obras, Gilvam. Ele fez cego enxergar; fez aleijado andar; limpou os corpos dos leprosos; tirou o demônio dos endemoninhados; multiplicou peixes, pães e vinho para festejar os momentos de alegria pelas obras.

Esta é justamente aqui a minha crítica final a este Governo. PAC – “Propaganda Aumentada e Criminosa”.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, eu queria que V. Ex^a fosse sincero com a Mesa, e, assim, as concessões serão feitas. V. Ex^a necessita de mais quantos minutos para encerrar o seu pronunciamento? Dez minutos mais está bom para V. Ex^a?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Serei breve, Sr. Presidente. Cristo fez o Pai-Nosso em um minuto, e eu tentarei me inspirar em Cristo.

Atentai bem, Senador Suplicy! Por isto é que nós o seguimos: pelas obras de Cristo. E esse Governo cria a “Propaganda Aumentada e Criminosa”. Tinha propaganda enganosa. Agora, o PAC é propaganda.

Eu queria que o Presidente Lula da Silva... Atentai bem, Suplicy, a uma mensagem do General Oregon, herói mexicano, que diz: prefiro o meu adversário que me leva à verdade ao amigo, aliado, puxa-saco, que me leva às falsidades. Então, digo: vamos terminar as obras inacabadas que estão no País. Senador Gilvam, faça uma reflexão sobre as obras inacabadas do seu Estado; Suplicy e César Borges também. Eu e Heráclito vamos dizer: vamos terminar as inacabadas do Piauí: Porto de Luis Correia. São US\$90 milhões encravados...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Cristo disse: “Faça-se a luz”. Porto de Luis Correia. O Piauí tem 66 Km de litoral. São US\$90 milhões encravados, faltam 10 milhões. E é uma palavra de Lula, que foi lá, se banhou, e disse que ia terminar.

A estrada de ferro central do Piauí, Heráclito Fortes. V. Ex^a viu como foi atraído Alberto Silva. Um engenheiro ferroviário foi lá e disse que em 60 dias – ele levou o Alberto, que até me abandonou – terminaria a estrada de ferro que ligaria Teresina, Piripiri, Parnaíba e Luis Correia. Nenhum dormente! Levou o Alberto Silva e os votos do Piauí. E levou, levou...

Palavra; temos de ter palavra, Presidente da República!

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, V. Ex^a dispõe de mais dez minutos, pelo tema tão importante e relevante.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Mão Santa, dormentes são os que acreditaram na proposta do Governo. Fique certo disso.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Exato, Heráclito. Estão lá aqueles Tabuleiros Litorâneos em Guadalupe, para promover o desenvolvimento da agricultura irrigada, mas acontece que a luz, a energia, é a mais cara do mundo, e os agricultores não conseguem competitividade. Então, está um fracasso.

Gilvam Borges, há um hospital universitário. Olha, uma líder do PT que está no céu, na estrela que tinha, Trindade, morreu aqui reivindicando esse hospital. Abriam-no, mas enganaram. É um ambulatório, onde não se interna doente e onde se fazem apenas umas “consultinhas”.

Hospital Pronto Socorro de Teresina. Heráclito Fortes foi Prefeito de Teresina e o iniciou, por volta dos anos 1989, 1990.

Firmino Filho, extraordinário prefeito, concluiu o hospital. Faltam os convênios federais para manutenção. O Presidente Lula da Silva foi lá – o Governo é do PT –, prometeu, Senador Heráclito, e o hospital com que V. Ex^a sonhou está fechado por falta de compromisso da Presidência, o pronto-socorro municipal.

Ponte sobre o rio Poti. Senador César Borges, falo com V. Ex^a, que é engenheiro. Era uma ponte para comemorar os 150 anos de Teresina. Teresina, construída pelo baiano Saraiva; Teresina, no coração do Piauí! Teresina já fez 154 anos e está lá o esqueleto da ponte.

Senador César Borges, olhe para cá.

Senador Heráclito Fortes, eu fiz, no mesmo rio Poti, uma ponte em 87 dias; V. Ex^a fez uma em 100 dias. Eu, brincando, contratei para 90 dias; e o cabra, com medo de eu não pagar, fez em 87. Mas é a mesma coisa! V. Ex^a me inspirou. Foi uma competição pelo progresso de Teresina que eu fiz com V. Ex^a. A ponte era para comemorar os 150 anos, mas Teresina já vai fazer 155 anos! E o esqueleto da ponte está lá... Maior e mais forte que o esqueleto é a mentira que este Governo representa, enganando o povo! Está lá...

O Piauí é a solução, Presidente Lula! Nós temos 11 milhões de hectares de cerrado. Em um dia só, eu fiz chegar lá 300 famílias, a Cotrirosa, a Bunge... Agora não podem produzir porque não há estrada; a Transcerrado está pior do que eu deixei, quando a iniciei. Prometeu, não tinha.

Senador César Borges, a carcinicultura que iniciamos no Nordeste no nosso Governo. Quando deixei o Piauí, a pauta era igual à da carnaúba: mais de US\$20 milhões. Baixou para US\$3 milhões em razão dessas loucuras e da intervenção do Ibama, que chegou lá e multou todo mundo. Os empresários estão mortos, porque este Governo só sabe aumentar a carga de impostos. Essa é a preocupação.

Senador Heráclito, no passado, as pessoas nos gozavam, dizendo que a bandeira do Piauí era um couro de bode. Agora, o bode está desvalorizado, assim como o carneiro e o gado. Por quê? Porque não houve vacinação. Então, só pode ser comercializado lá. Vende-se um boi ou uma vaca de R\$600,00 pela

metade do preço, porque o Governo do Presidente da República fracassou na política sanitária.

Então, o que pediríamos agora, já que falamos tanto em Deus? Senador Gilvam, o Amapá hoje se engrandece, pois conta com o Presidente Sarney; com o nosso amigo, exemplo maior da ciência médica, Senador Papaléo, que faz da Medicina a mais humana das ciências; e também com V. Ex^a, na Presidência. Aproveitando a generosidade de V. Ex^a, vou gastar o que resta do meu tempo para abrir o Livro de Deus e pedir ao Presidente da República, em nome dos piauienses que sempre aplaudiram e acreditaram no seu nome, que conclua as nossas obras inacabadas. Está escrito no Livro de Deus: “Pedi e dar-se-vos-á”.

Lembro o General Oregon, mexicano, que disse: “Eu prefiro um adversário que me leve à verdade a um aliado puxa-saco e mentiroso, que só me leve à ilusão”.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, V. Ex^a ainda tem mais cinco minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Esses cinco minutos eu ofereço ao que há de melhor no Piauí, outro bravo Senador, que vai clamar pela verdade.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, V. Ex^a nunca foi de correr de tribuna. Por favor.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Se V. Ex^a quer, vamos prosseguir.

Gilvam Borges, agora V. Ex^a me deu uma oportunidade. Nós estamos aqui, Senador, pela democracia. Aprenda e chame para aprender todos esses Senadores que estão ausentes. Na democracia, que nasceu em Atenas, o povo era chamado a participar a cada instante. Assim, Senador Jarbas Vasconcelos, em Atenas, o povo era chamado. Por exemplo, o chamamento mais simples era para pessoas que não serviam – como aqueles políticos daqueles mensalões cultivados pela corrupção do PT, que transformou um mar de corrupção num oceano de corrupção. Quando queriam colocar alguém para fora, como não tinham máquina eletrônica nem papel, eles iam buscar uma ostra. Era o voto. Quando a ostra era do tamanho de uma montanha, aquele indivíduo era posto para fora. Já no nascedouro da democracia, expulsavam-se os corruptos e os maus elementos. Aqui, na nossa democracia cara, os maus elementos voltaram a este Congresso, e todos eles mais poderosos.

Mas é isto que quero dizer: no aperfeiçoamento da democracia, para acabar com a fase de *L'État, c'est moi*, uma inteligência, Montesquieu, dividiu o poder. E os poderes tinham que ser harmônicos e iguais.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Mão Santa, em socorro aos taquígrafos, em homenagem a eles, traduza, porque a dificuldade que eles terão... E o Regimento não permite...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Montesquieu dividiu esse poder, mas eu daria ao Presidente Lula da Silva o ensinamento de outro francês, Mitterrand, que, no final de sua existência, escreveu um livro. E ele, Líder Jarbas, não podendo mais escrever, chamou um colega seu, companheiro e amigo, do Prêmio Nobel de Literatura. Lá está escrito que Mitterrand – que tentou várias vezes a Presidência, que a exerceu por sete anos, que se reelegeu –, no final de sua vida, com câncer, deu um grande ensinamento que passo ao meu PMDB e ao Presidente Lula da Silva, como um presente maior e contribuição a esse Governo. Faço minhas as palavras de Mitterrand, que disse que, se voltasse, faria tudo para fortalecer os contrapoderes.

Aí é que repousa a democracia: em fortalecer os contra-poderes. Que o Judiciário volte a ser como imaginou Aristóteles: “Que a coroa da Justiça brilhe mais do que a dos reis e esteja mais alta do que a dos santos”.

E o Legislativo? Que fizesse leis boas, inspiradas nas leis de Deus. Não é o que vemos hoje. Hoje, este Poder Legislativo não faz leis; este Poder se acocora; este Poder é dependente.

Como o povo não podia ser chamado a cada instante, criaram-se os partidos, e o partido é o povo. E, nesta nossa Pátria, um dos partidos que mais contribuíram com a história da democracia foi o meu, o PMDB. Estamos nessa luta, onde o PMDB é fundamental.

Senador Jarbas, de uma coisa eu sei: o Presidente da República, Lula da Silva, muito inteligente, vê que não pode continuar ancorado no PT, porque esse partido está putrefeito! Está aí o livro de Roberto Jefferson, que passei para o Jarbas. Está putrefeito! Está lá. Por que ele não processa o homem, pelas acusações, pelas citações?

Então, ele quer buscar um partido saneado, saneado pela memória, pela luta de Ulysses, encantado no fundo do mar, e de Teotônio, moribundo de câncer, no sentido de se pregar a redemocratização de Tancredo, que se imolou, de Juscelino, de milhares de cassados aqui, de Marcos Freire, do seu Nordeste, de Pernambuco, do nosso Ramez Tebet! Esse PMDB está aí, esse PMDB que queremos ter como salvaguarda da democracia! Entendemos que o Presidente Lula...

E ninguém vai agredir os fatos. Aprendi isso com o ensinamento de Petrônio Portella. Entendemos que ele é o Presidente da República, ganhou com as regras que estão aí, mas ele não me fez acreditar no seu Governo quando o País todo viu aquilo que foi, sem

dúvida alguma, uma das páginas mais bem escritas da situação real e do porvir do Brasil, escrita pelo Senador Jarbas em seu último pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, sei que V. Ex^a agora que vai terminar e vou lhe dar mais dez minutos.

O SR. MÃO SANTA (PFL – PI) – Vamos encerrar, dizendo que estamos nessa luta da democracia e vamos fortalecer o PMDB, porque acho que o PMDB tem a sua missão histórica com o povo e com a democracia.

Quero, nestes dez minutos que roubo da sua noite, convidá-lo à reflexão, para que V. Ex^a analise e liberte o PMDB, porque escolheremos o nosso Presidente, não o Presidente da República Lula. Nosso Presidente é Michel Temer. Nós crescemos pela figura ímpar de um Presidente constitucionalista que é o nosso Michel Temer. Se esse PMDB cresceu, foi porque Michel Temer o levou às bases, fazendo as prévias. Se esse PMDB é acreditado, é porque a vida de Michel Temer, nosso comandante, de quem nos orgulhamos, é acreditado. Ele é um constitucionalista! Ele é um professor da Constituição, amante do Direito e da Justiça! A ele foi oferecido, como foi oferecido a Rui Barbosa, um Ministério; e ele, incorporando o espírito de Rui Barbosa, respondeu que não queria um Ministério, lembrando a célebre frase de Rui Barbosa de que “não trocaria a trouxa de suas convicções por um Ministério”. Vamos engrandecer a democracia com a eleição de Michel Temer, o melhor Presidente de sua história!

Nossos agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, V. Ex^a ainda dispõe de nove minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas agradeço, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. César Borges, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador César Borges e, em seguida, como Líder do PFL, ao Senador José Agripino. Logo após, falará o Senador Heráclito Fortes, do Piauí.

Senador César Borges, V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje a Bahia foi contemplada com a visita do atual Ministro da Integração Nacional, o Sr. Pedro Brito. Para quem não o

conhece, o Sr. Pedro Brito trabalhava com o ex-Ministro Ciro Gomes e tem sido o Ministro interino, porque todos comentam que essa Pasta está sendo disputada pelo PMDB e deverá ter como futuro Ministro um Deputado do PMDB.

Pois bem, o Sr. Pedro Brito, que é Ministro interino da Integração Nacional, foi hoje à Bahia e reuniu-se com o Governador Jaques Wagner e lá fez anúncios de investimentos que o Governo Federal pretende fazer na área de infra-estrutura hídrica, nos próximos quatro anos deste mandato do Presidente Lula. São investimentos grandiosos, que estão descritos numa página do Ministério da Integração Nacional.

O Ministro coloca nesse informativo que, na sua visita, o Governo Federal de compromete a investir R\$693 milhões em sistema de abastecimento de água, em projeto de irrigação e na recuperação do rio São Francisco.

Seria muito bom se isso fosse verdade. Estaremos atentos aqui, no Senado Federal, para cobrar esses números de investimentos anunciados pelo Ministro interino da Integração Nacional, porque, na verdade, o que o Ministro foi fazer na Bahia está dito no terceiro parágrafo deste documento, que diz: “Pedro Brito apresentou também as linhas principais do Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco e do Projeto de Integração das Bacias do São Francisco com o Nordeste Setentrional, o chamado Projeto São Francisco”.

No fundo, o que o Governo quer realizar é uma obra em que se pretende gastar R\$4,9 bilhões para o malfadado projeto de transposição, cujos resultados, na ponta da linha, ao final, não sabemos exatamente quais são.

É um projeto sem pé nem cabeça.

Sou plenamente solidário com as populações nordestinas que estejam no nosso semi-árido, que começa no Ceará e vai até o sudoeste do Estado da Bahia. O semi-árido nordestino é muito amplo, contempla Estados que merecem recursos hídricos, como o Ceará, o Rio Grande do Norte, a Paraíba, mas não podemos esquecer o semi-árido baiano, o alagoano, o sergipano, o pernambucano e o piauiense também.

Então, esse projeto visa apenas gastar recursos federais sem os resultados almejados. Entretanto, está lá na Bahia o Ministro interino Pedro Brito, que não se sabe até quando ficará no Ministério, porque esse Ministério está na pauta de negociações do Presidente da República, que o está loteando, não pela competência, não pelo passado, não pela folha corrida de serviços prestados, não porque vai indicar técnico de renomeado conhecimento nas questões a serem tratadas na especificidade de cada Ministério. Não, a negociação

é meramente partidária. Os nomes não guardam relação entre o conhecimento técnico e o Ministério, muito menos com o passado daqueles que vão ser indicados ou não para os Ministérios.

A Nação espera, decorridos aproximadamente dois meses e cinco dias deste mandato do Presidente Lula – e olha que ele teve um período, após o 2º Turno, em que poderia ter definido o Ministério –, que ele escolha nomes à altura dos desafios que o Brasil experimenta em todas as áreas.

Entretanto, o Ministro Interino Pedro Brito, no final provavelmente da sua ação ministerial, porque ele não vai ficar, todos sabem que esse Ministério da Integração Nacional está no rol dos ministérios negociáveis, foi à Bahia fazer um anúncio, que ele sabe que não poderá cumprir, e disse inverdades inacreditáveis. Por exemplo, ele disse: “... o Ministério da Integração Nacional está implantando o Sistema Adutor do Feijão, localizado no Município de Irecê, com 377 quilômetros de extensão”.

Ora, acredito que a população de Irecê esteja nos ouvindo neste momento, assim como muitos baianos e brasileiros. Não existe nada sendo implantado na região de Irecê pelo Ministério da Integração Nacional. A Adutora do Feijão, uma obra importantíssima, foi realizada no ano de 1993, 1994; foi inaugurada pelo Governador da época, o hoje Senador Antonio Carlos Magalhães, enquanto eu era, à época, seu Secretário de Saneamento. Essa obra foi implantada naquele ano, inaugurada, levando água doce de qualidade e em quantidade suficiente para toda a região do feijão na Bahia, a região do Irecê.

E vem dizer, depois de dez anos – mais de dez anos –, que o Ministério da Integração Nacional é responsável pela implantação do Sistema Adutor do Feijão. Isso é de uma irresponsabilidade, de um desconhecimento, de má-fé totalmente inaceitáveis.

Então, na verdade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministro interino Pedro Brito, que não vai ficar no Ministério, e todos sabem disso, foi para lá cooptar, como tem conseguido, o Governador Jaques Wagner, para que ele abrace o projeto de transposição das águas do rio São Francisco, traindo uma vontade do povo da Bahia, que exige, antes da transposição, a completa revitalização do rio São Francisco. E o Governador Jaques Wagner, lamentavelmente, inicia o seu Governo colocando como prioridade apoiar um projeto como esse, contra a vontade da maioria absoluta do povo baiano, aceitando um engodo, como foi hoje essa visita do Ministro interino Pedro Brito.

Se essas obras fossem realizadas e houvesse a possibilidade de realização, nós até aplaudiríamos. Aqui diz que ele terá recursos para o projeto de Irriga-

ção do Salitre na cidade de Juazeiro, para o projeto de irrigação do Baixio de Irecê. Nós queremos ver, eu vou aplaudir quando verificar essas obras retomadas, porque elas estão paralisadas, Sr^{as} e Srs. Senadores, praticamente durante quatro anos do Governo Lula. Essas obras não foram tocadas porque, no Orçamento da União, Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, que está sentado, agora, à Mesa Diretora, juntamente com o Presidente Renan Calheiros, não existe alocação desses recursos. O Governo Federal acaba de contingenciar R\$16 milhões de um total de investimento de R\$22 milhões. Aqui fala que, nos próximos quatro anos, serão R\$700 milhões. Ou seja, esses valores são mais que o dobro do que ele disse ter investido – e que não o foi nos últimos quatro anos, porque todos os projetos estão paralisados. Coloca Municípios baianos localizados nas mesorregiões do Xingó... Eu queria saber que mesorregião é essa, porque não é da Bahia! Acredito que seja mais de Alagoas e de Sergipe. E incluem realizações como esta que acabei de citar: a do Sistema Adutor do Feijão. Então, é contra isso que queremos protestar.

Vai o Ministro Pedro Brito ao Nordeste brasileiro, à minha Bahia, e não anuncia a recriação da Sudene, que já foi aprovada por lei. Está aprovada em lei e foi, inclusive, motivo de vetos que podaram o projeto, que manietaram um projeto tão discutido nesta Casa, o Senado Federal, e na Câmara dos Deputados.

Onde está a promessa do Presidente Lula, abraçando a Sudene, como fez na campanha do seu primeiro mandato, no ano de 2002, de que recriaria a Sudene para combater as desigualdades regionais? Não o fez!

E quando esta Casa aprova o projeto de recriação da Sudene, ele veta importantes artigos que garantiriam recursos para que a Sudene pudesse retomar o seu papel de órgão planejador de agência de desenvolvimento do Nordeste brasileiro, ampliando a nossa economia e fazendo com que se diminua o *gap* entre o Nordeste e as outras Regiões brasileiras.

Hoje, mais uma vez, o Governo Federal pretende transformar o projeto da transposição em sua obra faraônica, na megalomania de um Governo que pretende gastar R\$4,6 bilhões com obras de transposição. Diz que aplicará na Bahia R\$693 milhões. Deus sabe quando aplicará esses recursos. Tenho certeza de que não irá aplicá-los.

Vamos ficar atentos, Sr. Presidente, para fazer essas cobranças, inclusive agora que são oficiais, pois estão incluídas no PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. Não tenho a menor dúvida em afirmar: é um engodo. Esse programa não será realizado porque o Governo Federal não dispõe de recursos no Orça-

mento da União para realizar as obras que aqui estão e que são importantíssimas para todas as Regiões brasileiras, em particular para o Nordeste.

É o nosso papel cobrar. Vamos cobrar permanentemente deste Governo, que, lamentavelmente, não tem atendido a Região que mais necessita no País: a Região Nordeste.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Gilvam Borges, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador José Agripino.

Em seguida, darei a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Senador César Borges, estava ouvindo-o falar e V. Ex^a se referia à credibilidade da palavra de governante. Cheguei ontem à tardinha do meu Estado. Fui a Natal, a Mossoró, reuni-me com muita gente de várias regiões, mas fui a minha cidade, a cidade onde nasci, onde morei durante a minha infância, que é Mossoró, participar de inaugurações de obras realizadas pela prefeita Fátima Rosado e aproveitei para conhecer a grande novidade de Mossoró. Senador Mão Santa, Mossoró está maior do que a sua Parnaíba, está importante.

Fui visitar o **campus** universitário da nova universidade, da UnP, construída numa área nova de Mossoró e fui visitar as obras de um *shopping center*, não pelo *shopping*, que é enorme, mas pelos empregos que estava enxergando que iam nascer naquele *shopping center*. E quando cheguei à área da Universidade, que é vizinha ao *shopping*, no panorama que se descortinava à minha frente, pude enxergar uma pequena elevação, que é a serra Mossoró, com a sua torre da Embratel, que na minha infância significou sempre um referencial geográfico numa área plana, muito plana.

Ao lado da serra Mossoró está um empreendimento chamado Maisa – Mossoró Agroindustrial S/A –, pioneiro no Nordeste na produção de fruta. Quem inventou exportar melão para todo o mundo foi a Maisa. Quem inventou perfurar poço profundo e fazer irrigação de alta tecnologia no Nordeste – não digo no Rio Grande do Norte – foi a Maisa.

A Maisa foi desapropriada. Ela foi pioneira, passou por momentos de bonança e de dificuldades. Era um patrimônio formidável, com uma vila com centro

de saúde, prefeitura, fábrica, conselho administrativo, magnífico plantio de cajueiro, centenas de hectares de melão irrigado, uma maravilha, visitado por vários Presidentes de República. Pois muito bem. A Maisa foi desapropriada pelo Presidente Lula por entender que, talvez, fosse terra improdutiva. Durante a safra, eram empregadas lá, seguramente, pelo menos duas mil pessoas na parte agrícola.

Ouçam Senador Renan Calheiros, nordestino como eu, Presidente do Senado, Senador Eduardo Suplicy, do PT pelo Estado de São Paulo, Senador Papaléo Paes, do Amapá, Senador Heráclito Fortes, meu conterrâneo do Nordeste, do Piauí, trecho do discurso. Eu me dei ao trabalho porque quero fazer uma apreciação sobre um fato que muito me preocupa: a questão da reforma agrária, o Estado de direito, a imagem do País lá fora, o bem-estar das pessoas, do trabalhador rural sofrido. Desejei que aquilo que Lula falou acontecesse, mas quero fazer uma constatação. O Presidente Lula, no dia em que foi assinar o ato de desapropriação da Maisa, disse, entre outras coisas:

“Eu falei para o Miguel Rosseto: Vamos juntar com a Contag, com o Movimento Sem-Terra, com os sindicatos, e vamos começar a pensar um outro jeito de fazer assentamento, para que as pessoas possam ter a terra e tirar dela a dignidade para si e para a sua família.”

É tudo que eu quero. Identifiquei-me com o Presidente Lula naquele momento. Eu não estava lá, mas era tudo o que eu queria.

Lá para frente ele diz: “Por isso, quero dizer a todos vocês: o professor Maurício, que veio no avião me explicando o projeto, eu quero dizer aqui para você, Maurício, e para vocês: contem, hoje, dia 20 de dezembro de 2003”. Dezembro de 2003, foi quando ele esteve lá.

“Pois bem, daqui a dois anos, no dia 20 de dezembro de 2005” – já passou um bocado de tempo, estamos já em 2007 – “eu vou dar dois anos de ‘colher de chá’ para você, Maurício” – está aqui, dito por Lula – “daqui a dois anos, podem marcar na caderneta de vocês: no dia 20 de dezembro de 2005, eu estarei de volta aqui, para ver como é que anda esse assentamento. Para ver o que nós fizemos de certo, o que nós fizemos de errado. Porque nós precisamos atingir a perfeição nesses assentamentos, para que a gente possa, inclusive, mostrar ao mundo que tipo de reforma agrária que nós vamos fazer no nosso governo”.

Mostrar ao mundo, Senador Papaléo – o mundo de Bush, que vai chegar aqui agora. Queria que ele dissesse a Bush como é que está a Maisa. O Presidente Bush vai chegar agora e ele quer mostrar ao

mundo. Que mostre a Bush o que ele conseguiu com a Maisa.

E disse: “Não é apenas dar um pedacinho de terra e um pouquinho de caatinga para o trabalhador, não. Isso a gente já está cansado.”

Palmas para o Presidente Lula. Isto que é discurso: bacana, forte. Agora, papel agüenta tudo.

Aí, enxerguei a serra Mossoró e fiquei imaginando como é que está a Maisa. Queria que o Presidente Lula voltasse lá amanhã.

Presidente Renan, a Maisa tinha dezenas de poços profundos e, em cada um deles, uma bomba de alta capacidade, submersa, que puxava a água mineral para irrigar o melão. Não tem mais nenhuma bomba, está tudo destruído. Aqueles que foram assentados cuidaram de tirar as bombas, destruí-las e vendê-las.

Senador Papaléo, eu queria que V. Ex^a fosse lá para ver os transformadores. As pessoas que foram assentadas lá, por necessidade de sobrevivência – porque a eles não foi ensinado nada do que está dito aqui, no discurso –, foram obrigadas a abrir os transformadores e a vender o cobre que estava dentro. Destruíram! Sabem de que vivem as pessoas que moram lá, pobres conterrâneos meus, nossos, nordestinos? Vivem do Bolsa-Família. Não se planta um pé de couve.

Não tem melão nenhum, não tem fruta nenhuma, não tem castanha de caju, não tem nada!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Agripino, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com muito prazer, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quis Deus estar na Presidência, Senador Renato Casagrande, o nosso Renan Calheiros. Eu vi esse quadro. V. Ex^a, vamos dizer, está descrevendo o quadro como Euclides da Cunha descreveu “Os Sertões”. Quando Governador do Piauí, visitei...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Vários Governadores foram lá. V. Ex^a foi um deles sim.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Havia até prefeito, hospital, Papaléo! A primeira instituição séria de agricultura.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Pioneira na irrigação, modelar.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu sonhei, e não consegui, que ela fosse para o Piauí tomar conta daqueles tabuleiros tão parados de Litorânia e Guadalupe. V. Ex^a descreve com toda a realidade. É isso.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Uma tristeza!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Olha, Presidente Renan, os franceses dizem que do trono ao cadafalso

é um passo. O Lula, do banco onde está, com as pernas da corrupção, do desperdício, da incompetência e da sonegação... A história se repete, é um passo! Isso retrata o desapareço ao Nordeste! Aí, vem a Sudene e essas coisas enroladas todas! Era o maior exemplo e esperança para salvar o Nordeste, a Maisa. V. Ex^a está descrevendo, com muita sabedoria, aquele quadro que era a esperança do Nordeste produtor.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Mão Santa, as pessoas lá – e V. Ex^a pôde constatar como Governador – viviam do emprego. Elas ganhavam dinheiro com decência e dignidade. Hoje, as pessoas que estão lá vivem do Bolsa-Família.

Senador Renan, as pessoas estariam ali se aquilo que o Presidente Lula disse, no discurso, tivesse acontecido, ou seja, ensinar a eles uma atividade e dar-lhes a condição de produzir, porque estavam, como diz no discurso, perto de um centro de consumo. Havia ali escola de boa qualidade e por isso ele desapropriou. Terra boa, a melhor terra do Nordeste, perto de uma cidade com toda infra-estrutura e condição. Se fosse operado pelo Governo aquilo que o Presidente Lula anunciou e vendeu ao Brasil, as pessoas dali estariam prósperas e não aconteceria o que está aqui na manchete do jornal de sexta-feira, do meu Estado: “Maisa não desperta compradores”. Não é comprador do projeto, Senador Papaléo, mas da fábrica de castanha, de poços que estão ali.

A fábrica de castanha seria comprada, gostosamente, por alguém, se os assentados estivessem produzindo e recolhendo a castanha, porque teriam a quem vender. Se ninguém se interessa pela fábrica é porque o projeto está completamente falido. Ninguém se interessou por fazer nenhuma proposta de leilão, nada, com relação ao patrimônio que ficou livre da desapropriação. Essa é a demonstração cabal do estado de falência. A Maisa, Senador Renan, é um exemplo. O que acontece na sua Alagoas acontece no meu Rio Grande do Norte.

Sexta-feira, a BR-101 foi interrompida, na altura de Canguaretama, por um grupo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que queria lonas e dinheiro para vir a um movimento em Brasília.

Na sua Alagoas, acontece o que ocorre no meu Rio Grande do Norte: cada vez que os assentados recebem rolos de arame farpado, semente ou defensivo, na feira de João Câmara, próximo ao assentamento, o preço do rolo do arame farpado cai pela metade, porque, ao invés de aplicarem, eles vendem. Vendem por quê? Porque não são orientados, porque o órgão do Governo não acompanha, porque a Reforma Agrária de Lula é isso. Para mim, Senador Heráclito Fortes, Reforma Agrária não é estatística de assentamento. Para

mim, Reforma Agrária é estatística de emancipação, terra entregue, financiamento concedido, condições dadas, família emancipada. Cadê a manifestação do Governo com relação aos projetos de Reforma Agrária de emancipação!?

Ouçó, com muito prazer, o Senador Heráclito Fortes, nordestino como eu, que deve ter uma boa contribuição a este modesto pronunciamento que faço nesta tarde de segunda-feira.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador José Agripino, eu não tinha mandato, mas já pensava em um dia tê-lo – sempre foi meu sonho. V. Ex^a não tinha mandato, era engenheiro pensando em construir o mundo por meio de concreto. O Projeto Maisa começou exatamente no Rio Grande do Norte. Lembro como se fosse hoje. Eu tinha um irmão que foi alto funcionário do Banco do Brasil, um dos subdiretores da Genor – Gerência do Norte e Nordeste, e um dos responsáveis pelo acompanhamento daquele projeto. Meu irmão já não é vivo, mas me lembro da maneira entusiasmada, de seu encantamento ao fiscalizar aquelas obras por diversas vezes. A parte de fruticultura do Projeto Maisa era talvez o grande objetivo do Sr. Geraldo Rola, um empresário nordestino muito conhecido e respeitado. O Brasil inteiro, naquela época, tinha bastante esperança porque era a primeira vez que, de maneira concreta, o Nordeste quebrava a hegemonia do Sul maravilha com plantios efetivos. Antes de Petrolina! Vamos ser claros, Petrolina era incipiente e a Maisa já era uma realidade. A primeira barreira encontrada foi exatamente quando o projeto começou a sofrer boicote de setores do governo que, naquela época, era hegemonicamente sulista, paulista. O boicote começou a vir por parte... Na época, lembro-me claramente de uma multinacional famosa que queria adquirir aquele projeto, Deus sabe a que ponto. Os nordestinos reagiram, o Projeto Maisa reagiu e pagou o preço. Dali para cá, o projeto desandou e é lamentável que a decisão do Presidente Lula tenha sido de optar pela reforma agrária e não pela recuperação do projeto. Seria uma maneira de fazer reforma, de recuperar... Fazer uma cooperativa, quem sabe! Fazer uma administração. Chamava o Lorenzetti. O Lorenzetti não foi quebrar aquela cooperativa do interior do Pará? Só que a cooperativa do interior do Pará era uma cooperativa virtual. O potencial patrimonial do Projeto Maisa era uma coisa até então crível. E, como bem disse V. Ex^a, só faltavam alguns reajustes de natureza técnica. Solidarizo-me com V. Ex^a pela oportunidade e parabênizo o povo do Rio Grande do Norte por V. Ex^a, como nordestino, ocupar a tribuna para tratar desse assunto. Acho que a nossa missão é cumprida, quando se vem a esta Casa trazer assuntos dessa natureza. E espero

que o Presidente da República leve a sério os compromissos que assumiu em praça pública. Já basta o Rio Grande do Norte a favor da transposição do rio São Francisco, e Sergipe contra a transposição do rio São Francisco em plena campanha eleitoral. O que está se fazendo com a Maisa é um crime, e V. Ex^a cumpre muito bem o seu dever em alertar a Nação para isso. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – É nada mais, nada menos, o que estou procurando fazer, Senador Heráclito: alertar o País para isso. Veja bem, Senador Heráclito, o Presidente da República – e vou repetir, até porque é curto – disse, com toda ênfase:

...porque nós precisamos atingir a perfeição nesses assentamentos [a perfeição] para que a gente possa inclusive mostrar ao mundo que o tipo de reforma agrária que nós vamos fazer, no nosso Governo, não é apenas dar um pedacinho de terra e um pouquinho de caatinga para o trabalhador, não. Disso, a gente já está cansado.

Senador Mão Santa, eu gostaria muito de que a reforma agrária que o Governo do Presidente Lula anunciava tivesse acontecido. Era fazer a reforma agrária, Senador César Borges – e já lhe concedo o aparte – em terra de boa qualidade, como eles diziam, com infra-estrutura, energia elétrica, estrada de acesso e água, perto de centro consumidor ou de ponto de exportação. Era aí que ele queria, era o ponto de inflexão, era a grande novidade. Perfeito. A empresa privada tinha conseguido viabilizar isso antes. Mas o Presidente Lula desejava fazer uma inflexão.

Aquilo que a empresa privada fez, ele, Governo, iria dar aos pobres, e fez isso com a Maisa e com os outros. Em que deu? Deu em transformador com miolo aberto, deu em bomba saqueada, deu em acampamento ao lado de acampamento, com pessoas que vivem do Bolsa Família. Aquilo que se ofereceu – futuro – está-se trocando por esmola. É isso que queremos?

Posso eu, Senador Mão Santa e Senador Heráclito Fortes, ficar calado, quando no me Estado corta-se a perspectiva de crescimento de uma família, que tinha o direito de pensar em uma perspectiva de futuro, que sonhou com o Presidente da República e até votou nele, o qual lhe prometeu um eldorado e, ao invés de perspectiva de futuro, lhe chega agora com a esmola do Bolsa Família? Podemos nós ficar calados diante dessa dura realidade? Não. Eu não, eu não, Senador Mão Santa, eu não.

Cobrarei o tempo todo, com argumentos, com a palavra sincera, o cumprimento da palavra. Prometeu, cumpriu. Ajoelhou, tem que rezar. Lula ajoelhou na Maisa, ajoelhou. Tem que rezar para o Brasil inteiro, mostrando qual é a reforma agrária que ele quer. Ou

se ele quer passar para o mundo apenas a insegurança jurídica da permissão gratuita das invasões que denigrem a imagem da propriedade privada no Brasil, que ainda gera milhares de empregos no Brasil; ainda, graças a Deus!

Ouçó, com muito prazer, o Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador José Agripino, faço o aparte porque conheci o Projeto Maisa. À época, Vice-Governador do Estado da Bahia, lá fui levado pelos seus dirigentes, porque estávamos coordenando um projeto para dar sustentabilidade econômica ao semi-árido, porque o semi-árido necessita não de combater a seca; temos que conviver com a seca e dar sustentabilidade econômica ao semi-árido nordestino. Isso a Maisa fazia muito bem, aplicando tecnologia de ponta, como V. Ex^a já falou dos poços profundos. Eu tive oportunidade de ver uma massa de trabalhadoras na fábrica de castanhas, que compravam em todo o semi-árido nordestino – não era apenas no Rio Grande do Norte. Saíam para comprar castanha de caju também no Estado da Bahia. Era um grande mercado, gerando emprego e renda em todo o Nordeste. Era mão-de-obra feminina trabalhando, porque selecionava as castanhas para exportação. O melão também. Linhas diretas de exportação viabilizadas pela Maisa a partir do Rio Grande do Norte. Quer dizer, algo que dá, realmente, gosto de se ver, porque é a sustentabilidade econômica permanente de milhares de empregos. Falta apoio governamental, como disse bem V. Ex^a, pelo engodo da reforma agrária, que não sei porque o que se cria no Brasil, com a reforma agrária atual, são guetos rurais, favelas rurais, porque não se dá a possibilidade da sustentabilidade econômica, que vem com tecnologia, vem com crédito, com assistência técnica, coisa com que o Governo não se preocupa. Agora, quero dizer, para ilustrar um pouco o seu pronunciamento, que, enquanto o Governo não está fazendo a verdadeira e necessária reforma agrária, a Câmara aprova agora uma medida provisória, que tanto detestamos, encaminhada pelo Executivo, de R\$20 milhões do Orçamento para a reforma agrária no país comandado por Evo Morales. No fim da sessão, sem muito alarde, a Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória nº 354, editada em 22 de janeiro, aprovando a remessa de R\$20 milhões arrecadados do contribuinte brasileiro para fazer reforma agrária na Bolívia. Na justificativa da medida, assinada pelo Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, lê-se que seu propósito é prestar assistência à implantação da política fundiária de reforma agrária do Governo boliviano. O dinheiro a ser enviado ao país vizinho é semelhante ao orçado para todo este ano no Progra-

ma de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido para o Nordeste. Veja V. Ex^a onde é que estamos! Se não deu exemplo para o mundo, quer dar exemplo para Evo Morales. Coitado de Evo Morales se a reforma agrária que ele pretende fazer na Bolívia for essa pretendida pelo Governo brasileiro e que vemos hoje no nosso campo. Além de trazer inquietação, tal reforma não proporciona solução alguma para os nossos assentados. Muito obrigado a V. Ex^a, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Concede-me V. Ex^a um outro aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Concedo outro aparte a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, e, em seguida, ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Aproveitando essa deixa do Evo Morales, esse pobre coitadinho, registro que os jornais de hoje se referem a sua viagem ao Japão, à Ásia em um recém-comprado avião da *British Aerospace* para 80 passageiros. É a febre do Aerolula. O Brasil empresta R\$20 milhões, e ele compra um avião quadrimotor – não sei que avião é. Pelo que estou percebendo, Senador José Agripino, maior perito de todos nós em aviação, deve ser aquele *Aerospace* que o Príncipe Charles, certa vez, ao andar pelo Brasil e pela América do Sul, tentou empurrar para nós, mas não deu certo. Não deve ser um avião novo, mas, de qualquer maneira, é um avião de 80 lugares, comprado pelo cidadão cujo país recebe agora essa ajuda para fazer reforma agrária. Durma-se com um barulho desse! Obrigado, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senadores Heráclito Fortes e César Borges, quanto a essa questão da MP que chegará, vamos discutir mais à frente. Deixe-a chegar. Vamos ouvir os argumentos de um lado e do outro e votaremos para aprovar, ou para rejeitar.

Senador César Borges, V. Ex^a esteve lá como Vice-Governador, assim como o Senador Mão Santa esteve como Governador. Lembra-se daquela fábrica de castanha e daquele formigueiro de moças vestidas de branco, que trabalhavam usando uma touca branca? Eram dezenas, centenas. Eram centenas as que trabalhavam na fábrica e as que trabalhavam no campo, na produção de melão – com a colheita manual, a lavagem, o enceramento, o encaixotamento e a exportação. Era uma festa.

A Maisa foi um grande centro experimental. Lá, até tâmaras se experimentaram produzir – acerola, pinha, todo tipo de fruteira. Era um campo experimental, custo zero para o Governo, elaborado pela iniciativa

privada, desejosa de êxito no Nordeste. Aquela fábrica de castanhas hoje está quase em ruínas. Ela foi posta em leilão para ser vendida e ninguém se interessou. Por quê? Os pés de caju continuam lá; uns morreram, outros não. A castanha continua lá – suponho que sim. Todavia, não há lá mais ninguém interessado, seguramente, em comprar para fazer a fábrica funcionar. Por isso, a fábrica não interessa a ninguém.

É esta a reforma agrária de Lula: transformou um eldorado da iniciativa privada, uma coisa exemplar numa vergonha para o meu Estado. Esta manchete é vergonha para o meu Estado: “Maisa não desperta compradores”. Ninguém quer comprar a fábrica da Maisa; muito menos o centro administrativo. Nada. Aquilo que foi um eldorado, o Governo Lula, que prometeu mostrar ao mundo como exemplo de êxito, transformou numa vergonha para o nosso Rio Grande do Norte.

Ouçó com muito prazer o Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador José Agripino Maia, sou um dos próximos oradores e justamente me programei para falar sobre a reforma agrária, inclusive para assinalar e comentar um artigo do Ministro Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário, publicado ontem na **Folha** e que fala dos avanços obtidos. Conversei há pouco com o Ministro Guilherme Cassel, com o Presidente do Incra, Rolf Hackbart, mencionando o pronunciamento de V. Ex^a. Eu quero, primeiro, lhe transmitir que cada um desses assentamentos feitos com o propósito de realizar a reforma agrária deve ser visto como um processo, no qual os agricultores assentados normalmente passam a ter a devida assistência de crédito, de moradia e de treinamento. Não é de um dia para o outro que as coisas se transformam. Bem ouvi V. Ex^a dizer que o assentamento ali se deu ao final de 2003, e V. Ex^a assinalou as palavras do Presidente Lula. Eu, pessoalmente, já estive em Mossoró, mas não no assentamento Maisa. Diante do que V. Ex^a assinalou, e que considero importante, senti vontade de conhecer pessoalmente o assentamento Maisa e propus ao Presidente do Incra, se possível, ir lá um dia com ele verificar o que pode ser feito, se ainda houver problemas não sanados para que possam ser corrigidos. E, nesse sentido, seria importante a presença de V. Ex^a também para dar sugestões de melhorias. V. Ex^a muito bem sabe que os diversos processos de assentamento representam um avanço, sejam os realizados no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, sejam os realizados nos últimos quatro anos que representam 381.419 famílias assentadas em 32 milhões de hectares, ou seja, uma área maior do que as da Suíça, de Portugal, da Bélgica, da Dinamarca e da Holanda juntas. É propósito do Presidente Lula,

conforme V. Ex^a assinalou, melhorar a qualidade e o volume de produção dos assentamentos. Então, tendo em vista suas críticas, quero aqui me dispor a conhecer de perto o assentamento para fazer uma análise mais pormenorizada desse projeto que é obviamente importante para o seu Estado do Rio Grande do Norte e para todos nós brasileiros.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Eduardo Suplicy, que presente V. Ex^a me dá: a intenção de conhecer esse projeto de assentamento! Vá, Senador Suplicy, vá mesmo e me dê esse presente. Vá conhecer o Projeto Maisa e vá ver a realidade do que é. Vá ver aquilo que foi feito com um pedaço do Rio Grande do Norte onde estão, seguramente, as melhores terras do Estado com uma infra-estrutura completa de acesso, de estrada, de água.

Tudo o que não teve, ao que estou seguramente informado, foi ação correta de Governo. Vá, Senador Suplicy, para que V. Ex^a tenha como eu a convicção de que não é em nada importante a estatística de assentados. Não interessa nada. Não interessa nada ao homem do campo que V. Ex^a e eu queremos ver exitoso; interessa a perspectiva de futuro, não a perspectiva de esmola. Interessa a estatística não de famílias assentadas; interessa a estatística pragmática dos assentamentos pragmáticos, aqueles que deram certo, aqueles sobre os quais a política agrária foi aplicada com êxito. O agricultor deixou de ser pobre, deixou de ser miserável para ser dignamente sustentador de sua família. Vá, Senador Suplicy, me dê essa alegria e dê alegria ao povo do Rio Grande do Norte.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada, sucessivamente pelos Srs. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, e Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

Prorrogo a sessão por mais 30 minutos para que possamos ouvir os demais oradores.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, dez minutos são suficientes.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Então, darei dez minutos e negociaremos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Serei generoso com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Ex^a dispõe de dez minutos com direito a negociação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Pre-

sidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me traz à tribuna hoje é uma nota publicada pela Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais. Portanto, meu assunto é ONG, assunto que incomoda a alguns, mas que é de interesse do povo brasileiro.

Diz a nota:

A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) vem a público posicionar-se em relação à CPI das ONGs, proposta recentemente pelo Senador Heráclito Fortes. Motivada a partir de um levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre irregularidades no repasse de recursos públicos a entidades da sociedade, com base em uma amostragem de 28 organizações entre os anos de 1999 e 2005, questionamos alguns motivos que provocam a criação da CPI por, dentre outros, três pontos fundamentais.

Em primeiro lugar, Senador Suplicy, essa veia chavista está tomando conta do Brasil. Uma ONG dá-se ao direito de questionar uma decisão do Senado da República que tem a assinatura de 70 dos 81 Srs. Parlamentares desta Casa!

Não entendo por que a presidência dessa organização – aliás, Senador César Borges, essa entidade possui apenas 280 associados em um universo de mais de 200 mil. Ela própria reconhece na nota – estranha que a base da investigação seja o ano de 2003, onde mostra total desinformação. A base de 2003, escolhida por mim, foi imediatamente com o lado lúcido do PT negociado. Fizemos um acordo, alguns líderes não cumpriram, mas a maioria cumpriu, de reassinarmos no ano atual, não levarmos a cabo a CPI no final do ano passado e incluir fatos anteriores. E estou inclusive esperando que o requerimento chegue às minhas mãos. Já conversei com os Senadores Tião Viana, com o Sibá Machado e estamos apenas aguardando para mantermos o compromisso da palavra empenhada e darmos início às investigações, já que o Senado assim o deseja.

Evidentemente que o pedido inicial era de sessenta dias, e o requerimento do Senador Sibá Machado deverá vir ampliando inicialmente para um período maior, possivelmente de 120 dias.

Lá embaixo, ela diz que "na realidade, a forma como o debate tem sido tratado, mas parece motivado por disputas político-partidárias (...)" O que não é verdade.

Chamo aqui o testemunho de todos os Senadores que tiveram assento nesta Casa no ano passado. Ao contrário, deixamos de instalá-la no ano passado exatamente para não dar conotação política quando várias eram as suspeitas em que os envolvidos participavam do Governo. Familiares do Presidente da

República foram, inclusive, citados nessa CPI; o Sr. Lacerda e por aí afora. Não aceitamos a instalação e fizemos o acordo para que fosse feito neste ano com mais tranqüilidade e serenidade.

Depois, Senador José Agripino, eles colocam que "(...) A forma como a CPI tem impulsionado o debate, claramente criminalizadora e generalista em relação às ONGs, tratando-as pejorativamente como se fossem todas iguais, prejudica não apenas o trabalho de entidades sérias (...)."

Ora, é exatamente o contrário. É exatamente isso que estamos querendo e a temática tem sido separar as ONGs más, ruins, que prejudicam, das ONGs boas. Longe do objetivo do autor dessa emenda e dos Senadores que a subscreveram, o objetivo que não seja o de dar melhor transparência ao exercício da atividade e proteger o exercício da boa ONG do exercício da má ONG.

Lembro-me de que, no ano passado, mantive contato com um dirigente da Abong e, num primeiro momento, fiquei positivamente impressionado, porque ele me manifestou preocupação, achou que o caminho certo era exatamente o das investigações, até porque necessário se fazia separar o joio do trigo.

Essa nota pode ter sido motivada por alguma pressão que desconheço. Agora, não se tem o direito de dizer que estamos tomando qualquer tipo de posicionamento, até porque a CPI não começou, não demos ainda nenhuma palavra sobre o rumo tomado, não foram escolhidos nem os membros e nem os dirigentes.

Espero, mais uma vez, Senador Renato Casagrande, que o governo cumpra e honre a tradição desta Casa, que é pertencer a relatoria ou a presidência ao partido do autor do projeto. É a melhor forma para que ela se encaminhe para um entendimento, o que é uma praxe desta Casa. Já tivemos ruptura de acordo dessa natureza aqui e o exemplo não foi dos melhores.

Daí por que eu lamentar a nota da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. E eu gostaria de dizer aos que fazem parte dela que a soberania desta Casa é inatacável. É inaceitável notas dessa natureza. Aliás, é muito mais simples, Senador José Agripino, já que no final ela diz que está aberta ao diálogo. Não está aberta ao diálogo. Se estivesse aberta ao diálogo, teria vindo ao Senado, procurado os Senadores, procurado o autor e trocado palavras sobre esse objetivo. E não soltar essa nota, que a mim não incomoda, a mim não diminui. Ao contrário, está sendo respaldada por 70 Senadores da Casa e, essa é a minha impressão, não no sentido de prejudicar, mas no sentido de aperfeiçoar e de estimular esse sistema. Ouço o Senador José Agripino, como o maior prazer.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Heráclito Fortes, eu queria apoiar vivamente a retomada do assunto que V. Ex^a promove neste momento. V. Ex^a, na legislatura passada, tomou a iniciativa ao final, não abriu mão; apenas reconheceu do ponto de vista prático a impossibilidade de se instalar e concluir os trabalhos. V. Ex^a não quer uma CPI de fogos de artifícios; V. Ex^a quer uma CPI que tenha começo, meio e fim, com conclusões que interessem à lisura na vida pública do Brasil. Não dava tempo o ano passado! Agora, isso não significa nem recuar, nem amofinar; significa refletir. E V. Ex^a refletiu, retomou as assinaturas. Eu, como Líder do nosso Partido, manifesto entusiasticamente a necessidade de essa CPI acontecer, até para não colocar na vala comum todas as Ongs. Há muita Ong que merece o nosso aplauso, muita organização não-governamental – aliás, é a maioria – que trabalha corretamente, que faz um esforço sobre-humano para trazer dinheiro de fora do país. Agora, existem as Ágoras; existem as “Ongs Ágoras”, encarregadas de operar o primeiro emprego e que são flagradas pelo Tribunal de Contas da União na largada do programa. E nós vamos ficar como um grupo de poltrões assistindo à incúria administrativa acontecer? Não! Eu quero saudar, aplaudir e incentivar a sua iniciativa, dizendo que V. Ex^a tem todo o apoio do PFL para que essa CPI aconteça e cumpra o seu dever.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu agradeço. V. Ex^a é testemunha disso. Se quiséssemos fazer carnaval eleitoral, teríamos tido uma oportunidade fantástica!

Sr. Presidente Mão Santa, familiares do Presidente da República foram citados em e-mails – nós os recebemos com esse objetivo –, denunciando Ongs em vários Estados do Brasil. Nós não optamos por esse caminho; nós optamos pelo caminho da serenidade.

A nota diz que o Tribunal de Contas tem os mecanismos suficientes para a apuração. Talvez a Ong não saiba, Senador Mão Santa, que o entrosamento entre o Tribunal de Contas e o Senado da República é perfeito. E ele será consagrado mais ainda a partir de quarta-feira, quando um homem que fez carreira nesta Casa, o Dr. Raimundo Carreiro, tomar posse, depois de indicação unânime dos Senadores da República.

Então, essa questão não tem nenhum sentido e não tem nenhuma razão de ser. Ao contrário, o Tribunal de Contas da União, senhores membros da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, sente-se limitado em seu poder de investigação até mesmo por limitações financeiras, por conta dos contingenciamentos usuais por parte do Governo Federal. Portanto, quero fazer esse registro e dizer aos senhores da Associação Brasileira de Organizações

Não Governamentais que nós, sim, estamos dispostos – é um Senado aberto – a ouvi-los. Se alguém tem de procurar o núcleo da investigação são eles, ao Senado da República, em respeito institucional aos que estão aqui representando o povo brasileiro. Fazer o contrário é inversão de valores e inversão de hierarquia. Estamos dispostos, estamos abertos. Creio que é um bom caminho. Aliás, era intenção original desta Comissão ter conversas permanentes com os que presidem essa organização, embora eles próprios reconheçam que não há legitimidade na agressão dessa nota e em sua inoportunidade; reconhecem que representam apenas 280 Ongs e derivados em mais de duzentas mil. Por sua representatividade e por sua intenção, gostaríamos de manter esse diálogo de esclarecimento.

Lamentavelmente, fomos surpreendidos por essa nota, que não nos intimida, não nos faz recuar e que aumenta em nós a convicção de que é urgente, urgentíssima, a instalação dessa CPI para que investigações sejam feitas.

Sei que vou contrariar algumas vestais, alguns espíritos da República. Sei que vou provocar a ira, inclusive de alguns colegas. Infelizmente, isso faz parte da vida. Temos de enfrentar porque estamos cumprindo com o nosso dever. O que mais vale, em um momento como este, é a consciência tranqüila do dever cumprido.

Não há intenção deliberada de investigação de **a** ou **b**. Ao contrário, falei com todas as partes envolvidas que deveríamos ter muita cautela porque temos instâncias completamente diferentes dessas entidades funcionando. Há entidades que recebem recursos federais, há pequenas entidades que funcionam no interior do País. Senador Casagrande, não é justo que se investigue com a mesma sofisticação uma Ong de um longínquo Município do Espírito Santo como se investigam essas Ongs internacionais que recebem recursos e que vivem a esbanjar fausto e riqueza pelo Brasil afora.

Faço esse registro, reiterando aos que fazem essa Associação que estamos abertos para conversar. Não aceitamos é esse tipo de comportamento, de notas com tentativa de intimidação, naturalmente produto de pressões que só eles sabem de onde vieram.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Efram Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PFL – PI) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 150, DE 2007

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, ocorrido nesta segunda-feira, 5 de março.

Justificação

Morreu nesta segunda-feira aos 79 anos de idade, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, Dom Ivo Lorscheiter. Ele estava internado na UTI desde 25 de fevereiro devido a uma infecção respiratória e intestinal resultantes de complicações pós-cirúrgicas.

Dom Ivo nasceu a 7 de dezembro de 1927 em São José do Hortêncio. No momento do parto, os médicos viram nascer Lúcia, gêmea do religioso, e não perceberam que havia outro bebê a caminho. Ele quase morreu asfixiado. Essa foi a primeira vez que viu a morte de perto durante sua vida. Quando estudava Teologia na Universidade Gregoriana de Roma, nos anos 50, ao participar de um jogo de futebol levou uma bolada na barriga e, de novo, quase morreu, vítima de inflamação do peritônio (camada que reveste o intestino). Em 1974, retirou o baço um dia após tomar posse como bispo diocesano de Santa Maria (RS). Apesar da saúde frágil ele saía pelas estradas de terra para visitar as 38 paróquias e mais de 800 capelas da região de sua diocese.

De uma família de pequenos agricultores descendentes de alemães, teve sete irmãos, um deles jesuíta no Japão. Também era primo de Dom Aloisio Lorscheider. A troca do t pelo d no sobrenome teria sido um lapso do tabelião do cartório.

A origem familiar contribuiu para firmar suas convicções sobre a reforma agrária. Dom Ivo defendia a função social da terra sem esmorecer. Poliglota falava cinco idiomas, cumpriu dois mandatos como secretário-geral e outros dois como presidente da CNBB durante o regime militar. “Naquele tempo era mais fácil definir os campos porque a ditadura não tinha benevolência. Hoje, todos falam em democracia”, afirmava ele.


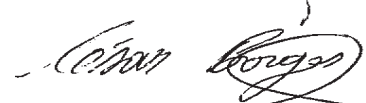

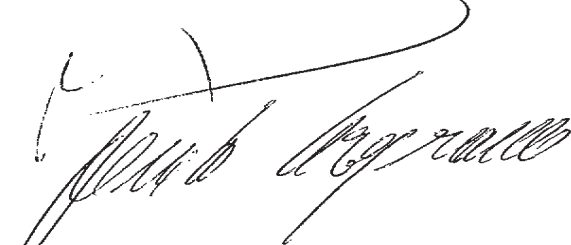
No dia 21 de abril de 2004, Dom Ivo completou 30 anos como Bispo da Diocese de Santa Maria. No dia 24 de março, o Papa João Paulo II aceitou a sua renúncia por limite de idade, 75 anos completados no dia 7 de dezembro de 2002, permanecendo 30 anos a frente da Diocese.

Durante três décadas, de 1972 a 1978, foi Secretário-Geral da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Presidente da CNBB, por dois mandatos consecutivos, de 1979 a 1986.

Nesta segunda-feira o Brasil fica um pouco mais triste, órfão de uma pessoa amiga e sensível como Dom José Ivo Lorscheiter que passou sua vida lutando pelos mais humildes e excluídos.

Sala das Sessões, em 5 de março de 2007.


Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PFL – PI)
– V. Ex^a tem a palavra para defender o requerimento.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, também me inscreva como Líder da Bancada do PSB no momento em que V. Ex^a considerar mais adequado, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PFL – PI)
– V. Ex^a está inscrito e será chamado oportunamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, morreu nesta segunda-feira aos 79 anos, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, Dom Ivo Lorscheider. Estava internado na UTI desde 25 de fevereiro devido a uma infecção respiratória e intestinal resultante de complicações pós-cirúrgicas.

Dom Ivo nasceu a 7 de dezembro de 1927, em São José do Hortêncio. No momento do parto, os médicos viram nascer Lúcia, gêmea do religioso, e não perceberam que havia outro bebê a caminho. Ele quase morreu asfixiado. Essa foi a primeira vez que viu a morte de perto durante sua vida.

Quando estudava Teologia na Universidade Gregoriana de Roma, nos anos 50, ao participar de um jogo de futebol, levou uma bolada na barriga e, de novo, quase morreu, vítima de inflamação do peritônio, camada que reveste o intestino.

Em 1974, retirou o baço um dia após tomar posse como bispo diocesano de Santa Maria (RS).

Apesar da saúde frágil, ele saía pelas estradas de terra para visitar as 38 paróquias e mais de 800 capelas da região de sua diocese.

De uma família de pequenos agricultores descendentes de alemães, teve sete irmãos, um deles jesuíta no Japão. Também era primo de Dom Aloísio Lorscheider. A troca do “t” pelo “d” no sobrenome teria sido um lapso do tabelião do cartório.

A origem familiar contribuiu para firmar suas convicções sobre a reforma agrária. Dom Ivo defendia a função social da terra sem esmorecer.

Poliglota, falava cinco idiomas. Cumpriu dois mandatos como Secretário-Geral e outros dois como Presidente da CNBB, durante o regime militar. “Naquele tempo era mais fácil definir os campos, porque a ditadura não tinha benevolência. hoje, todos falam em democracia” – afirmava ele.

No dia 21 de abril de 2004, Dom Ivo completou 30 anos como Bispo da Diocese de Santa Maria.

No dia 24 de março, o Papa João Paulo II aceitou sua renúncia por limite de idade, 75 anos, completados no dia 7 de dezembro de 2002, permanecendo trinta anos à frente da Diocese. Entre os cargos que ocupou,

de 1972 a 1978, foi Secretário-Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil); de 1979 a 1986, Presidente da CNBB por dois mandatos consecutivos. Nesse período, Dom Ivo Lorscheider muito contribuiu para o processo de democratização do Brasil e para o processo de defesa dos direitos da pessoa humana.

Nesta segunda-feira, o Brasil fica um pouco mais triste, órfão de uma pessoa amiga e sensível como Dom José Ivo Lorscheider, que passou sua vida lutando pelos mais humildes e excluídos.

Aliás, como Dom Ivo Lorscheider era um grande defensor da reforma agrária e tendo em vista, inclusive, as observações do Líder Senador José Agripino, do PFL, eu gostaria, Sr. Presidente, antes de conceder os apartes, Sr^a Líder, querida Senadora Ideli Salvatti, de aqui fazer algumas observações a propósito daquilo que disse o Senador José Agripino, até porque acho importante registrar um breve balanço que o Ministro Guilherme Cassel fez a respeito da atualidade da reforma agrária e dos avanços ocorridos.

Nos últimos quatro anos, o Governo Federal assentou 381.419 famílias e destinou, para reforma agrária, uma área de 32 milhões de hectares. Área maior do que a de Suíça, Portugal, Bélgica, Dinamarca e Holanda juntos. Só em obtenção de terras, o Governo investiu R\$4 bilhões. Nunca tantas famílias foram assentadas em tão pouco tempo. Além da terra, garante-se o acesso a crédito, assistência técnica, educação, seguro e políticas de agroindustrialização e comercialização.

Mas a pergunta que alguns ainda fazem é se, nestes tempos, ainda são necessários programas de reforma agrária. Se a chamada modernização já não teria resolvido os problemas da agricultura brasileira.

Não tenho dúvida em afirmar que a reforma agrária é uma agenda contemporânea e fundamental, especialmente no Brasil, que assumiu o desafio de trilhar um novo caminho de desenvolvimento, ambientalmente sustentável, capaz de superar as desigualdades sociais e econômicas.

Nas décadas de 70 a 90, foi implantado um modelo agrícola que promoveu a expansão da produção e da produtividade agropecuária, estimulando a monocultura, a pecuária extensiva e o uso intensivo de insumos químicos e recursos naturais.

O resultado dessa política foi a concentração fundiária, que expulsou milhares de famílias do meio rural para os cinturões de miséria das grandes cidades, a contaminação

e o assoreamento de rios e o esgotamento dos solos nas regiões tradicionais, o desmatamento e o acirramento dos conflitos nas novas áreas, em especial na Amazônia. E, ainda, a permanência da dominação política, pois, no Brasil, o poder político e a propriedade da terra sempre andaram de mãos dadas.

Essas não são conseqüências inevitáveis da modernização e não as queremos mais para o futuro do País. Essa modernização conservadora produziu também um mito: o de que só é possível obter uma agricultura produtiva, competitiva e dinâmica baseada em um modelo de grandes propriedades, altamente mecanizadas. Nada mais falso.

As estatísticas oficiais demonstram que a agricultura familiar gera mais renda por hectare em todas as regiões do País e em quase a totalidade das culturas, além de gerar muito mais postos de trabalho (1 ocupação para cada 8 ha **versus** 67 ha exigidos pela agricultura patronal). Com apenas 30% da área, a agricultura familiar é responsável por 38% de toda a produção agropecuária brasileira, suas cadeias produtivas representam 10% do PIB do País (cerca de R\$150 bilhões) e alguns dos setores mais dinâmicos do complexo agroindustrial estão assentados majoritariamente sobre a produção primária da agricultura familiar, como são os casos de aves, fumo e leite.

A inevitabilidade, assim, da expulsão de milhões de sobrantes e do dano crescente à biodiversidade como tributos necessários ao aumento da produção agropecuária é uma falácia.

A escolha do modelo de desenvolvimento do meio rural brasileiro é, acima de tudo, uma escolha política da sociedade, e não uma imposição econômico-tecnológica. O programa de biodiesel é um bom exemplo dessa nova visão. Diferente do Proálcool, é um instrumento para diversificar a matriz energética, combater o aquecimento global. Ele garante a democratização da renda e das oportunidades de desenvolvimento.

Nesses marcos é que se insere a atualidade da reforma agrária do Governo Federal. Projeta para o conjunto do País a democratização do poder e da renda, a ocupação mais equilibrada do território, uma estrutura fundiária democratizada, uma agricultura diversificada e sustentável, com homens e mulheres que trabalham, preservam o meio ambiente, valorizam

suas identidades culturais. Seletiva, volta-se para as grandes propriedades improdutivas, que não cumprem a função social como reza a Constituição.

A reforma agrária é parte desse caminho, moderno e atual, para o desenvolvimento nacional, para a construção da cidadania de um povo que não abre mão de sua esperança e de seus sonhos.

Eu gostaria, inclusive, de aqui dar algumas informações sobre o projeto do assentamento Maísa, em Mossoró, no Rio Grande do Norte, sobre o qual tecia considerações, há pouco, o Líder do PFL, do Rio Grande do Norte, o prezado Senador José Agripino, a quem passei o telefonema do Ministro Guilherme Cassel, que me deu as informações de que a intenção primeira do Governo do Presidente Lula é a de aprimorar a qualidade de todos os assentamentos.

Ali, no assentamento Maísa, já há 1.150 famílias, correspondendo a quatro mil pessoas. Todas têm casas com a devida eletrificação. Em 45 dias, haverá a ligação do sistema de irrigação, no assentamento. Há 1.150 cisternas construídas. Portanto, uma para cada uma das residências das famílias assentadas.

Nos próximos trinta dias, serão colhidas 30 toneladas de acerola. No ano todo de 2007 serão 200 toneladas de acerola, comprovando, portanto, que o assentamento tem resultados positivos. Ademais, em convênio com a prefeitura, de responsabilidade da Prefeita Fátima Rosado, do PFL – o Senador Garibaldi Alves certamente tem conhecimento disso –, houve um entendimento com o assentamento Maísa para compra de hortaliças, semanalmente.

Será inaugurada, nos próximos dias, a maior escola rural de Mossoró, com dez salas de aula. Além disso, está funcionando um centro de saúde com sete salas, provendo uma qualidade de atendimento à saúde muito significativa e superior àquela que havia até 2003.

Acrescento que o Ministro Guilherme Cassel considera importante, ao mesmo tempo, ampliar a Reforma Agrária. Ele avalia que será próprio que haja, pelo menos, cerca de cem mil famílias assentadas nos próximos quatro anos. Mas é importante o propósito do Presidente Lula e do Ministro Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário, de, concomitantemente, assentar mais famílias e melhorar sempre a qualidade dos assentamentos, para que possam as famílias de agricultores produzir mais e melhor.

Concedo um aparte, com muita honra, à Senadora Ideli Salvatti.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª prestou as informações devidas e necessárias com relação à questão da Reforma Agrária: os avanços e todas as ações implementadas

nesses quatro anos pelo Governo Lula. V. Ex^a iniciou seu pronunciando falando de D. Ivo Lorscheider, uma pessoa que, ao longo de toda a vida, teve um comprometimento explícito, militante, cotidiano, com uma visão que na igreja se denominou Teologia da Libertação. Aqui no Brasil, temos nomes significativos em defesa desse ponto de vista. Alguns, inclusive, já não estão mais conosco, como, por exemplo, Dom José Gomes, cuja perda sempre lamentamos, lá em Santa Catarina, pois foi uma figura que realizou um trabalho belíssimo na organização dos agricultores, na organização das mulheres agricultores e em toda a luta pela reforma agrária. Temos, também, na Igreja, outros nomes, porque vivenciamos um período muito amargo, muito duro, muito difícil, durante a ditadura militar, em que parcela considerável da Igreja foi o nosso abrigo, foi, digamos, o nosso guarda-chuva, onde podíamos, minimamente, atuar e buscar fazer valer o direito dos mais oprimidos, dos injustiçados pelas condições de opressão e injustiça social que, infelizmente, grassam a tantos séculos no nosso País. Muitas figuras da Igreja tiveram a coragem de assumir esse papel, como Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Tomás Balduino, Dom Mauro Morelli, Dom Ivo Lorscheider, Leonardo Boff, Frei Betto – poderíamos fazer uma lista imensa – e Dom José Gomes, que já não se encontra mais conosco. E agora, também, Dom Ivo Lorscheider. considero muito importante que o Senado se manifeste e coloque o sentimento profundo de perda que se abate sobre todos, porque ele foi um personagem da história do nosso País que teve lado, teve compromisso, teve militância, teve coragem evangélica de estar ao lado dos pobres e dos oprimidos.

Então, é sob esse contexto que temos de sentir mesmo, de estarmos profundamente entristecidos com a sua ida, com essa perda para o nosso País, para todos aqueles que defendem a causa da justiça e a causa da maioria da população. Parabeno V. Ex^a por estar encabeçando o requerimento, que eu assinei, assim como vários outros Parlamentares. É uma perda muito grande para o nosso País e, principalmente, para aqueles que, durante tanto tempo, por não terem nenhuma alternativa de socorro, se utilizaram daquele adágio popular de se queixar ao bispo. Eles se queixaram e tiveram acolhida em várias figuras da Igreja, mesmo algumas não sendo bispo. No caso de Dom Ivo, Sua Eminência cumpriu a tarefa de acolher as queixas, o choro, a amargura e o apelo dos que estavam sofrendo.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP)

– Agradeço a V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti.

Quero assinalar que também assinaram o requerimento o Presidente Renan Calheiros e os Se-

nadores Mão Santa, César Borges, Papaléo Paes e Heráclito Fortes.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES)

– Senador, permite-me um aparte?

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP)

– Senador Renato Casagrande, ouço V. Ex^a, com muita honra.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES)

– Senador Eduardo Suplicy, quero assinar o requerimento.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP)

– Está sobre a mesa.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES)

– Eu gostaria de assiná-lo, Presidente Senador Mão Santa, pelo reconhecimento da vida, da história, da dedicação, dos serviços prestados por Dom Ivo Lorscheider ao nosso País e à nossa democracia. Dom Ivo foi da CNBB em um momento de muita dificuldade política no Brasil, na época da ditadura militar, quando não havia nenhuma liberdade política, individual ou coletiva. Sua presença e sua ação sempre foram um sustentáculo para os democratas brasileiros. Sua morte faz com que possamos relembrar sua história, sua trajetória e o compromisso que a Igreja teve – e precisa ter – com a consolidação das nossas instituições. Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e pelo requerimento de iniciativa de V. Ex^a e, juntamente com a população brasileira, reconhecer todo serviço e trabalho prestado por Dom Ivo durante sua militância religiosa e direção frente à CNBB. Ele merece o nosso aplauso e o nosso reconhecimento. Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) –

Obrigado, Senador Renato Casagrande. Agradeço a V. Ex^a pela solidariedade e pela homenagem que faz ao extraordinário líder religioso Dom Ivo Lorscheider.

Quero assinalar que o Senador Gilvam Borges também assinou o requerimento, assim como o Senador Renato Casagrande.

Concedo um aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho, que acredito que também queira fazê-lo.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Já o assinei. Eu estava viajando e soube do falecimento de Dom Ivo Lorscheider ao chegar aqui.

Quero prantear sua memória. Quero dizer, a exemplo do Senador Renato Casagrande, da sua atuação, que foi destemida, que foi corajosa, principalmente quando o País experimentava o regime militar, a sua dureza e todas aquelas conseqüências que vimos de perto. Dom Ivo foi sempre uma palavra muito altaneira e um líder religioso que não se deixava influenciar

por correntes, mas que era sempre um intransigente defensor da nossa democracia, além, é claro, de um religioso muito atuante.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves Filho. Suas palavras completam a homenagem que todos nós no Senado desejamos fazer a Dom Ivo Lorscheider, que tanto contribuiu para que pudessem as pessoas, no

Brasil, ter condições de vida, de dignidade, também com muita religiosidade.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO **Opinião**

São Paulo, domingo, 04 de março de 2007

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

A atualidade da reforma agrária

GUILHERME CASSEL

*A escolha do modelo de
desenvolvimento rural brasileiro é
decisão política da sociedade, não
imposição econômico-tecnológica*

NOS ÚLTIMOS quatro anos, o governo federal assentou 381.419 famílias e destinou para a reforma agrária uma área de 32 milhões de hectares. Área maior do que a de Suíça, Portugal, Bélgica, Dinamarca e Holanda juntos. Só em obtenção de terras, o governo investiu R\$ 4 bilhões. Nunca tantas famílias foram assentadas em tão pouco tempo. Além da terra, garante-se o acesso a crédito, assistência técnica, educação, seguro e políticas de agroindustrialização e comercialização.

Mas a pergunta que alguns ainda fazem é se, nestes tempos, ainda são necessários programas de reforma agrária. Se a chamada modernização já não teria resolvido os problemas da agricultura brasileira.

Não tenho dúvida em afirmar que a reforma agrária é uma agenda contemporânea e fundamental, especialmente no Brasil, que assumiu o desafio de trilhar um novo caminho de desenvolvimento, ambientalmente sustentável, capaz de superar as desigualdades sociais e econômicas.

Nas décadas de 70 a 90, foi implantado um modelo agrícola que promoveu a expansão da produção e da produtividade agropecuária, estimulando a monocultura, a pecuária extensiva e o uso intensivo de insumos químicos e recursos naturais.

O resultado dessa política foi a concentração fundiária, que expulsou milhares de famílias do meio rural para os cinturões de miséria das grandes cidades, a contaminação e o assoreamento de rios e o esgotamento dos solos nas regiões tradicionais, o desmatamento e o acirramento dos conflitos nas novas áreas, em especial na Amazônia. E, ainda, a permanência da dominação política, pois, no Brasil, o poder político e a propriedade da terra sempre andaram de mãos dadas.

Essas não são conseqüências inevitáveis da modernização e não as queremos mais para o futuro do país. Essa modernização conservadora produziu também um mito: o de que só é possível obter uma agricultura produtiva, competitiva e dinâmica baseada em um modelo de grandes propriedades, altamente mecanizadas. Nada mais falso. As estatísticas oficiais demonstram que a agricultura familiar gera mais renda por hectare em todas as regiões do país e em quase a totalidade das culturas, além de gerar muito mais postos de trabalho (1 ocupação para cada 8 ha versus 67 ha

exigidos pela agricultura patronal). Com apenas 30% da área, a agricultura familiar é responsável por 38% de toda a produção agropecuária brasileira, suas cadeias produtivas representam 10% do PIB do país (cerca de R\$ 150 bilhões) e alguns dos setores mais dinâmicos do complexo agroindustrial estão assentados majoritariamente sobre a produção primária da agricultura familiar, como são os casos de aves, fumo e leite.

A inevitabilidade, assim, da expulsão de milhões de sobrantes e do dano crescente à biodiversidade como tributos necessários ao aumento da produção agropecuária é uma falácia.

A escolha do modelo de desenvolvimento do meio rural brasileiro é, acima de tudo, uma escolha política da sociedade, e não uma imposição econômico-tecnológica. O programa de biodiesel é um bom exemplo dessa nova visão. Diferente do Proálcool, é um instrumento para diversificar a matriz energética, combater o aquecimento global. Ele garante a democratização da renda e das oportunidades de desenvolvimento.

Nesses marcos é que se insere a atualidade da reforma agrária do governo federal. Projeta para o conjunto do país a democratização do poder e da renda, a ocupação mais equilibrada do território, uma estrutura fundiária democratizada, uma agricultura diversificada e sustentável com homens e mulheres que trabalham, preservam o meio ambiente, valorizam suas identidades culturais. Seletiva, volta-se para as grandes propriedades improdutivas, que não cumprem a função social como reza a Constituição.

A reforma agrária é parte desse novo caminho, moderno e atual, para o desenvolvimento nacional, para a construção da cidadania de um povo que não abre mão de sua esperança e de seus sonhos.

GUILHERME CASSEL, 49, engenheiro civil, é ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.

Texto Anterior: TENDÊNCIAS/DEBATES

Clifford M. Sobel: Oportunidades em um "ano de engajamento"

Próximo Texto: Painel do leitor

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Vamos colocar em votação o requerimento assinado pelo Senador Eduardo Suplicy e outros sobre o falecimento de Dom Ivo Lorscheider, lembrando que ele era primo de Dom Aloísio Lorscheider, que foi Arcebispo do Ceará quando lá estudávamos, e seu nome foi muito fortemente lembrado para ser Papa.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 151, DE 2007

Sr. Presidente,

Tendo sido designado por Vossa Excelência para participar, como representante do Senado Federal, da 70ª Conferência Anual da Rede Parlamentar do banco Mundial, que se realizará entre os dias 15 e 17 de março. Na oportunidade serão discutidos temas sobre a África e formas de redução da pobreza. Requeiro nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal a necessária autorização para o desempenho da referida missão.

O convite para evento encontra-se anexo.

Sala das Sessões, 5 de março de 2007. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O Requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 152, DE 2007

Requer Voto de Pesar pelo falecimento de Dom Ivo Lorscheider.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros,

Com fundamento no disposto nos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a inserção em Ata de Voto de Profundo Pesar de falecimento de Dom Ivo Lorscheider, ocorrido hoje, dia 5 de março de 2007, em Santa Maria Rio Grande do Sul.

Justificação

Dom Ivo Lorscheider foi uma das mais importantes figuras de nosso País e da Igreja Católica, no milênio que passou.

Como membro da Igreja Católica ocupou os postos mais importantes, a começar pela Diocese de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, onde recebeu o título de Bispo Emérito.

Dom Ivo Lorscheider foi, duas vezes, Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, e seu Presidente outras duas vezes, inclusive durante o regime militar. Além da Liderança exercida em nossa Igreja, Dom Ivo foi homem de grande cultura, o que pode ser retratado pela sua condição de poliglota (falava cinco idiomas).

Nascido em 7 de dezembro de 1927, em São José do Hortêncio – RS, Dom Ivo completaria 80 anos. Teve sete irmãos. Era primo de outro grande expoente da Igreja Católica do Brasil, Dom Aloísio Lorscheider.

À conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a toda a Igreja Católica do Brasil e à família de Dom Ivo Lorscheider os nossos mais profundos sentimentos de pesar pela morte deste grande líder católico.

Sala das Sessões, 5 de março de 2007. – Senador **Pedro Simon**, Senador **Paulo Paim**, Senador **Sérgio Zambiasi**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Seguindo a ordem de inscrição, concedo a palavra ao Líder Renato Casagrande, do PSB, pelo Estado do Espírito Santo.

Regimentalmente, V. Ex^a dispõe de cinco minutos. Apesar de a sessão já estar encerrando, jamais ousarei cortar a palavra de Espírito Santo.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Serei muito rápido, até porque a capital é Vitória.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Viver é ver Vitória.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores que nos estão acompanhando, primeiramente, quero fazer um registro, para que não fiquemos desatualizados, sobre a viagem que fiz, junto com a Senadora Serys Slhessarenko e com o Deputado Antonio Palocci, a Washington, onde participamos de uma reunião do G8+5 – Grupo dos Oito mais os cinco países em desenvolvimento – para discutir-

mos as mudanças climáticas. Foi uma reunião de lideranças dos Paramentos dos 13 países.

Após esses trabalhos, Sr. Presidente, chegamos a algumas conclusões importantes de que este Congresso precisa tomar conhecimento. A Senadora Serys Slhessarenko já falou sobre o assunto, mas também quero fazer um relatório da minha viagem neste pronunciamento. Viajei representando o Parlamento e, portanto, devo prestar conta à sociedade brasileira dessa viagem.

Há, hoje, no mundo um interesse enorme pelo programa de biocombustível brasileiro, tanto é que o Presidente dos Estados Unidos, George Bush, está vindo ao Brasil nesta semana. Existem diversos países da Europa muito interessados nesse assunto, nesse tema.

Também há um interesse enorme sobre a Amazônia. Como sempre, soubemos disso, mas, cada vez mais, e agora, com o relatório das mudanças climáticas, esse interesse aumentou muito.

Esse interesse nos dá também a possibilidade de adotar políticas importantes para que o Brasil possa ser protagonista nesse assunto de mudanças climáticas. Também observamos lá a pressão que o governo norte-americano está sofrendo do Congresso e da sociedade norte-americana com relação à ausência de políticas que objetivem reduzir a emissão de gases que causam o efeito estufa. O Congresso norte-americano está discutindo um projeto que estabelece metas de redução da emissão dos gases poluentes, e isso é importante.

Podemos observar que, enquanto os Estados Unidos são um país muito conservador, a Europa e o Japão já estão estabelecendo metas para 2020 e 2030. Além de estarem cumprindo o Protocolo de Kyoto, já estão também tomando medidas, independentemente de outro acordo global, para a redução da emissão de gás carbônico, mostrando o avanço que esses governos têm.

O Governo brasileiro não pode ficar no discurso vingativo de que nós, por não termos tido o desenvolvimento dos países outros, por não termos ainda destruído nossas florestas nem emitido a quantidade de gases para a atmosfera com as nossas indústrias, poderemos adotar essas medidas. Não! O Brasil precisa adotar tecnologias novas e preservar nossas florestas para que possamos dar a nossa contribuição nesse debate mundial. Não há divisa nesse debate. O Brasil pode dar o exemplo e até lucrar com o comportamento adequado nessa área, especialmente com relação ao biocombustível e à geração de eletricidade, porque a nossa matriz energética é limpa. Se ela é limpa, nós

temos condições de capitalizar e aproveitar para que o Brasil tenha sucesso nesse programa.

Há um relatório que quero deixar registrado no Senado da República e dizer que estamos à frente de uma subcomissão permanente que está debatendo o assunto e já tem um plano de trabalho para o ano todo. Vamos fazer audiências públicas em São Paulo, em Belém, em Manaus, para que possamos discutir o aquecimento global, o trabalho que o Governo brasileiro está fazendo, o trabalho que os Governos estaduais e municipais e a sociedade estão fazendo com relação a essa questão.

Sr. Presidente, para terminar, quero apenas fazer o registro de um outro assunto, diferente deste. Mas esta é a oportunidade que tenho de registrar. Neste final de semana, de sexta-feira para cá, o Espírito Santo foi base para o deslocamento do Fernandinho Beira-Mar, um preso de alta periculosidade, que foi participar de uma audiência num Município do interior do Rio de Janeiro.

O aparato para transportar Fernandinho Beira-Mar é o de Presidente da República. Penso que o Presidente da República deve ter ficado com inveja desse aparato, que tem avião, a Polícia Federal. Parou por três dias, praticamente, o trabalho da Polícia Federal lá no Estado do Espírito Santo. É um custo altíssimo. Acredito que o juiz precisa analisar os deslocamentos desses delinqüentes que, com sua movimentação, causam todo esse transtorno.

Há um projeto de lei de autoria do Senador Tasso Jereissati, que prevê a oitiva por videoconferência. Essa proposta já foi aprovada no Senado e é importante que a Câmara a aprove também, para que, num mundo com tanta tecnologia, possamos facilitar a vida do cidadão, evitando-se o deslocamento de pessoas para uma audiência de oitiva.

Então, gostaria de fazer um apelo à Câmara para que vote logo essa proposta e ao Poder Judiciário para que seja mais coerente e mais racional na realização dessas audiências.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR RENATO CASAGRANDE.

O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, entre os dias 13 e 16 do mês passado tive a honra de representar o nosso Parlamento, em Washington, ao lado da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e do deputado Antônio Palocci (PT-SP), no Fórum de Legisladores sobre Mudanças Climáticas, em

Washington. O Fórum reuniu cerca de 80 parlamentares dos oito países mais desenvolvidos e dos cinco em desenvolvimento, entre os quais o Brasil.

Após os trabalhos, chegamos a algumas conclusões. A primeira é muito positiva. A sociedade e o Congresso americanos estão pressionando o Governo Bush a limitar a emissão de gases tóxicos que provocam o efeito estufa. Constatamos ainda que União Européia e Japão estão na vanguarda em relação aos demais países, inicialmente, cumprindo as metas do Protocolo de Kyoto, depois estabelecendo metas próprias para redução de emissão de agentes poluentes para 2020 e 2030.

Concluimos que os países pobres e em desenvolvimento não podem negligenciar o meio ambiente em nome do desenvolvimento e que têm de compatibilizar crescimento e defesa da natureza. Lições que se aplicam também ao Brasil.

Por outro lado, aceitamos também que a dura missão dos pobres de crescer seria aliviada se os países ricos, como os maiores poluidores, assumissem a sua responsabilidade, compensando os pobres com transferência de tecnologia e recursos para a compra de crédito de carbono.

Sr. Presidente, ações do Governo brasileiro reduziram em 50% o desmatamento da Amazônia. Mas muito ainda há que se fazer, no entanto, para evitar as queimadas predatórias que nos coloca entre os quatro maiores emissores de dióxido de carbono.

São ações que pedem a cooperação de União, estados, municípios e órgãos de defesa do meio ambiente. Como alternativa aos combustíveis fósseis, caminha muito bem o nosso programa de biocombustíveis, tendo etanol e biodiesel como carro chefe.

Só para dar um exemplo, o etanol figurou como item preferencial da pauta de reunião do presidente Lula com o presidente do Uruguai, Tabaré Vazquez, há duas semanas, e será tema da conversa com o presidente George Bush, no próximo dia 9, em São Paulo. Uma oportunidade que os dois governos terão de aparar arestas quanto às barreiras alfandegárias impostas pelos americanos ao etanol brasileiro.

Sr. Presidente, a matriz energética brasileira é limpa. Nossas hidrelétricas quase não geram agentes poluidores. Estamos desenvolvendo outras fontes de energia limpa como eólica e solar. Podemos nos inserir no debate mundial sobre energia nuclear, em que pesem preocupações de ambientalistas e especialistas com o lixo atômico. Preocupação da qual também partilho.

Por tudo que disse até aqui, concluimos que o Brasil vive um momento muito favorável do ponto da

geração de energia. A natureza nos é pródiga em recursos, mas não nos descuidamos do desenvolvimento tecnológico. Por isso, não poderá haver um fórum mundial sobre biocombustível ou bioenergia sem a presença do Governo brasileiro.

Sr. Presidente, depois do relatório das Nações Unidas, divulgado no início de fevereiro, na semana passada foi a vez de o Ministério do Meio Ambiente divulgar relatório com sombrias previsões para o clima no Brasil até 2100. O resumo do documento é que a emissão de gases poluentes e o desmatamento, entre outras agressões à natureza, causarão prejuízos a todas as regiões do país, afetando a vida de 42 milhões de pessoas.

O Governo e o Congresso podem contribuir para reverter este quadro. No âmbito da subcomissão do Aquecimento Global, da Comissão de Meio Ambiente do Senado, estamos trabalhando com determinação. Aprovamos convite para que a Ministra Marina Silva e o Ministro Celso Amorim relatem as últimas e as futuras ações do Governo nessa área. Outras autoridades e especialistas serão chamados ao debate.

Vamos promover, no dia cinco de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, seminário aqui no Senado para ouvir e discutir com parlamentares, autoridades do Governo, comunidade científica e especialistas propostas para incentivar a busca de fontes limpas de energia. Experiência que se seguirá até o fim do ano nas cidades de São Paulo, Manaus e Belém.

Quero aproveitar a oportunidade para propor ao Governo um renovado fôlego ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, para que tenhamos nele mais um espaço de debates. Com certeza o professor Luiz Pinguelli Rosa, secretário-executivo do Fórum, poderia nos ajudar muito nessa tarefa.

Sr. Presidente, a preservação do meio ambiente não pode ser sazonal. Por isso, louvo a iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil de focar a Amazônia como tema da Campanha da Fraternidade de 2007. É inegável a capacidade da igreja de mobilizar e conscientizar os cidadãos para uma causa nobre que evoca a ética e diz respeito à vida.

Da minha parte, acredito que com consciência, determinação política, mobilização e ética nas ações públicas e privadas superaremos estes e outros problemas que possam surgir no nosso projeto de construir uma sociedade fraterna e justa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– V. Ex^a será atendido, Senador Renato Casagrande.
Agradecemos sua capacidade de síntese.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho certeza de que, no dia de hoje, o Rio Grande e o Brasil choram a morte de Dom Ivo Lorscheider. E, nesse sentido, Sr. Presidente, recebi um apelo muito carinhoso e respeitoso por estar aqui em Brasília. Faço um requerimento em meu nome, embora o Senador Eduardo Suplicy já o tenha feito, mas quero encaminhar à Mesa o requerimento com fundamento no art. 218, VII, do Regimento Interno.

Requeiro a V. Ex^a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento de Dom Ivo Lorscheider, ocorrido no dia de hoje, 05 de março de 2007, em Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Dom Ivo Lorscheider, Sr. Presidente, foi uma das mais importantes figuras de nosso País e da Igreja Católica no milênio que passou. Como membro da Igreja Católica, ocupou os postos mais importantes, a começar pela Diocese de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, onde recebeu o título de Bispo Emérito.

Dom Ivo Lorscheider foi duas vezes Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e seu presidente outras duas vezes, inclusive durante o regime militar. Além da liderança exercida em nossa Igreja, D. Ivo foi homem de grande cultura, o que pode ser retratado pela sua condição de poliglota, falando cinco idiomas.

D. Ivo nasceu em 07 de dezembro de 1927, em São José da Hortência, Rio Grande do Sul. D. Ivo completaria oitenta anos, teve sete irmãos. Era primo de outro grande expoente da Igreja Católica no Brasil, D. Aloísio Lorscheider.

Sr. Presidente, à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a toda a Igreja Católica do Brasil e à família de D. Ivo Lorscheider os nossos mais profundos sentimentos de pesar pela morte desse grande líder católico.

Assinam os Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi e tenho certeza de que outros tantos Senadores encaminharam à Mesa requerimentos no mesmo teor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento de V. Ex^a será encaminhado e inserido, uma vez que já foi lido, defendido e aprovado pelo Plenário o requerimento com as homenagens e condólicas de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero informar que encaminhei à Mesa um requerimento tendo em conta o convite que recebi da direção do Banco Mundial para representar o Senado Federal na Conferência Parlamentar, que se realizará na Cidade do Cabo, na África do Sul, onde cerca de duzentos parlamentares de todo o mundo são convidados para um diálogo com o Presidente do Banco Mundial, Sr. Paul Wolfowitz, com o Presidente do Fundo Monetário Internacional, Sr. Rodrigo de Rato, com o Ministro da Fazenda da África do Sul, Sr. Trevor Manuel, inclusive com o Presidente do Banco de Desenvolvimento da África, que corresponde ao BID, que serve a todas as Américas, aos continentes americanos.

O principal propósito desse simpósio será a verificação da interação entre o Executivo e o Parlamento em todos os países do mundo e a maneira de as instituições colaborarem com o propósito de erradicar a pobreza.

Sinto-me honrado em poder representar o Senado Federal nessa conferência de parlamentares do mundo, a convite do Banco Mundial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento de V. Ex^a já chegou à Mesa e foi encaminhado de acordo com o Regimento Interno.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB do Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, eu gostaria de ter falado aqui quando estava presente na tribuna o Senador José Agripino, porque S. Ex^a abordou o projeto de assentamento da Maisa e fez referência à visita feita pelo Presidente Lula há quatro anos a esse grande projeto não apenas agrícola, mas voltado para o agronegócio.

Não vamos aqui examinar e nos deter nas informações do Senador Eduardo Suplicy, colhidas diretamente do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, não por estarmos aqui desprezando as informações de S. Ex^a, mas porque não temos condições agora de analisar todas aquelas informações prestadas pelo Ministro com relação à reforma agrária em nosso País.

O Senador Eduardo Suplicy há de concordar comigo que não podemos neste instante analisar isso. Mas, com relação à Maisa, podemos dizer que o Senador José Agripino tem razão quando, principalmente, diz que não se está agregando à produção agrícola vantagem, não se está criando a chamada cadeia produtiva.

Por quê? Porque, se a Maisa era uma grande produtora de castanha de caju mesmo, de frutos como a acerola, isso, Sr. Presidente Mão Santa, iria desembocar no aproveitamento da polpa da acerola e no aproveitamento da castanha e de tudo o que diz respeito ao caju. Mas o que aconteceu? Dezenove mil e quinhentos hectares foram desapropriados para constituir o novo assentamento, e justamente nesses hectares – a Maisa é constituída por vinte mil hectares – estão as fábricas e é onde existiam também os escritórios da antiga Maisa.

Então, Sr. Presidente, as coisas vão ficar capengas, dentro das atividades propostas para a empresa Maisa. Se voltarmos a produzir na Maisa, o que ainda não estamos produzindo, não vamos dar aquela plenitude à sua produção, não vamos incorporar ao que se produz na Maisa aquilo que se esperava para aqueles que hoje são os seus produtores.

Lá, em vez de um grupo privado, temos agora algumas associações de pequenos produtores que habitam as agrovilas da Maisa.

Mas há de se compreender, há de se ter a visão de que aqueles produtores não são capazes de dar a volta por cima, na Maisa, se não tiverem o apoio governamental. E esse apoio, como denunciou o Senador José Agripino, apoiado por V. Ex^a, está faltando justamente com relação à produção agroindustrial. As fábricas estão totalmente abandonadas.

Quanto à produção, há de fato que se constatar que nas Vilas Real e Montana, por exemplo – essas informações, absolutamente fidedignas, me foram passadas agora diretamente de Mossoró, inclusive contando com um concurso do Dr. Gilberto da própria Secretaria da Agricultura –, está faltando aquele suporte indispensável à agricultura do Nordeste, que é a água.

Senador Mão Santa, V. Ex^a se deparou com aquele projeto. Ouvi aqui o Senador José Agripino, com a sua palavra fácil, dizer da majestade do projeto, da sua grandeza. Tudo aquilo que V. Ex^a viu não está se consolidando porque o modelo é outro, inteiramente diferente. O Governo precisa assegurar a água, que era fornecida por poços profundos, de

manutenção cara. A água que está chegando hoje à Maisa está sendo trazida pelos carros-pipas, mas estes só abastecem as pessoas e não são capazes de dar aquele salto de produção na Maisa.

Então, nós temos de reconhecer, diante das informações do Senador Suplicy, que houve alguns avanços na parte social e da saúde. Estão sendo construídos, por exemplo, postos de saúde, uma escola, mas, na área da produção, que vai assegurar, como disse o Senador José Agripino, a sustentabilidade do projeto, há essas deficiências que, se não forem devidamente corrigidas, vão lançar o projeto na escuridão com relação ao seu futuro.

Eu dou o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Garibaldi Alves, V. Ex^a, assim como o Senador José Agripino, tem conhecimento muito melhor do Estado do Rio Grande do Norte, do Projeto Maisa, que eu desejo conhecer de perto. Conforme transmiti ao Senador José Agripino, a minha disposição – conversei com o Presidente Rolf Hackbart e com o Ministro Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário – é conhecer de perto o Projeto Maisa, dada a sua relevância como um dos projetos mais importantes de reforma agrária, onde estão assentadas 1.150 famílias, correspondendo a 4.000 pessoas. O Ministro Guilherme Cassel, há pouco, disse a mim e ao Senador Agripino Maia que existem ali, além do posto de saúde e da escola com dez salas de aula, 1.150 residências. As famílias estão nas suas respectivas residências. Isso foi feito no período do assentamento, o que é uma meta bastante importante. Ele me informou que, nesses próximos trinta dias, haverá a produção de cerca de 30 toneladas e, até final do ano, serão 200 toneladas de acerola produzidas pelo assentamento. Ademais, assinalou que a Prefeitura, de responsabilidade da Prefeita Fátima Rosado, do PFL, semanalmente adquire as hortaliças produzidas pelo assentamento. Mas é claro que poderemos acompanhar mais de perto esse projeto tão significativo para o Rio Grande do Norte. Daí porque me dispus a conhecê-lo. Quem sabe, no dia em que puder fazer essa visita ao seu Estado, poderemos ir juntos, querido Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Senador Eduardo Suplicy, há poucos dias estive com V. Ex^a no seu Estado, o grande Estado de São Paulo. V. Ex^a nos surpreendeu porque ninguém esperava mais sua chegada.

(Interrupção do som.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Sr. Presidente, vou terminar já.

V. Ex^a nos surpreendeu ao chegar de Nova Iorque, participando de tudo o que lá aconteceu, na segunda-feira, com relação às PPPs, ao metrô e a todo o contencioso sobre a questão.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Assim como V. Ex^a se interessou pelas questões do meu Estado de São Paulo, considero-me também no dever de contribuir com V. Ex^a, Senador Garibaldi, e com o Senador José Agripino. Sinto-me na obrigação de examinar e de conhecer melhor o Rio Grande do Norte e o Brasil.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Gostaria que V. Ex^a tivesse a mesma presteza – ninguém pode criticá-lo por falta de presteza – e fosse a Mossoró. Eu faço questão...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Pode continuar tranqüilo que proroguei por mais cinco minutos para que V. Ex^a tenha tempo para as riquezas do Nordeste, no caso particular, Maisa, Rio Grande do Norte.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Obrigado, Sr. Presidente.

Então, Senador Suplicy, vamos marcar essa visita para que V. Ex^a tenha uma idéia do que é necessário fazer, porque não estamos aqui para negar o que está sendo feito; estamos aqui para solicitar, para apelar, para dizer que é preciso se fazer muito mais na Maisa. E tenho certeza de que V. Ex^a, chegando de lá com as informações necessárias, vai se tornar um verdadeiro paladino no que toca à consolidação do projeto de reforma agrária da Maisa.

Sr. Presidente, quero assinalar aqui a presença da advogada portuguesa, a Dr^a Margarida Pereira, que nos visita juntamente com o Dr. Ezequias Pegado Cortez, que é advogado norte-riograndense, e que estão constituindo uma sociedade para defender interesses tanto de cidadãos brasileiros como de cidadãos portugueses. Ao lado do Dr. Ezequias está o Dr. Thiago Cortez.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Este ano é, talvez, um dos mais importantes da grandeza do Senado da República. Lamentamos a ausência aqui do Sr. Raimundo Carreiro, porque a Conferência de Haia completa 100 anos, e a partici-

pação do Brasil foi graças a Rui Barbosa. Ele difundiu a idéia do Estado democrático de direito no mundo e previu, vamos dizer, as forças dos regimes totalitários. E, porque houve os que não o ouviram, tivemos que sofrer duas guerras mundiais. Então, mais do que nunca, as idéias da Conferência da Paz, em Haia, devem receber, nesta Casa, um ano de festividades, porque a sua mensagem de paz marcou muito forte o Senado da República e o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Cícero Lucena, Mário Couto, Marconi Perillo, João Tenório, Papaléo Paes e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem

apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “O descompasso entre o discurso e a carpintaria”, publicado na sessão Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo** de 24 de janeiro do corrente.

O artigo trata do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, lançado pelo atual governo no último dia 22 de janeiro, mostrando que ele está “cheio de falhas, inconsistências e incongruências”.

Segundo o artigo, “suas metas de crescimento sustentado também certamente não serão atingidas enquanto não forem feitas ousadas reformas estruturais. Ou seja, enquanto o governo Lula não passar a agir exatamente como seu discurso pretende dizer que está agindo”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, seja inserido nos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Conselho de Administração:

Presidente:
Roberto C. Mesquita
Relatores:
Fernão Lara Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Julio César Mesquita
*Jana Carolina V. O. Mesquita
Patrícia Maria Mesquita

Fundado em 1875

Julio Mesquita (1891-1927)
Julio de Mesquita Filho (1927-1959)
Francisco Mesquita (1927-1969)
Luz Carlos Mesquita (1952-1970)
Jose Vieira de Carvalho Mesquita
(1959-1989)

Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
Luz Vieira de Carvalho Mesquita
(1969-1997)
Aurelio de Campos (1875-1884)
Nestor Rangel Feslana (1927-1933)
Plínio Barreto (1927-1958)

www.estado.com.br

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900

São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP

Tel. 3866-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3866-2940

NOTAS E
INFORMAÇÕES

O descompasso entre o discurso e a carpintaria

O que mais chama a atenção no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é o descompasso entre a sua concepção política - descrita no discurso que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva leu no Palácio do Planalto, em segunda-feira - e a sua carpintaria técnica. Sob esse último ângulo, o PAC está cheio de falhas, inconsistências e incongruências. Trata-se, afinal, de uma tentativa de dar organicidade a mais de 360 projetos que, na maioria, foram concebidos isoladamente e em circunstâncias e condições distintas das atuais e que, quando não se trata de projetos já em andamento, como os da Petrobras, por exemplo, deverão ser financiados com recursos de um Tesouro praticamente exaurido e investimentos da iniciativa privada, sem que esta disponha de um ambiente propício para fazer mais do que tem feito nos últimos anos.

Quanto às linhas políticas que, em teoria, orientaram a elaboração do programa, no entanto, não há reparos a fazer. Na verdade, o discurso de Lula foi uma encorajadora profissão de fé na democracia e na ortodoxia econômica que há mais de 12 anos garante a estabele-

cidade da moeda, embora quanto ao equilíbrio fiscal não haja qualquer garantia no PAC. O governo, salientou o presidente Lula, quer colocar o Brasil no caminho do crescimento. Mas não a qualquer preço. O País, afirmou, "deve crescer com equilíbrio fiscal, com redução da dívida e da vulnerabilidade externa", "deve crescer sem inflação e sem controle de preços", "deve crescer mantendo e ampliando as liberdades civis e os direitos democráticos".

Dizendo isso, Lula não apenas reafirmou o seu desejo de estabilização - que, diga-se, tem manido desde a "Carta aos Brasileiros" (embora no PAC não se comprometa com ela) -, como fez uma crítica pouco sutil aos presidentes Evo Morales e Hugo Chávez que, a pretexto de combater injustiças sociais, estão destruindo as instituições democráticas de seus países. Também não escapou ao presidente Néstor Kirchner, que obteve na Argentina índices elevados de crescimento à custa do calote da dívida externa, da inflação alta e do controle de preços. Além disso, para desencorajar os adeptos do modelo chinês de crescimento, foi direto ao

ponto: "Aqui não se cresce sacrificando a democracia, não se fortalece a economia enfraquecendo o social."

Ao associar o crescimento econômico à democracia e ao progresso social, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dissociou claramente o Brasil não apenas dos vizinhos populistas, mas também de alguns países emergentes. Mostrou que o Brasil se destaca, nesse grupo, por ter uma identidade própria, em cuja essência prevalecem os valores mais caros da civilização ocidental.

Poderia parecer estranha, à primeira vista, a exortação presidencial à "mobilização coletiva que estimule uma mentalidade produtiva em todos os setores sociais e ajude a fundamentar uma verdadeira cultura produtiva: a cultura do trabalho". Ora, uma das características mais notáveis do povo brasileiro é o seu pendão para o trabalho. Não foi outra coisa, senão o trabalho árduo, que transformou esse país numa das 15 maiores economias do mundo.

Mas o presidente Lula se apressa a esclarecer que não apenas reconhece a existência de

uma "energia empreendedora que se espalha pelo Brasil agora", como pretende contar com essa energia "o ambiente interno do governo, porque só avançarmos se conseguirmos melhorar, cada vez mais, o padrão de eficiência do setor público".

De fato, os fatores que contêm o crescimento do País têm a sua origem, todos, no setor público. Se a carga tributária é uma das maiores do mundo, se os marcos regulatórios não são favoráveis aos negócios, se a reforma tributária não anda e a indispensável reforma da Previdência não desengrenha - tudo isso se deve, primeiro, à complacência do governo diante do exagerado tamanho do Estado, que consome os recursos e as energias do setor privado e, depois, à paquidérmica ineficiência da máquina estatal, acolitada por um corpo legislativo infenso à modernização das instituições.

Os projetos do PAC que saírem do papel certamente ajudarão a aquecer a economia. Mas as suas metas de crescimento sustentado também certamente não serão atingidas enquanto não forem feitas ousadas reformas estruturais. Ou seja, enquanto o governo Lula não passar a agir exatamente como o seu discurso pretende dizer que está agindo.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “PAC traz uma redução pífia de tributos e mais gasto corrente”, publicada no jornal **Valor Econômico** em sua edição de 23 de Janeiro de 2007.

A matéria destaca que o PAC, Programa de Aceleração da Economia, dá o sinal verde a investimentos do Estado, mas não aponta corretamente para a eliminação dos obstáculos ao investimento privado, que estão

retraídos pelo elevado custo do capital, um dos mais altos do mundo, e pela enorme carga de tributos.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



Jornal econômico de circulação nacional, publicado desde 2 de maio de 2000 pela Valor Econômico S.A.

Diretora de Redação: Vera Brandimarte

Diretora Adjunta de Redação: Claudia Safatle

Conselho Editorial: Agostinho Cardoso Vieira, Aluizio Maranhão Gomes da Silva, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Celso Pinto, Luís Frias, Nicolino Spina, Otavio Frias Filho, Roberto Irineu Marinho e Vera Brandimarte

PAC traz uma redução pífia de tributos e mais gasto corrente

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) divulgado ontem pelo presidente da República é um pacote de aumentos de gastos públicos, com medidas fiscais cosméticas. É também um “juntão” de iniciativas que já foram tomadas, ou que não foram tomadas antes mas poderiam ter sido, e pouca coisa nova. As 100 obras do PAC lembram um pouco as 50, do “Avança Brasil”, com sua miríade de gerentes. Espera-se que não tenham o mesmo destino.

Os R\$ 500 bilhões de investimentos do PAC podem impressionar pela magnitude, mas em si pouco significam. Na verdade, do Orçamento da União sairão em quatro anos R\$ 67,8 bilhões de investimentos, algo como R\$ 16,5 bilhões anuais, não muito superiores ao dispêndio com investimentos em 2006, mas maiores que os da média do primeiro mandato de Lula. O montante relevante para os investimentos, ou R\$ 436,1 bilhões, virá das estatais e, quem sabe, da iniciativa privada. Quase metade deles serão feitos pela Petrobras e ocorreriam de qualquer maneira, com ou sem PAC. Completa a conta o Projeto Piloto de Investimentos, cujos gastos deverão saltar de 0,2% para 0,5% do PIB com possibilidade de abatimento do superávit primário.

A premissa implícita do pacote parece ser a de que o crescimento brasileiro só será “destravado” se o Estado gastar mais, o que é, no mínimo, um diagnóstico muito parcial. O governo ignorou o fato de que a carga tributária é um dos maiores entraves aos investimentos — a desoneração é uma parcela pífia do PAC. Na prática, há R\$ 1,4 bilhão de redução adicional de tributos em 2007, em um bolo de R\$ 6,6 bilhões. Para 2008, são mais R\$ 2,6 bilhões, além dos R\$ 8,9 bilhões de efeitos de medidas já tomadas. No plano mais amplo, o governo tem, por exemplo, a firme intenção de manter a CPMF com alíquota de 0,38% não apenas até 2010, o que é péssimo, mas até 2016, o que é completamente insensato. Com o dinheiro ainda, é a carga tributária alta que sustentará agora os gastos do governo para acelerar o crescimento. É uma receita que não deu certo no passado.

Os gastos que preocupam não são os dos investimentos, porém. O Estado precisa

investir mais e as prioridades são conhecidas, aceitas e concentradas na infra-estrutura — estradas, energia, portos, saneamento e habitação. Mas para isso precisaria frear gastos correntes e as contas apresentadas na divulgação do PAC têm frágil consistência. Há a promessa de manutenção de dispêndios com os benefícios da Previdência em 8,2% do PIB, enquanto que o salário mínimo dará saltos, ao ser corrigido pelo INPC mais a evolução do PIB de dois anos antes. Como a meta de inflação está projetada para 4,5% até 2010, e o crescimento do PIB em 4,5% em 2007 e 5% nos anos seguintes, haverá aumentos do mínimo da ordem de 9% no futuro, já que o INPC não deve ser tão menor que o IPCA, a base da meta. Dito de outro modo, após ter assegurado seu poder de compra com o INPC, ele crescerá tanto mais quanto maior for o crescimento da economia. É forte o impacto sobre os gastos da Previdência.

Além disso, foi indexada a folha salarial do funcionalismo ao IPCA, com aumento real de no máximo 1,5% ao ano. Na projeção do PAC, os gastos caem de 5,2% em 2006 para 4,7% do PIB em 2010. Na prática, a folha crescerá até 6% ao ano, acima do PIB até 2010, pelo menos, mantida a projeção do IPCA do PAC. Os principais itens de despesas — salários do funcionalismo e gastos da Previdência — crescerão junto com os investimentos. Pode-se pensar então em uma economia radical com os juros, o que, estranhamente, não ocorrerá. O PAC incorpora a projeção de juros do mercado e serão reduzidos em uma lentidão exasperante. A taxa média fecharia este ano em 12,2% (Selic), 11,5% em 2008, 10,5% em 2009 e 10,1% em 2010 — em quatro anos, queda média de 2,1 pontos percentuais. Ainda assim, o déficit nominal, segundo o PAC, será praticamente zerado (-0,2% em 2010). Só o crescimento de 5%, com uma arrecadação exuberante fecham esta equação.

O PAC dá o sinal verde a investimentos do Estado, mas não aponta corretamente para a eliminação dos obstáculos ao investimento privado, que estão retraídos pelo elevado custo do capital, um dos mais altos do mundo, e pela enorme carga de tributos. Lançado o PAC, resta torcer para que desta vez o governo demonstre competência gerencial para que impulsiona alguma modernização na infra-estrutura.

O PAC e os riscos da demanda

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “O PAC e os riscos da demanda”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 08 de Fevereiro de 2007.

O editorial lembra que o crescimento econômico do país nos últimos quatro anos foi conseguido graças ao estímulo à demanda interna com o favorecimento da queda na taxa de juros e a expansão do crédito, mas alerta o governo do Presidente Lula, que se o PAC, Programa de Aceleração da Economia, for realmente aplicado, o governo petista terá de elevar a demanda de modo menos artificial, com investimentos em infra-

estrutura e a conseqüente distribuição de salários e aumento da demanda de bens e serviços.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

dústria a fazer investimentos.

De fato, os investimentos privados são indispensáveis para o sucesso do PAC. Mas, na ausência de uma queda na carga tributária, é difícil que apareçam, pois os empresários duvidam da boa execução do PAC e temem seus efeitos negativos nas finanças públicas.

O presidente da República tem razão ao afirmar que não teme o crescimento da demanda, mas qualquer desequilíbrio entre demanda e oferta será coberto por importações, em detrimento da indústria nacional.

É a forma inadequada de aumentar o ritmo de crescimento e mais uma vez se verifica que a reforma fiscal é o caminho indispensável, junto com a redução dos gastos do governo. ●

mo o crédito consignado) para evitar que a demanda tenha um crescimento explosivo em prazo curto. É por isso lamentável que a Caixa Econômica Federal abra uma linha de crédito consignado de 72 meses, gerando uma demanda artificial e sobrecarregando as disponibilidades financeiras das famílias com consequências negativas.

Seguramente, o PAC, se for eficaz, aumentará a demanda da maneira mais saudável a médio e longo prazos. O presidente petista aos empresários para não se preocuparem com essa evolução, objetivando convencer a in-

demanda interna, embora a produção da indústria de transformação crescesse menos do que no ano anterior.

O Programa de Aceleração

do Crescimento

(PAC), se for realmente aplicado, terá

de elevar a demanda

de modo menos arti-

ficial do que foi feito

no ano passado. Por

definição, investi-

mentos na infra-es-

trutura represen-

tam distribuição de

salários e aumento

da demanda de bens e serviços,

antes que se aumente a oferta.

Isso precisa ser levado em

conta e talvez fosse recomendá-

vel que o governo reduzisse al-

guns incentivos artificiais (co-

presidente Luiz Iná-

cio Lula da Silva fez

anteontem uma de-

fesa enfática do

crescimento da de-

manda diante dos empresá-

rios, acrescentando que “o

País não pode continuar tendo

medo de crescer”. Parecia res-

posta indireta ao Copom, que

havia sinalizado que um even-

tual descompasso entre oferta

e demanda poderia acarretar

desvios da inflação.

Lembremos que no seu pri-

meiro mandato o governo ele-

geu o estímulo à demanda in-

terna como instrumento do

crescimento econômico. Favo-

receu a queda da taxa de juros,

a expansão do crédito e uma

melhora dos rendimentos. Te-

ve sucesso na ampliação da de-

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial intitulado “Pouca energia”, publicada pelo **Folha de S.Paulo** de 28 de Janeiro de 2007.

O editorial critica o PAC, Plano de Aceleração do Crescimento, por manter o setor elétrico na incerteza ao propor projetos duvidosos ao setor, sem garantias para a iniciativa privada e também por ser tímido no campo das fontes alternativas de energia.

Sr. Presidente, solicito que o editorial citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Pouca energia

PAC mantém incerteza no setor elétrico por contar com projetos duvidosos e é tímido no campo das fontes alternativas

O PROGRAMA DE Aceleração do Crescimento (PAC) disseminou muitas dúvidas e algumas respostas sobre o setor de energia elétrica, fundamenta para o desenvolvimento econômico. Se não chegou a causar decepção profunda, tampouco emitiu sinal claro de que esse insumo decisivo estará garantido na medida necessária para que as intenções se realizem.

Dos R\$ 503,9 bilhões de investimentos previstos no plano, entre 2007 e 2010, R\$ 78,4 bilhões se destinariam à área de energia elétrica. Desse subtotal, R\$ 65,9 bilhões iriam para geração e R\$ 12,5 bilhões para transmissão. A meta é acrescentar 12.386 MW (megawatts) aos 100 mil MW atuais e 13.826 km de linhas aos 194 mil km da malha existente.

O pacote concentra as medidas na desoneração tributária de obras e equipamentos e na facilitação do financiamento, de modo a aumentar a rentabilidade de novos projetos. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), do Ministério de Minas e Energia (MME), prevê redução de 10% a 18% no custo de geração de novas usinas. Subsiste algum ceticismo, porém, quanto a tais providências serem suficientes para atrair dinheiro privado em ritmo e montante adequados para cumprir metas de expansão.

Para crescer a taxas próximas de 5%, o país precisará aumentar em pelo menos 5,1% ao ano a oferta de eletricidade, segundo projeções da EPE. Seu Plano Decenal 2006-2015, anterior ao PAC, projetava taxas de crescimento do PIB na faixa de 4% ;

4,5%, até 2011, no cenário mais otimista. Diante dos objetivos do PAC, a EPE estima uma demanda adicional de 1.000 MW.

Há mais incertezas, no entanto. A construção da usina nuclear Angra 3, incluída no Plano Decenal, ficou fora do anúncio do PAC. Consta, por outro lado, de um anexo do PAC noticiado ontem por esta **Folha**, com operação prevista para agosto de 2013. Por ser uma forma de geração controversa, o governo fica devendo uma definição mais clara de suas intenções a respeito.

Permanecem dúvidas também sobre a entrada em operação, nas datas fixadas, de várias usinas hidrelétricas relacionadas no PAC. O exemplo mais citado é Belo Monte, com potência de 5.681 MW em sua primeira fase. O programa conta com seu licenciamento ambiental prévio em dezembro de 2008, mas esse

gestrecho e imprevisível, diante das sucessivas barreiras judiciais que o empreendimento enfrenta desde 2001.

Por fim, o pacote de Lula peca pela ausência de um programa vigoroso para incentivar formas alternativas de geração, como pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), usinas eólicas e de aproveitamento de biomassa. O MME prevê meia centena de PCHs, outro tanto de eólicas e apenas oito projetos de co-geração a biomassa, metas que podem ser consideradas tímidas. No detalhamento do período 2007-2010 constante do anexo já citado, contudo, aparecem somente seis PCHs e não há menção a eólicas nem a biomassa.

É pouco para um plano que pretendia engrenar a economia brasileira no ritmo do século 21.

Justiça sem aparelho

DÃO MARGEM a certa inquietude as especulações de que Tarso Genro, hoje titular das Relações Institucionais, seria deslocado para a Justiça na reforma ministerial a ser promovida pelo presidente Lula. Tal mudança, a julgar pela trajetória política de Genro, colocaria em questão a continuidade de avanços institucionais a duras penas obtidos nos últimos anos.

A escolha de Márcio Thomaz Bastos para ocupar a pasta a par-

tir de 2003 preservou algumas linhas de continuidade em relação ao perfil de alguns de seus antecessores imediatos. Como José Carlos Dias e Miguel Reale Jr., Bastos é um advogado de prestígio com afinidades partidárias, e não um político profissional com afinidades jurídicas — caso de Tarso Genro.

À diferença de Bastos, o ex-prefeito de Porto Alegre é um quadro que provém diretamente da máquina partidária. Em plena crise do PT, vale lembrar, Lula

despachou Genro para presidir a sigla em emergência. Este cumpriu com denodo a tarefa de acenar com mudanças — o termo era “refundação” — apenas até que passasse a fase aguda do mensalão. Depois que tudo se acomodou ao arranjo de sempre, Genro foi readmitido no governo.

Márcio Thomaz Bastos saiu algo arranhado de episódios como a violação do sigilo do caseiro Francenildo Costa e a investigação do escândalo do dossiê (o que teria ocorrido se o ministério es-

tivesse conectado diretamente à máquina petista?). Essas interrogações, no entanto, não invalidam seus méritos na modernização da Polícia Federal e na condução da reforma do Judiciário, que só foram à frente porque Bastos manteve certa distância do petismo militante.

Seria um retrocesso se o Ministério da Justiça na segunda gestão Lula ficasse sujeito a aparelhamento político-partidário.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Assustando o investidor”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 08 de Fevereiro de 2007.

A matéria destaca que a ingerência política nas agências reguladoras por parte da Casa Civil é contrária aos propósitos do PAC, Programa de Aceleração da Economia. Isso, segundo a matéria, afasta o investidor já que as agências reguladoras deveriam ser independentes do Executivo, tendo suas decisões baseadas nas regras de mercado e não na política do

momento, o que provocará o recuo dos investidores, inviabilizando o PAC.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Assustando o investidor

Além de comandar a execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff, deverá supervisionar as relações entre agências reguladoras e os demais órgãos do governo, marcadas nos últimos quatro anos por numerosos conflitos. Essa função está associada oficialmente a uma inovação de nome tão enolado quanto pomposo: Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação. O trabalho de coordenação e pacificação seria muito bem-vindo noutra circunstância, mas, neste caso, apenas confirma a insistência num erro: a manutenção das agências como órgãos subordinados aos Ministérios e a interesses políticos.

Com mais essa atribuição, a ministra Rousseff, já considerada uma espécie de gerente-geral do governo, consolidará sua posição de figura mais forte do Ministério. A escolha de um gerente-geral – quase um primeiro-ministro – pelo presidente Lula é uma decisão de sua alçada exclusiva e reflete um estilo de gestão. Ruim é o sentido político dessa iniciativa, contrária a uma das mais importantes inovações administrativas ensaiadas nos últimos dez anos.

O governo importou na década passada o conceito de agências reguladoras como órgãos de Estado, não de governo. Sua função seria definir normas estáveis, impessoais e imunes a oscilações político-partidárias para o funcionamento de setores essenciais à

economia, como telecomunicações, eletricidade e transportes. Haveria uma separação entre as decisões políticas de longo alcance, dependentes do Executivo e do Legislativo, e as tarefas de fixação de regras, fiscalização e supervisão das atividades de cada setor. Previsibilidade, estabilidade e segurança seriam as principais vantagens do esquema, comprovadas noutros países.

São condições altamente valorizadas pelos investidores. É difícil convencê-los a imobilizar capital em atividades produtivas, especialmente em projetos de amortização demora-

Ingerência política nas agências é contrária aos propósitos do PAC

da, como os de infra-estrutura, quando não há garantia de regras estáveis e de respeito a contratos. Excesso de burocracia e lentidão do sistema judicial são desvantagens bem conhecidas e pesam contra o Brasil nas decisões de investimento. Não só os estrangeiros se afastam. Também os empresários nacionais levam em conta esses dados quando resolvem aplicar seu capital. Agências reguladoras poderiam atenuar esses defeitos, tornando o País mais atraente para capitais.

Apesar disso, o governo petista fez o possível para enfraquecer as agências e submetê-las ao controle político do Executivo. Antonio Palocci, na Fazenda, foi um dos poucos ministros a resistir a essa tendência, empenhando-se em consolidar as agências como organis-

mos autônomos operacionalmente. Esses ministros foram derrotados.

Desde o início do primeiro mandato, em 2003, houve tentativas de subordinar as agências ao controle político dos ministros. O primeiro conflito ocorreu na área de comunicações. Outros ocorreram, com a tolerância do presidente Lula. O projeto de regulamentação das agências mandado ao Congresso pelo Executivo confirmou a intenção de restabelecer o predomínio da ingerência política nas decisões sobre infra-estrutura. O setor privado reagiu da forma previsível, criticando o projeto e deixando clara sua insegurança.

A regulamentação do setor elétrico apenas confirmou a tendência de subordinar a política de infra-estrutura à restauração do estatismo e às manifestações de voluntarismo dos governantes. O recuo dos investidores foi a resposta. Mas o governo foi além, aparelhando politicamente as agências e criando todo tipo de obstáculos ao seu funcionamento. Várias passaram longo tempo sem diretores em número suficiente para deliberar.

Ao manter essa orientação, o presidente Lula desperdiça um elemento importante para a realização do PAC. Se, em vez disso, anunciasse o propósito de fortalecer as agências, oferecendo maior segurança aos investidores, mandaria um sinal positivo ao mercado e despertaria a boa vontade em relação a seu plano. Também por esse lado o PAC começa muito mal.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Obsessão autoritária”, de autoria da jornalista Dora Kramer, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 09 de fevereiro do corrente.

Em seu artigo, a jornalista alerta que a busca do PT, Partido dos Trabalhadores, pelo poder absoluto é recorrente e exige estreita vigilância, referindo-se ao fato do deputado petista Cândido Vaccarezza e seu grupo propor alterar a Constituição para transferir ao Presidente da República a prerrogativa de convocar plebiscitos com a clara intenção de tentar se perpetuar no poder a exemplo de seu colega venezuelano Hugo Chavez. Dora Kramer lembra que essa é a primeira vez que o PT tenta concentrar poderes em um só poder revelando o despreço ao atributo essencial da República e da democracia: o equilíbrio entre os encarregados de legislar, julgar e executar as tarefas do Estado. A articulista lembra que a escalada petista

vem de longe, com as tentativas de enquadrar os produtores culturais aos ditames da nomenclatura e de submeter à imprensa a um conselho de fiscalização estatal, passando pela idéia de “democratizar” os meios de comunicação mediante a criação de uma rede de veículos financiados por verbas públicas e culminando com o uso do aparelho do Estado para quebrar o sigilo bancário e telefônico de um cidadão na tentativa de desmoralizar a testemunha de um crime praticado por um membro do partido do Presidente da República. Por tudo isso a jornalista nos alerta a mantermos estreita vigilância.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Obsessão autoritária

O deputado Cândido Vaccarezza sofisma e tenta fazer de tola a Nação quando zomba da constatação sobre a natureza autoritária da proposta de alterar a Constituição para transferir do Congresso ao presidente da República a prerrogativa de convocar plebiscitos, arquitetada por um grupo de petistas liderados por ele.

Este não é o primeiro e, a despeito das fortes e constantes reações contrárias, não será o último gesto de apreço dos atuais ocupantes do poder pela concentração de poderes em um só Poder, que revela despreço ao atributo essencial da República e da democracia: o equilíbrio entre os encarregados de legislar, julgar e executar as tarefas de Estado.

A escalada vem de longe e já inclui exemplos suficientes para autorizar qualquer desconfiança: as tentativas de enquadrar os produtores culturais aos ditames da nomenclatura e submeter à imprensa a um conselho de fiscalização estatal, a idéia de “democratizar” os meios de comunicação mediante a criação de uma rede de veículos financiados por verbas públicas, o uso do aparelho de Estado para quebrar o sigilo bancário e desmoralizar um cidadão, a proposta de convocação de Constituinte exclusiva para tratar da reforma política e agora essa história de dar ao presidente da República o poder de convocar plebiscitos sobre “assuntos de interesse nacional”.

A insistência na mesma tecla – a busca do exercício do poder absoluto – justifica a vigilância e desmonta a estuda-da inocência com que o deputado Vaccarezza rebate as críticas, justificando a idéia como parte de um projeto de “fortalecer a democracia e facilitar a participação da população”.

Fortalecer a democracia retirando prerrogativas do Congresso seria uma contradição em termos se a intenção

A busca do PT pelo poder absoluto é recorrente e exige estreita vigilância

não fosse exatamente a de enfraquecê-lo em detrimento da democracia representativa. O deputado cita exemplos de outros países onde os instrumentos do plebiscito e do referendo são utilizados com frequência, a fim de submeter assuntos de interesse (nacional ou local) ao escrutínio da população.

Em nenhum deles, pelo menos nos democráticos, o presidente pode convocá-los por vontade unilateral. Com que

objetivo o Brasil instituiria essa inovação malsã?

No documento onde é feita a proposta é sugerido também o fim da reeleição, ponto apresentado por seus autores como “prova” de que a meta não é abrir espaço para o presidente Luiz Inácio da Silva vir a pleitear um novo mandato. Antes assim. Mas isso não retira da proposta seu caráter profundamente suspeito de intenções não explicadas.

Se o propósito é, como diz o deputado Vaccarezza, “corrigir distorções” do sistema, que sentido faz criar uma regra que aumenta a distorção, pois desequilibra ainda mais a já tão desequilibrada equipolência dos Poderes?

Nenhum. A menos que a finalidade seja conferir a Lula um instrumento de ligação direta – e plena – com as chamadas massas para a realização de algum intento ainda não explicitado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Criação de vagas perde fôlego e Marinho culpa BC”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 08 de fevereiro do corrente.

A matéria destaca que o Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, responsabilizou a política de juros do Banco Central pela queda de 2% na oferta de novos empregos com carteira assinada no País em 2006 e que teria sido melhor se os juros caíssem mais e câmbio favorecesse as exportações.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

QUINTA-FEIRA, 8 DE FEVEREIRO DE 2007
O ESTADO DE S. PAULO

ECONOMIA | b3

MERCADO DE TRABALHO

Criação de vagas perde fôlego e Marinho culpa BC

Ministro diz que resultado em 2006 teria sido melhor se juros caíssem mais e câmbio favorecesse exportações

Isabel Sobral
BRASÍLIA

Emprego sobe 0,86% em janeiro na indústria de SP

Uma Pesquisa de Emprego da Indústria de Transformação do Estado de São Paulo, feita pela Fiesp, apontou alta de 0,86% no nível de emprego em janeiro ante o mesmo mês de 2005. Isso significa, em números absolutos, a criação de 19 mil vagas. A variação em janeiro de 2006 foi de 0,39%, equivalente a 8 mil vagas. A alta em janeiro deste ano interrompe 2 meses de queda.

Marinho afirmou que o nível da taxa de câmbio, próximos dos R\$2 por dólar, é pouco atrativo para exportadores e afetou as decisões das empresas de frear as demissões. Segundo ele, isso deve ser visto como um “alerta” pelo BC. “O mercado formal no ano passado poderia ter sido melhor se os juros tivessem caído mais e se o câmbio tivesse

criado 1,815 milhão de vagas, mas fica bem longe dos 10 milhões de empregos citados como necessidade do País pelo então candidato Lula durante a campanha de 2002.

Marinho frisou que esse número nunca foi uma meta. “Desafio qualquer pessoa a encontrar isso no programa de governo”, afirmou, ponderando que os dados gerais do mercado de trabalho, que ficarão prontos no segundo semestre, apontam para a geração de pelo menos 8,5 milhões de ocupações nos próximos quatro anos, incluindo o mercado informal. O Caged registra demissões e contratações feitas por empresas privadas por meio da CLT, deixando de fora empregados domésticos e servidores públicos.

O ministro, que na terça-feira já havia criticado a política monetária, voltou a dizer que o BC “errou em 2005 e está errando de novo” ao desacelerar o ritmo de corte da Selic. Ele disse não se sentir uma voz destoante

no governo por fazer a crítica, porque, com a queda do dólar, muitas empresas estão transferindo investimentos para o exterior. “Me sinto uma voz com a obrigação de alertar a autoridade monetária para o fato de que

São Paulo foi o Estado com melhor desemprego, com mais 267 mil postos

o câmbio mexe com o mercado de trabalho.”

A construção civil, que gerou 85,8 mil vagas no ano passado, é a aposta de Marinho para 2007. A expectativa é que as medidas do Programa de Acelera-

ção do Crescimento (PAC) ajudem mais o setor, mas Marinho não citou metas para este ano.

Em 2006 houve abertura de vagas em quase todos os setores. A exceção foi a indústria calçadista, que eliminou 401 postos de trabalho ante 157 mil vagas fechadas no ano anterior. A agropecuária, que em 2005 criou 12,8 mil vagas formais, em 2006 teve pequena recuperação, abrindo 6,5 mil postos.

O setor de serviços contratou mais 521,6 mil trabalhadores formais enquanto o comércio registrou 88,7 mil e a indústria em geral, 250,2 mil. Regiões metropolitanas geraram 564 mil postos, superando o crescimento de empregos no interior do País, que foi de 483,7 mil vagas. Entre os Estados, São Pau-

DIFICULDADE

Jefferson Haikuma, de 20 anos, chegou cedo ontem à Rua Baurito de Itapetitinga, centro de São Paulo. Curriculo na mão, se juntou a um grupo que observava placas com anúncios de emprego carregadas por homens sanduiche. “Está difícil conseguir uma vaga. Quando tem, pagam muito pouco.” Ele não tem segundo grau completo e seu último emprego foi como vendedor em uma loja de eletrodomésticos. Está desempregado desde outubro. “Estou pensando em me mudar para o Japão”, afirma ele, neto de japoneses.

COLABOROU MARIANNA ABACAO

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 331, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 331, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de setenta milhões de reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 15-3-2007

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 332, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 332, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor global de nove bilhões, setecentos e quarenta e seis milhões, quatrocentos e trinta e oito mil e sessenta e seis reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 18-3-2007

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 333, DE 2006

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 333, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Fazenda, da Educação, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Justiça, da Previdência Social, da Saúde, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de seiscentos e noventa milhões, novecentos e oitenta e sete mil, quinhentos e noventa e cinco reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 25-3-2007

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2006

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005* (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em projetos de pesquisa científica e tecnológica).

Dependendo de leitura de pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação.

5

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 81, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Tasso Jereissati, que *acrescenta o art. 174-A à Constituição Federal, para fixar os princípios da atividade regulatória.*

Pareceres sob nºs 270, de 2004, e 75, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, 1º pronunciamento: favorável; e 2º pronunciamento: sobre as Emendas nºs 1 e 2, de Plenário, acolhimento parcial das Emendas, nos termos da Subemenda que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 59, DE 2005**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que *acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios.*

Parecer sob nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 37, DE 2004**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera a redação da alínea “d” do inciso II do art. 93 da Constituição Federal* (torna obrigatória a promoção por antigüidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente).

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 33 minutos.)

(OS:10828/2007)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães *
PFL – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Regis Fichtner*^S
PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

PFL – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery*^S
PSDB – Flexa Ribeiro*^S
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

PFL – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
PFL – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^S
PFL – Eliseu Resende**

Goiás

PFL – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
PFL – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes*
PSDB – Tasso Jereissati*
PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

PFL – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
PR – Magno Malta*
PSB – Renato Casagrande**

Piauí

PFL – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
PFL – José Agripino*
PFL – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto de Conto *^S
PFL – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^S
PRTB – Fernando Collor**

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
PFL – Maria do Carmo Alves **

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
PR – Alfredo Nascimento**

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^S
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^S
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
PFL – Adelmir Santana *^S
PMDB – Joaquim Roriz**

Tocantins

PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
PFL – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – PFL

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Exedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. José Agripino - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya Gomes – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. (vago)
Alfredo Nascimento – PR	7. (vago)
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. (vago)
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. (vago)

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
PFL ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - PFL
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Augusto Botelho - PT	2. Alfredo Nascimento - PR
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	8. (vago)
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Garibaldi Alves Filho	4. Valter Pereira
Valdir Raupp	5. Jarbas Vasconcelos
Paulo Duque	6. Joaquim Roriz
Geraldo Mesquita Júnior	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Sérgio Guerra - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Augusto Botelho - PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. (vago)
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Papaléo Paes – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Joaquim Roriz	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Exedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB	2. Expedito Júnior – PR
Alfredo Nascimento – PR	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Alfredo Nascimento – PR
Augusto Botelho – PT	5. (vago)
PMDB	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB
Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas
Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025
E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> LÚCIA VÂNIA PSDB-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PFL-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (PFL-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente:

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
PTB
PSB
PL
PPS

(Atualizada em 06.03.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PFL-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ² (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente:

Vice-Presidente:

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1.		
Sibá Machado (PT)	AC	2184	2.		
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3.		
Serys Slhessarenko (PT)	MT	2292	4.		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5.		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Valter Pereira	MS	2221	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
PFL					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio	AM	1413
Marisa Serrano	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1.		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 06.03.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 104 PÁGINAS